

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR EM
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

ISABELA PIRES FERREIRA

**Zé Mochila como simbolização do presente:
disputas narrativas na construção de representações e
práticas sociais**

São Paulo

2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR EM
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

ISABELA PIRES FERREIRA

**Zé Mochila como simbolização do presente:
disputas narrativas na construção de representações e
práticas sociais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Versão corrigida. A versão original eletrônica encontra-se disponível tanto na Biblioteca do IEB quanto na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP

Área de Concentração: Estudos Brasileiros

Orientadora: Profa. Dra. Diana Gonçalves Vidal

São Paulo

2023

DADOS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca do
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

F383

Ferreira, Isabela Pires

Zé Mochila como simbolização do presente: disputas narrativas na construção de representações e práticas sociais / Isabela Pires Ferreira ; Diana Vidal, orientador -- São Paulo, 2023.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras. Área de concentração: Estudos Brasileiros. Linha de pesquisa: Brasil: a realidade da criação, a criação da realidade.

Título em inglês: Zé Mochila as symbolization of the present: narrative disputes in the construction of representation and social practices – São Paulo, SP.

Descritores: 1. História oral 2. Fontes 3. Representação 4. Símbolo 5. Feiras 6. Narrativa I. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação II. Vidal, Diana, orient. III. Título.

IEB/SBD119/2023

CDD 22. ed. 907.2

“Este ensaio é dedicado ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável. Invocando, no limiar de meus relatos, o ausente que lhes dá princípio e necessidade, interrogo-me sobre o desejo cujo objeto impossível ele representa. A este oráculo que se confunde com o rumor da história, o que é que pedimos para nos fazer crer ou autorizar-nos a dizer quando lhe dedicamos a escrita que outrora se oferecia em homenagem aos deuses ou às musas inspiradoras? Este herói anônimo vem de muito longe. É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos. Nem os espera. Zomba deles. Mas, nas representações escritas, vai progredindo. Pouco a pouco ocupa o centro de nossas cenas científicas”.

(Michel de Certeau)

RESUMO

Zé Mochila como simbolização do presente: disputas narrativas na construção de representações e práticas sociais

O trabalho tem como objetivo observar como uma determinada narrativa - as histórias sobre Zé Mochila - coloca em evidência representações e práticas sociais compartilhadas por uma comunidade de pessoas em diferentes municípios do agreste pernambucano. O período de divulgação das histórias e de manifestação de uma identidade social através dessas práticas está compreendido entre o início da transmissão, em 1950 e mantém-se até os dias atuais, em 2022. Os dados levantados revelam um significativo espalhamento da narrativa, que circula por ao menos 11 municípios do agreste pernambucano e também em outros 4 estados do país. Dado que trata-se de uma circulação oral, as fontes orais são os principais documentos da pesquisa, de modo que as reflexões metodológicas centram-se, sobretudo, no trabalho com História Oral, no que diz respeito à realização e análise de entrevistas, e com o estabelecimento das fontes. O trabalho teórico e interpretativo foi realizado a partir de um estabelecimento de relações com distintos modelos teóricos e, por conseguinte, da análise das aproximações e dos desvios produzidos por essas combinações. A partir delas, é possível observar a forma como se situam os sujeitos de um grupo social mediante o diferencial de poder estabelecido pelas disputas simbólicas em prol da hegemonia dos seus valores.

Palavras-chave: história oral; fontes; representação; símbolo; feiras; narrativa.

ABSTRACT

Zé Mochila as symbolization of the present: narrative disputes in the construction of representation and social practices

This work aims to observe how a determined kind of narrative - the stories about *Zé Mochila* - highlights representation and social practices, shared by communities in different municipalities of Pernambuco's countryside. The dissemination period of stories and the manifestation of a social identity through these practices follow the beginning of their transmission, in 1950, until the present-day - 2022. The collected data reveal a significant spread of that narrative, circulating in at least 11 municipalities in the countryside Pernambuco and 4 other Brazilian states. Given that it is an oral flow/spread, the oral sources are the main documents of this research. Therefore the methodological reflections are focused on working with Oral History - conducting and analyzing interviews, and establishing sources. The theoretical and interpretive work was executed through the establishment of correlations between distinctive theoretical models and, consequently, the analysis of approximations and deviations produced by this amalgam. Through this mixture, it is possible to observe the way in which the subjects of a social group are situated through the power imbalances established by the symbolic disputes in favor of the hegemony of their values.

Keywords: oral history; sources; representation; symbolization; fairs; narrative.

Sumário

AGRADECIMENTOS	8
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: ZÉ MOCHILA, UMA LENDA DO AGRESTE	20
1.1 Um certo José.....	20
1.2 Zé Mochila.....	23
1.2 Territorialização dos objetos de pesquisa	27
1.3 Um homem nas feiras	33
1.5 Trabalho e figuração.....	42
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA E NARRATIVAS	46
2.1 Fazer histórias e contar histórias	46
2.2 O estabelecimento das fontes	47
2.3 Um lugar e uma escrita em Michel De Certeau.....	49
2.4. Considerações sobre a metodologia	55
2.5 Organizações Narrativas.....	58
2.6 “Velhas Rimas Novas”	59
2.7 Narrativas de destinação oral.....	63
2.8 Intertextualidades, alegorias e influências.....	74
2.9 Os sistemas de valores e de significação.....	82
CAPÍTULO 3: FRONTEIRAS.....	89
3.1 Fronteiras da narração em História Oral.....	89
3.2 Narrar e posicionar-se no mundo.....	96
3.3 Modelos	104
3.4 “Uma arte de dar golpes”	111
Considerações finais	118
Referências Bibliográficas.....	124

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, professora Dra. Diana Vidal, cujo estímulo intelectual foi de fundamental importância para que eu conhecesse e adentrasse o universo da História, pelo qual me apaixonei profundamente. Com a sua imensa generosidade, aceitou a trabalhosa tarefa de me orientar nesta pesquisa, e me guiou para um campo de reflexões profundas, observando com perspicácia os resultados trazidos e apontando caminhos teóricos com a sua admirável erudição. Foi presença alegre e motivadora durante os anos de pandemia, responsável, mesmo que muitas vezes não o soubesse, por me ajudar a seguir, em um mundo desestruturado, forte e comprometida, um projeto intelectual e de vida.

Ainda pela generosidade, agradeço ao professor Dr. Willi Bolle, à professora Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão e ao professor Dr. Jaime Tadeu Oliva por terem aceitado participar da banca de defesa desta dissertação. Ao professor Dr. Willi e também ao professor Dr. Jaime, agradeço também por terem participado da minha banca de qualificação e terem trazido reflexões fundamentais para a elaboração deste trabalho. Nesse sentido, ao professor Dr. Jaime, agradeço ainda pelas trocas de ideias e sugestões ao longo do meu percurso acadêmico.

Devo um especial agradecimento aos amigos Edu e Giulia, por abraçarem o projeto de registrar as histórias de Zé Mochila, e, aceitarem percorrer, juntos, sete mil quilômetros em uma viagem mágica. Com eles, também elaborei muitas das reflexões que deram início a esse trabalho. Especialmente à Giulia, agradeço a leitura de tantas etapas desta escrita, desde a formulação do projeto, e o apoio, sempre generoso e fortalecedor.

Agradeço a todas as pessoas que encontrei no percurso dessa pesquisa, e que abriram suas casas, concederam seu tempo, me indicaram caminhos e compartilharam as suas memórias e experiências. Agradeço particularmente a Simone, Ciço de Anito e Bárbara, José de Saturnino e Airon, Wilson China, Paulo Henrique Dias, Josefa, Maria Joselene, Luzinete, Neide, Nelson Torres, Romilda, José Torres, Cícera, D. Antônia, Alfredo Bezerra, Dida, Alexandre, Alessandra, tia Socorro, tia Zelma, tia Téia, Cacau, Simone, Samuel, Maiara, Paulinho, Rodrigo, Miriam, Val, Gisa. Agradeço à Carmem Bezerra, pela riqueza das experiências que comigo compartilhou, e que me fez, a cada conversa, enxergar muito mais à frente.

Agradeço especialmente à família que me apresentou essa narrativa, e que me acolheu, fazendo-me, também, parte dos seus. D. Paula, Sr. Paulo e Priscila foram e são responsáveis por me apresentar Pernambuco, o agreste e me situaram na intimidade de um mundo mágico que ali existe.

Não posso deixar de agradecer aos amigos que fizeram parte desse percurso, contribuindo não só com seu afeto e acolhimento, mas também com muitas trocas, reafirmando este trabalho como uma construção coletiva de conhecimento. Juliana, Natália, Iuri, Moacir, Nathan, Patrícia e Cris, com quem dividi tantas reflexões e até mesmo a escrita que aqui se materializa. Pedro, Mauritz, Clara, Renato, Wellington, Jéssica, Duda, Joana, Ricardo e Tácita, parceiros de caminhada e que apoiaram significativamente esse processo. Agradeço também aos colegas da Escola da Vila por todo estímulo e apoio que constantemente me oferecem.

À minha família, especialmente aos meus pais, agradeço por terem me feito leitora, curiosa, criativa. Agradeço por compartilharem comigo um olhar sobre o mundo que dá relevo ao maravilhoso, e por sempre insistirem em lembrar que, por trás de todo gesto, há uma manifestação fantástica. Obrigada por me contarem tantas histórias. Agradeço-os, ainda, pelo apoio constante, cotidiano, que mesmo à distância, é tão concreto. Obrigada pelo carinho que sempre oferecem, pela alegria e pelo estímulo, através da palavra, do abraço e da fé. Ao meu irmão e ao tio Rogério, agradeço por se firmarem sempre como referências de inteligência, erudição e empenho intelectual, que me estimulam e me despertam profunda admiração.

Ao meu companheiro, Jhonny, agradeço com amor profundo. Foi dele a primeira voz que me contou sobre Zé Mochila, e da sua generosidade em compartilhar comigo também o seu mundo simbólico, nasceu esta pesquisa. Não houve uma linha sequer deste trabalho que tenha sido escrita sem o seu apoio certo. Uma estrada ou cidade que eu tenha conhecido sem a sua companhia. Agradeço por tantos quilômetros, por tantos almoços, jantares e cafés, por tantas trocas, por tanta tranquilidade e alegria. Agradeço por tanto acreditar e me estimular. Por sua força e acolhimento, por tanto me ler, por seguir comigo de mãos apertadas.

À Urian e Berna, que seguem, em minha memória, participando de um mundo extraordinário.

INTRODUÇÃO

Em 26 de dezembro de 2016, entramos em um carro em Caxambu, Minas Gerais, rumo ao município de Sanharó, em Pernambuco, munidos de uma boa câmera fotográfica e muita curiosidade - era o que movia quatro amigos a percorrerem 7 mil quilômetros, por cerca de 20 dias, Brasil adentro. Se as paradas eram incertas, tínhamos, contudo, dois compromissos na agenda: estar no Recife no dia 5 de janeiro, para visitar uma exposição particular do artista plástico Urian Agria de Souza, que desejava nos mostrar os seus quadros entre às 15 e 16 horas, momento em que a luz era mais propícia para observarmos o seu impressionante estudo de cores, e chegar à Sanharó no dia 8 do mesmo mês, para realizarmos gravações de vídeo com os contadores da história de Zé Mochila. A narrativa, que meu marido me apresentara quatro anos antes, atrelada às suas memórias de infância, advinha da cidade de origem da sua família e fizera com ela o percurso da intensa migração de nordestinos para o sudeste na década de 70, instalando-se em bairros da periferia de São Paulo. Lá e aqui, então, passamos a investigar a história, e a encontramos não só entre os seus, e no conjunto de saberes compartilhados de grande parte da população de Sanharó, mas também, em São Paulo, nas feiras de rua no bairro de Itaquera, entre garçons de bares na região central e na voz de sujeitos que, ao mesmo tempo que integrados na cotidianidade da metrópole paulistana, carregavam na memória reminiscências de uma outra espacialidade¹, e de histórias, mitos, lendas, ritos e de outras tantas expressões poéticas e culturais que a representavam. A constatação dessa densidade em torno de uma narrativa que, forasteira, também habitava essa cidade, levou-me ao desejo de conhecer e registrar o que acreditávamos serem as suas origens.

A família que me apresentou a lenda de Zé Mochila tornou-se o epicentro inicial dessa pesquisa. “Lenda, não”, diziam eles, “pois nós o vimos”, ou então, “eu até pisei no rabo dele”, repetia “Dona Paula”². Compreendi, aos poucos, junto com a estrutura da narrativa, que era preciso assumir, naquela casa, Zé Mochila como uma figura viva, histórica, mesmo que para mim ele se assemelhasse à lendária figura do lobisomem. Do contrário, estaria ocupando um lugar hostil frente aos relatos de vida daqueles que comigo os compartilhavam. A história se resume dessa forma: Zé Mochila, que vivera no agreste meridional pernambucano, segundo os relatos, entre as décadas de 1940 a 1970, agredira sua mãe e esta lhe rogara, então, uma praga

¹ Cf. LÉVY, JACQUES E LUSSAULT, MICHEL, 2003. p. 325-333.

² Paula Frassinete dos Santos Bezerra, minha sogra e também uma das entrevistadas desta pesquisa, como se verá adiante.

como castigo: ele iria “correr bicho” pelos anos seguintes, ou seja, transformar-se-ia em animais de forma que não pudesse controlar ao cair da noite. A partir daí, estava fadado ao destino ingrato de se metamorfosear, eventualmente, em um grande cachorro, ora preto ora lavrado, ou em outros possíveis animais (que raramente são descritos), a vagar por diferentes cidades e estados em uma mesma noite e a se alimentar de animais menores. Ao assumir a forma animal, era inofensivo, a não ser pelo fato de que assustava muitos dos quais o viam, dada a sua aparência amedrontadora enquanto cachorro ou mesmo porque punha em risco a criação de animais nos ambientes predominantemente rurais por onde circulava, comendo as galinhas e os filhotes de porcos e de outros cães. Como consequência, era, repetidamente, recebido com tiros. Completa-se a narrativa com o desfecho: no dia seguinte, Zé Mochila costuma aparecer nos bares e pedir uma “bicada”, uma dose, geralmente de cachaça, àquele que nele atirou na noite anterior. Ao recebê-la, agradece e lhe devolve as balas, provando a sua invulnerabilidade. Quando não há tiros, mas apenas susto, revela ao interlocutor, depois de receber a “bicada”, ser ele o cachorro que o acompanhara na noite anterior até em casa, que estivera presente durante a pescaria, ou mesmo que era dele o rabo no qual uma criança da casa havia pisado. A história assusta, mas também diverte quem nela está envolvido, como conta Ciço de Anito, poeta, divulgador das histórias de Zé Mochila no distrito de Mulungu, em Pernambuco:

“Inclusive tem uma história que morava um fazendeiro em [incompreensível], em outro sítio, e ele chegou na casa dele um dia, pediu café, aí disse: “Se você não me der café, de noite eu venho e como os porcos novos”. O cara disse: “Pois eu não vou dar não, pra ver se você vem mesmo”. Quando foi de noite, os porcos meteram os pé, o cabra saiu pra fora, tava o cachorrão grande encostado. Aí o cara pegou o revólver e deu dois tiros. O cachorro sumiu. Quando foi logo no outro dia, ele chegou de noite, aí disse: “Tu atirou muito ruim”. Aí disse: “Por quê?” Aí disse: “Porque numa distância daquela tu deste dois tiros em eu e não acertaste?” Aí o cara disse: “Tu tá conversando, rapaz.”. Aí ele tirou as duas balas do bolso e entregou ao cabra. Disse: “Olha aqui suas balas”. Aí pronto, o cabra ficou acreditando. E assim tem muitas histórias dele. Que dá até pra acreditar que era verdade.”³

As variações da narrativa passam, sobretudo, pelas seguintes versões: Zé Mochila teria, em algumas delas, arrancado sete fios de cabelo da mãe, a qual lhe rogara, então, uma praga proporcional - a partir dali, ele correria bicho pelo número de anos relativos aos fios de cabelo perdidos, ou seja, também sete. Em outros casos, basta dizer que ele dera “uma pisa” em sua mãe, e a praga era eterna e irreversível, ou valia por algum tempo, indeterminado. A versão dos *sete fios de cabelo* costuma apresentar-se relacionada a uma outra proporção: metamorfoseado, o animal seria capaz de circular por sete estados do Nordeste em uma mesma noite. Mesmo

³ Entrevista de Cícero Santos Costa, concedida à autora em 09 jan. 2020.

quando não há essa precisão, sabe-se que ele circula por “todo o nordeste”⁴ com alguma frequência, ou, segundo um dos entrevistados, por “sete províncias do mundo”⁵. O prazo ou as datas para a transformação também variam: em alguns relatos, a forma animal se impõe ao homem diariamente, ao findar a tarde; em outros, apenas nas noites de lua cheia. Todos os narradores, até agora, assumem a possibilidade de ele se metamorfosear em diferentes animais, mas raramente as histórias relatam um aparecimento seu em outras formas que não a de cachorro. As narrativas contam da sua passagem por sítios do agreste pernambucano, como “Armazém”, “Malhada da Pedra” e “Jenipapo”, pelos quais circulava Zé Mochila, em sua figura humana, pedindo acolhimento, um prato de comida e também “uma bicada”. À noite, os mesmos sítios seriam assombrados por ele, e eram feitas suas vítimas as criações de cujos donos lhe haviam negado ajuda. Carregava sempre consigo uma mochila, a qual lhe atribuíra a antonomásia; há relatos de que nela estavam guardadas algumas roupas, alimentos ou velhos pertences.⁶

Nos anos seguintes, permaneci em contato com essas histórias, e pouco a pouco sistematizei a ideia de fazer dessa narrativa objeto de pesquisa e análise. A decisão adveio da percepção de que, ao contá-la repetidamente, seus narradores transmitem não apenas uma espessura imaginária e poética da realidade, mas também elementos simbólicos para que os indivíduos sejam capazes de compreender o espaço e os aspectos da cultura da sociedade na qual vivem, fornecendo aos membros dessa comunidade “as referências e os recursos necessários para vincular sua experiência singular às representações culturais”⁷. Nesse sentido, a pesquisa estruturou-se, a partir da consideração dessa dimensão das narrativas orais, na busca por compreender a história em questão, primeiramente, enraizada em um tecido social, no intuito de investigar como ele permite a essa narrativa emergir ou, ainda, em como ela é explicativa de representações sociais da comunidade onde se manifesta. Em outras palavras, a narrativa de Zé Mochila, aparentemente, mostra-se capaz de jogar luz para a ordem simbólica

⁴ A referência a “todo o Nordeste” aparece com frequência nas falas dos entrevistados e nas contações de história, porém de forma genérica. Considerações sobre as diferentes regionalizações do IBGE que definiam os estados do Nordeste no período em que é relatada a existência de Zé Mochila serão apresentadas adiante neste texto.

⁵ Entrevista de Nelson Souza de Torres, concedida à autora em 09 jan. 2020.

⁶ Essa construção geral da narrativa foi feita a partir de fontes orais, que foram as principais fontes utilizadas nesta pesquisa, a partir da metodologia da história oral, em participação em momentos de contação de história, realização de entrevistas e em levantamento efetuado nas redes sociais antes e durante a pesquisa do mestrado, além da pesquisa a documentos e folhetos de cordel. Embora haja registros sobre ela em pesquisas escolares e acadêmicas e em livros de história e cultura local, é importante ressaltar que trata-se de uma narrativa de transmissão oral. Em investigação frequente, ainda não foram encontrados cordéis sobre o tema.

⁷ PETIT, 2019, p. 27.

que constitui a sociedade em torno da qual se estrutura, pois revela, também, os processos sociais que estão por trás do que é contado - uma história oculta.

Após esse primeiro contato, no início de 2017, em que foi possível recolher material para a sistematização do projeto de pesquisa, ingressei no programa de pós-graduação do IEB no mês de julho de 2019, com o objetivo de investigar aspectos do campo social atrelados a essa narrativa. A partir de então, a matéria que eu trazia ganhou substância através do olhar sistematizador da orientação de Diana Vidal, que me apresentou o campo de estudos da história oral, e o delineamento das dimensões teóricas e técnicas por ele estabelecido. Nesse sentido, passei a dedicar-me sobretudo aos estudos produzidos por Verena Alberti e os trabalhos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), coordenados por ela, voltados sobretudo a uma reflexão metodológica, e de Paul Thompson, no que diz respeito à compreensão do método, à elaboração das perguntas e ao tratamento do material recolhido. Paralelamente, envolvi-me com os trabalhos e a envolvente escrita de Alessandro Portelli. O destaque dado ao autor à sensibilidade na relação com os depoentes e à dinamicidade das situações comunicativas - em poucas palavras, a capacidade de "*donne audience à ses souvenirs*"⁸-, pontos centrais da perspectiva teórica do autor que passei a considerar, foram determinantes na preparação para o primeiro trabalho de campo e na realização das entrevistas. Nessa mesma perspectiva, ganham destaque as produções de Gabriele Rosenthal e Diana Vidal, cujas reflexões também norteiam aquelas elaboradas neste texto, e balizaram o refinamento do trabalho com o estabelecimento das fontes orais.

Tendo sido determinadas as abordagens, deu-se, portanto, o primeiro trabalho de campo, em janeiro de 2020, que teve início no município de Sanharó, em Pernambuco. Ao estabelecer-me, uma das primeiras informações a que tive acesso era de que, nos grupos de WhatsApp de muitos moradores, circulava uma curta gravação em vídeo de um senhor de idade avançada, deitado em uma cama de hospital, asilo ou ambiente similar, que estava recebendo visitas e se irritara com elas, xingando-as com agressividade e desrespeitando uma interlocutora que tentava dialogar com ele. Ao ser desrespeitada, ela afirmara: "Eu sou freira", ao que ele respondera "Você é uma fresca". Ao final, ao se despedir, a interlocutora dissera, provocativa, "Tchau, viu, seu Zé Mochila", manifestação a que o senhor reagia com ainda mais agressividade, tentando acertá-la com o braço. Era consensual, entre os moradores da região, que o proceder do homem estava relacionado ao fato de ele ser evocado como "Zé Mochila", fato que sempre lhe teria gerado desconforto.

⁸ YOURCENAR *apud* TOURTIER-BONAZZI, 1991, p. 181.

Havia uma certa euforia e ansiedade coletiva em torno do vídeo, no qual muitos que assistiam afirmavam reconhecer, de fato, Zé Mochila. Outros, entretanto, negavam identificar aquele senhor e argumentavam que Zé Mochila já deveria ter cerca de 300 anos, enquanto aqueles que o reconheciam calculavam, para ele, uma idade de cerca de 100 anos. Dado este contexto, as entrevistas iniciais sempre faziam referência ao fato, recentemente disseminado, de que Zé Mochila havia sido descoberto ainda vivo em um asilo em um município da região.

A novidade, que viria a alterar os rumos da pesquisa, não só me levava a repensar um roteiro de entrevistas cuidadosamente preparado nos meses anteriores, articulado sobretudo ao propósito de entendimento da narrativa em circulação, mas também dera início a um processo de investigação associado à história de vida do sujeito que, nos dias seguintes, visitei. Nessa busca, cheguei ao distrito de Mulungu à procura da professora Simone⁹, que segundo as crianças diziam, em Sanharó, sempre contava histórias de Zé Mochila em suas aulas e tinha grande interesse pela narrativa. Em Sanharó, também já se sabia que Simone havia visitado Zé Mochila no asilo, e mais que depressa, recebi ajuda para agendar, com ela, uma entrevista.

Na nossa primeira conversa, em 08 de janeiro de 2020, Simone confirmou que estivera, há pouco mais de um ano, no asilo onde vivia Zé Mochila. Ela acompanhara a visita de uma amiga e de seu pai, que neste texto chamaremos de Antônio¹⁰, um conhecido comerciante do distrito que tinha uma forte e antiga amizade com Zé Mochila. Foi ela quem conseguiu agendar uma visita extraordinária¹¹, nos dias seguintes, ao lar do idoso onde vive José, localizado em um município próximo. Fomos acompanhados, também, por Antônio, uma vez que, ele o sabia, esse parecia ser um fator decisivo para que a lendária figura nos recebesse, dado que com desconhecidos reagia violentamente, como mostrava o vídeo em circulação na região.

Simone acompanhou-me nos dias seguintes, e intermediou a relação não apenas com o asilo, mas também com Antônio, seu filho Ailton e com o poeta Cícero¹², importantes entrevistados dessa pesquisa, que conviveram com o sujeito - que aqui chamarei de José, a fim

⁹ Trata-se da entrevistada Simone Barros de Holanda.

¹⁰ Como não foi possível validar a transcrição da entrevista junto ao entrevistado, optamos por não identificá-lo.

¹¹ O asilo não tinha telefone fixo, de modo que Simone precisou estabelecer contatos até chegar a uma funcionária que se dispôs a nos receber. Ademais, segundo as informações que recebemos, os idosos só eram autorizados a receber visitas em um determinado dia da semana, que não coincidiria com a minha viagem. Por fim, o acesso a Zé Mochila era mais complexo em relação aos demais residentes, dado que há uma curiosidade pública sobre ele, e o asilo cuida da proteção a sua imagem com especial cuidado. Simone, entretanto, conseguiu, explicando a situação da pesquisa, agendar a visita para aquela mesma semana.

¹² Cícero Santos Costa.

de diferenciá-lo do objeto das narrativas, Zé Mochila¹³. Paralelamente, a pesquisa em Sanharó foi mantida com entrevistados que divulgavam recorrentemente as narrativas de Zé Mochila em situações de contação, e com os quais eu já tomara contato no pré-campo, em 2017. Dentre eles, destacam-se os irmãos José Souza de Torres e Nelson Souza de Torres, e os também irmãos Alfredo dos Santos Bezerra e Paula Frassinete dos Santos Bezerra, que relataram histórias da sua infância e juventude, quando o animal lhes aparecia à noite, assombrando-os, e no dia seguinte se revelava, assumindo a forma de um homem, retomando os fatos com eles vividos.

Ao final do trabalho de campo, restava a certeza de que seria necessário retornar ainda outras vezes, e aprofundar a investigação acerca da história de vida do sujeito que encontrei, aos 98 anos, falante e enérgico, em um lar de idosos. Neste momento, ele trouxera muitas referências que precisariam ser investigadas: familiares, cidade de origem, antigos amigos. Por outro lado, questões centrais se construíram a partir da análise dessas entrevistas, em diálogo com Diana: qual seriam as correspondências entre os papéis sociais atribuídos a José por aquela comunidade e a narrativa construída em torno dele? Por que, afinal, em algum momento, José tornara-se, sob o olhar ou através do imaginário coletivo, Zé Mochila?

Nos anos seguintes, não foi possível fazer as viagens de campo esperadas, devido à pandemia da COVID-19. Motivada pela leitura do artigo “Rompendo o isolamento: Reflexões sobre história oral e entrevistas à distância”¹⁴, bem como pelo estímulo de uma de suas autoras, Valéria Magalhães, coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória (GEPHOM), da EACH/USP, ensaiei possibilidades de manter as entrevistas à distância. Deparei-me, contudo, com limitações relacionadas ao acesso e ao manejo da tecnologia por parte dos possíveis entrevistados, dado que grande parte deles, idosos e residentes em zonas rurais do agreste pernambucano, não sabia utilizar os equipamentos ou não tinha conexão à internet que possibilitasse os encontros. Fiz, portanto, uma tentativa de recolhimento de depoimentos e identificação de possíveis entrevistados pelo Facebook, estratégia que se viu rapidamente afetada por uma interferência do asilo onde reside José, como contarei adiante, mas que permitiu, nos poucos dias em que perdurou, um interessante mapeamento do espalhamento da narrativa. Uma segunda pesquisa de campo só foi possível em janeiro de 2022.

¹³ Como se conta nessa introdução, não foi possível, no segundo trabalho de campo, retomar a visita a José, no asilo onde vive, devido à pandemia de COVID-19. Desse modo, a transcrição da entrevista inicial não pôde ser apresentada para validação. Assim, por uma questão ética, optamos por não tratá-lo pelo nome oficial encontrado nos registros, mas genericamente por José, o que espelha, também, a sua condição humana e, nas palavras de Certeau, de “sujeito disseminado, caminhante inumerável” (DE CERTEAU, 1998, P.57); um homem ordinário. No limite, este José poderia ser mais um entre tantos outros brasileiros.

¹⁴ SANTIAGO, Ricardo ; MAGALHAES, Valéria B., 2020, pp. 1 - 18.

Neste segundo trabalho de campo, irrompida uma nova onda de COVID-19, o asilo voltara a restringir as visitas aos idosos, de modo que não foi possível reencontrar José, que neste momento, próximo de completar 100 anos, recuperava-se após uma infecção por coronavírus. No município de Lajedo, entretanto, também situado na região agreste do estado, foi possível entrevistar Beatriz, acompanhada de sua filha, Maria¹⁵, em cuja casa vivera, no passado, José, na condição de agregado. O estabelecimento do contato com Beatriz deu-se a partir de uma rede de contatos que mencionavam a existência, na cidade, de uma suposta “esposa”, “amante” ou, às vezes, “familiar” de Zé Mochila, os quais boa parte pude entrevistar. Paulo Henrique Dias, advogado conhecido no município, com quem foi possível estabelecer contato virtual durante a pandemia, escrevera o livro “Documentos e Fotografias Históricas de Lajedo”¹⁶, e me enviara uma cópia. Nele relata a “lenda” de Zé Mochila como uma das principais narrativas correntes na cidade. Através do autor, cheguei a diversos contatos e, por fim, ao poeta Wilson China¹⁷ que, entre uma entrevista e uma recitação de cordéis, nos levou a Beatriz, esposa de um falecido “Julinho”. Ela contou, então, que José¹⁸ fora vizinho de “Julinho” na infância, no município de Quipapá, e mantendo-se como referência de amigo, a família o acolheu, anos mais tarde, quando ele se mudara para Lajedo. O seu depoimento, com eventuais participações da filha, foi fundamental para compreender, ou talvez refutar, impressões que tínhamos acerca da condição social do sujeito, das suas ocupações e da forma como ele se relacionava com a narrativa.

Esta pesquisa está centrada na análise de uma narrativa de transmissão oral, cujos registros concentram-se, substancialmente, no recolhimento de memórias. Há, portanto, um trabalho de constituição das fontes, “uma história por fazer”¹⁹. Ele fundamenta-se em um estudo acerca das operações, do funcionamento das pesquisas históricas e do estabelecimento das fontes com base em Michel de Certeau. Desse modo, compreende um deslocamento dos objetos em uma classificação que é própria das combinações propostas nesta pesquisa. Trata-se do que

¹⁵ Os nomes originais de Beatriz, Julinho e Maria também foram omitidos, uma vez que não foi possível validar, junto às entrevistadas, a transcrição da entrevista.

¹⁶ DIAS, 2017.

¹⁷ Wilson Feitosa Filho, conhecido como Wilson China, “é poeta, cordelista, declamador, radialista, artesão, músico, arte educador e cantador das coisas do Nordeste.”. Referência retirada de <<https://prosas.com.br/empreendedores/10878-wilson-feitosa-filho>>. Acesso em 11 de novembro de 2022.

¹⁸ A família se refere a ele como “Zé Mochila”. A troca do nome é uma escolha para que, neste texto, fiquem evidentes as diferenciações que se busca estabelecer entre o sujeito e a narrativa.

¹⁹ DE CERTEAU, 2020, p. 71.

Certeau (2020) chama de *redistribuição do espaço*²⁰, em que um lugar é constituído através de “uma ação instauradora e por técnicas transformadoras”²¹, e não por uma adoção de limites propostos em outras séries. Diante disso, tornam-se evidentes os *desvios relativos quanto aos modelos*²² escolhidos, e é a partir deles que se constroem os problemas mais significativos à investigação empreendida, os problemas singulares a esta pesquisa.

Optei por uma análise caleidoscópica, que recorre a modelos de interpretação diante dos quais foi tecida uma experimentação crítica. Nesse sentido, são elencadas algumas combinações que fazem, deste, um trabalho nas margens²³, erigido nas fronteiras com modelos teóricos experimentados. Ainda que imbricados, eles são dispostos em sequência na ordenação dos objetos propiciada pela escrita deste texto, da seguinte forma: primeiramente, encontra-se uma observação dos elementos da narrativa, centrada em duas buscas. A primeira delas, trazida no primeiro capítulo, é a de uma **reconstrução da narrativa** a partir das fontes orais estabelecidas. Neste campo, insere-se, também, um panorama sobre o **sujeito** a partir do qual esses símbolos se manifestam - José -, e considerações acerca do seu espaço de circulação, suas atividades sociais e econômicas.

No segundo capítulo, o trabalho com a narrativa está ancorado na compreensão do **universo cultural** em que ela se manifesta, em uma observação dos *modos de dizer* e também da forma como se refletem, nas construções narrativas mais compartilhadas por essa comunidade, os diversos **elementos da cultura e da tradição**. Assim, pode-se compreender como e o que manifestam, ou costumam manifestar, as expressões de tradição oral no contexto observado. Neste âmbito, são fundamentais os estudos de Julie Cavignac (2006) e Ana Maria de Oliveira Galvão (2000), e também as reflexões acerca de uma narrativa de destinação oral, e as relações que ela mantém com a escrita. Soma-se ao segundo capítulo a **reflexão metodológica acerca do estabelecimento das fontes**, fundamentada em Michel de Certeau (2020), embora comunicando-se também com a obra de Walter Benjamin (1974, 1986b), Pierre Bourdieu (2006) e Michel Foucault (2014), a fim de que sejam pensados, junto com os relatos, a forma como eles foram tratados e incorporados ao texto. Trata-se também, nesse capítulo, de uma análise sobre como essa narrativa espelha um modo determinado de se conceber a realidade²⁴, ou seja, os **símbolos e representações** que se revelam na construção do que é

²⁰ *Ibidem*, p. 72.

²¹ *Ibidem*, p. 73.

²² *Ibidem*, p. 76.

²³ *Ibidem*, p. 78.

²⁴ BICCAS, 2017, p. 286.

contado, cuja referência teórica central é a obra de Roger Chartier (1990, 1996, 2002). Ela foi elaborada a partir de um jogo interpretativo do tecido social que busca uma expressão dos sentidos da narrativa, diante de relações e diálogos que se possa estabelecer com outras racionalizações, com outros questionamentos - “lugares de trânsito”²⁵.

No terceiro capítulo, o campo de **interpretação** aprofunda os sentidos produzidos pelas histórias de Zé Mochila. Questiona-se quais seriam, então, os interesses e os valores compartilhados pelo grupo social que buscam se impor através das representações em disputa. Em uma primeira etapa, são apresentadas as principais reflexões acerca da metodologia empregada no recolhimento das entrevistas - as considerações enunciadas sobre o campo da **história oral**. Posteriormente, busca-se compreender a esfera de **significados** em que elas se inserem a partir do momento em que são gestadas em uma determinada comunidade, na qual concorrem entre si um conjunto de valores e percepções de mundo. Trata-se de um esforço por “fazer aparecer os desvios”²⁶, como, segundo a perspectiva de Chartier, incorre a toda pesquisa historiográfica: paralela à necessidade de se dar inteligibilidade a um problema, está a exigência “que obriga a história a travar um diálogo com outros questionamentos - filosóficos, sociológicos, literários, etc. Somente através desses encontros a disciplina pode inventar questões novas e forjar instrumentos de compreensão mais rigorosos.”²⁷. Nesse sentido, é sobretudo com a obra de Norbert Elias (2000) que se estabelecem as fronteiras dessa análise, perscrutando, na forma como essa comunidade faz uso da palavra, ao narrar, nas palavras de Pollak (1989), “tentativas mais ou menos conscientes de definir e de **reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais** entre coletividades de tamanhos diferentes”²⁸. Observa-se, assim, a relação entre a palavra, no tratamento que é dado à figura de Zé Mochila por aqueles que enunciam as suas peripécias, e um uso que se faz dela para perpetuação de lugares de poder, através das representações construídas com o narrar.

Por fim, consideram-se as **táticas** a que o sujeito, José, recorre, estando inserido em um espaço de poder em que ele não tem domínio, apenas inventividade. Perguntamo-nos como ele move-se no interior do campo inimigo, uma vez que compreendemos, até então, a construção e propagação das narrativas de Zé Mochila como uma afirmação de superioridade de um grupo dominante que o estigmatiza e exclui. Voltamos, portanto, a Michel de Certeau (1998), agora em uma tentativa de avançar em uma compreensão dinâmica da contemporaneidade, que

²⁵ DE CERTEAU, 2020, p. 79.

²⁶ DE CERTEAU, op. cit., 2020, p. 81.

²⁷ CHARTIER, 2002, p. 18.

²⁸ POLLAK, 1989, p. 9.

distancia-se dos modelos fixos e lineares propostos em diversas análises sociológicas das relações de poder. Encontramos, então, a possibilidade de atuação de José - agir no tempo, a “arte dos fracos”²⁹. Sem desconsiderar que o seu campo é o da desventura, observamos a sua astúcia e concluimos com a percepção de que os sistemas impostos também são manobráveis, e nem sempre são capazes de prever a forma como serão utilizados. É o que nos parece quando constatamos a inicialmente inesperada dimensão alcançada pela narrativa. Percebemos, com esta pesquisa, que se a Zé Mochila estão fixados determinados símbolos que o circunscrevem, também é dele que vêm os golpes que inscrevem, no interior desse sistema, a sua própria contestação.

²⁹ DE CERTEAU, op. cit, 1998, p. 101.

CAPÍTULO 1: ZÉ MOCHILA, UMA LENDA DO AGRESTE

Sem narrativas - nem que seja uma mitologia familiar, umas poucas lembranças - o mundo permaneceria lá como está, indiferenciado; ele não nos seria de nenhuma ajuda para habitar os lugares em que vivemos e construir nossa morada interior.³⁰

1.1 Um certo José

“Seu Mochila” é o nome a que lhe atribuem as enfermeiras do asilo em que vive. Nos documentos que nos foram disponibilizados para consulta (carteira de trabalho, em cuja capa está anotado, junto com alguns rabiscos, um número de CPF e ficha de admissão de idosos) identifica-se o nome José, nascido no ano 1922, com 98 anos no dia dessa visita. Consta também que seja natural de Quipapá (PE), e que, exceto pelo nome da mãe no registro, há desconhecimento sobre parentes, “pois não veio nenhum para visita”, diz a ficha. Ali também se lê que sua entrada no abrigo se deu quando o então coordenador daquele lar do idoso o encontrou na rua em 1997 e o acolheu na instituição; segundo o registro, “não tem onde morar e a família não quer cuidar”. Os únicos pertences catalogados na sua chegada foram “poucas roupas”. Por não ter responsável, o próprio asilo atua como seu tutor.

Tem baixa estatura, exatamente como o apresentam os relatos dos entrevistados e dos contadores; é deficiente visual, enxerga apenas vultos, e nos diz que esse é o resultado de uma noite em que, dormindo na praça, uma pessoa embriagada lhe jogou óleo quente nos olhos, quando ele também estava alcoolizado. Tem dificuldades para andar; há uma visível deformação física nos pés, que também aparece nos relatos de histórias que se contam sobre ele³¹, mas não é detalhada na ficha de admissão de idosos, onde menciona-se apenas “só anda com ajuda”.

Mostra-se realmente intolerante com visitas desconhecidas, o que se revela no diálogo inicial, logo na nossa chegada:

³⁰ PETIT, 2019, p. 19.

³¹ Cícero conta, em entrevista, que Zé Mochila teria entrado na igreja de Mulungu embriagado durante uma missa. Depois de burlar a proibição estabelecida por pessoas que ali se encontravam, foi direto para o altar, colocou os dois pés no chão e saiu, deixando no piso a marca dos seus pés, que permaneceu por muitos anos. Outros moradores do distrito repetiram essa história, afirmando que por muito tempo ficara no altar da igreja a marca dos seus pés pequenos e tortos, até que o piso fosse trocado.

Antônio: Seu Zé.
 Zé Mochila: Vá pro inferno!
 Antônio: Cê sabe quem tá falando, ou não?
 Zé Mochila: Ixe!
 Antônio: É um amigo seu.
 Zé Mochila: Pode ser que é amigo da besta fera [*incompreensível*]. Amigo pra roubar o que eu tenho?
 Antônio: Não.
 Zé Mochila: Amigo pra tomar o que é meu, que... amigo pra tomar o que é meu [quer me tomar]?
 Antônio: Mas tu não andava lá em casa?
 Zé Mochila: É. Zé [*incompreensível*] fraco. Esse fraco do inferno.
 Antônio: Antônio, rapaz.
 Zé Mochila: Quem?
 Antônio: Que tu chamava a mãe Gélica.
 Zé Mochila: Quem?
 Antônio: Antônio, Antônio.
 Zé Mochila: Vai tomar no cu. Vai tomar no cu você, pô.
 Antônio: Não lembra mais não, rapaz? Que tinha... teu primo Augusto. Tinha Salu, morava lá... não lembra não?
 Zé Mochila: Ahn?
 Antônio: Tá lembrado não? Antônio, tu ia lá em casa.
 Zé Mochila: Sim!
 Antônio: Lembra?
 Zé Mochila: Me lembro.
 Antônio: Olha...
 Zé Mochila: Seu Zé!
 Antônio: Isso, meu amigo. Antônio. Como é que tá?
 Zé Mochila: Tô bem. Tô bem.³²

Antônio lhe desperta interesse a partir das memórias as quais reaviva. Com isso, José decide sentar-se e anima-se a conversar. Pergunta, durante o período de quase uma hora em que conversamos, sobre muitas pessoas com quem convivia, lembrando-se de cada uma pelo nome e pelas histórias que lhe vêm à mente; a grande parte delas, a resposta de Antônio é de que já não estão vivas. Ambos mostram um vasto repertório social comum, citando nomes e relembando acontecimentos. A pedido de Antônio, quem ainda entende ser peça fundamental na manutenção do diálogo, o amigo responde algumas perguntas a partir das quais conta sobre a sua vida. Afirma, diversas vezes, ter bebido muito. Cita as “bodegas” (bares e armazéns que vendiam bebida) anteriormente frequentadas e diversas situações nas quais pedia uma “bicada” (uma dose), ao ponto de afirmar ter bebido tanto que “se não tivesse parado de beber, já tinha morrido”³³. Ao ser questionado, atribui o fato de dizerem ele “corria bicho” às suas próprias reafirmações dessa história, como uma forma de intimidação às pessoas que lhe negavam bebida; diante da negação, ameaçava, enunciando a possibilidade de voltar para pegá-las, caso não cedessem. Em outro momento, contudo, quando lhe é perguntado sobre a história de que fora violento com a mãe, afirma que essa é uma mentira inventada por um homem que tinha

³² Entrevista de José, concedida à autora em 10 jan. 2020.

³³ Entrevista de José, concedida à autora em 10 jan. 2020.

raiva dele. Nesse momento, leva a crer, vagamente, que a fabulação de que “corria bicho” também seria uma invenção desse homem, contradizendo a versão anterior: “Tinha raiva de mim, aí ele inventava que eu corria... que eu fazia tudo isso. E ele mora aí.”³⁴. Na sequência completa as informações sobre essa mesma pessoa, dizendo que ela bebia cachaça e “batia Xangô”, fazendo, de sábado para domingo, uma “festa de Xangô” em sua casa. Não fica clara a intencionalidade dessa informação no contexto, mas é relevante ressaltar que o seu interlocutor, Antônio, é cristão, católico, e esse aspecto foi um dos primeiros informados por ele quando lhe pedi uma entrevista, afirmando que por ser católico, não acredita “nessas coisas”. Uma das perguntas que faz no asilo é se José também é católico, e recebe a resposta assertiva de que não. Insiste perguntando se ele acha que Deus existe, e mostra-se nitidamente satisfeito com a resposta de que sim, tem fé em Deus e na “mãezinha”, referindo-se à Virgem Maria. Mais tarde, entretanto, José faz uma crítica aos padres que não respeitam a Igreja (que ele chama de “a nossa santa Igreja” e “a santa missa”, o que soa contraditório com a afirmação anterior sobre não se reconhecer no catolicismo) e se envolvem com mulheres; o amigo o escuta desenvolver essa ideia, sem interrompê-lo, mantendo apenas a função fática da linguagem, por quase 4 minutos. A sua crítica à Igreja persiste; ele volta ao tema em um momento seguinte, sem ser interpelado, com um relato indignado de uma missa de que ele diz ter participado, na qual o padre teria agido de forma inadequada.

José reafirma que bebera muito no passado, mas que todos gostavam dele, pois “só pedia a cachaça que bebia”. Conta, inclusive, já ter sido preso por um dia, depois de uma bebedeira em que se exaltou na bodega e quebrou a panela de sarapatel. Ressalta, entretanto, que a cachaça não lhe impediu de trabalhar. Afirma que é de Quipapá, e acrescenta “Quipapá, Canhotinho, Jurema” (municípios vizinhos entre si), mas que seus pais foram morar em São Bento do Una, onde estaria ainda parte de sua família. Diz ter sido aposentado em Lajedo, e que seus documentos foram todos feitos em Jupi.

José afirma que não gosta de viver no asilo. Garante que só está ali, pois não enxerga para andar, mas que não é respeitado pelos outros idosos. É, inclusive, o único residente que tem um quarto individual³⁵. Teria ficado cego quando se aposentou.

Um dos aspectos que se ressalta no seu depoimento é o relato dos lugares pelos quais circulava com alguma frequência. No momento em que nega ser católico, mas afirma, a partir

³⁴ Entrevista de José, concedida à autora em 10 jan. 2020.

³⁵ Ao apresentar o abrigo, a enfermeira que nos recebeu, indicou duas razões para o isolamento de Zé Mochila em um quarto exclusivo: a sua agressividade, que o coloca constantemente em conflito com os outros residentes, e também o fato de que ele costuma receber visitas que atraem doações para o asilo, como a nossa se deu.

da insistência de Antônio, que Deus existe, ele conta sobre as cinco visitas que fez a seu padrinho, Padre Cícero, em Juazeiro³⁶, gabando-se de nunca ter pagado nenhuma passagem. Nessas situações, as diferentes pessoas com quem viajou teriam lhe oferecido transporte e alimentação. Também cita, em outro momento, as feiras a que ia regularmente, instaladas em diferentes municípios ao longo da semana: segunda-feira, em Belo Jardim; terça-feira, em Sanharó; quarta-feira em Pesqueira e sábado, no Ceasa. Antônio e Simone se impressionam com a memória sem falhas e confirmam as datas das feiras, que ocorrem ainda hoje. Aparentemente, a figura singular de José, que associa características físicas singulares, a relação com a bebida e o hábito de contar histórias e desferir xingamentos, nos apresenta razões para ser conhecida em diversos municípios e sítios da região.

1.2 Zé Mochila

Quando questionado, atribui o apelido de Zé Mochila ao fato de que andava sempre com uma mochila às costas, em que carregava farinha que sua mãe preparava para que ele comesse, já que, nas suas palavras, “era fomento”. Refere-se, portanto, à farinha de mandioca, suprimento básico da alimentação brasileira, que segundo o pesquisador da Embrapa Joselito Da Silva Motta, cumpre esse importante papel, na medida em que “aumenta o que está pouco, esfria o que está quente, engrossa o que está ralo e, na pança, é que dá sustância”³⁷. Em outras palavras, enriquece a alimentação que carece de recursos. Não à toa, Câmara Cascudo, em *História da Alimentação no Brasil*, alcunha a mandioca de “a rainha do Brasil”, entendendo-a como um alimento fundamental tanto de povos indígenas aqui estabelecidos, que produziam o beiju e a usavam como acompanhamento da pesca e da caça, bem como dos colonos que, chegando a essas terras, rapidamente incorporaram a farinha de mandioca às refeições cotidianas e passaram, inclusive, à preferi-la em relação ao trigo³⁸. Também por sua importância, o alimento deu nome ao primeiro projeto de uma constituição no país, em 1823; a Constituição da Mandioca.

Não é, portanto, incomum a relação que José apresenta com o alimento ao relatar que o carregava consigo. Trata-se de um elemento básico e fundamental na constituição da alimentação nacional, sobretudo na região nordeste, onde muitas vezes não se come sem

³⁶ Aqui Zé Mochila refere-se a Juazeiro do Norte, município localizado no estado do Ceará, ao qual dirigem-se anualmente milhares de pessoas, vindas sobretudo dos estados do Nordeste, a fim de responder, de algum modo, a sua devoção popular, geralmente com o intuito de “pagar promessas”.

³⁷ MOTTA, 2006.

³⁸ CASCU DO, 1983.

farinha. Se tivermos em vista, ainda, sua aparente condição social, podemos considerar que a farinha de mandioca possivelmente compunha tanto o complemento para o sustento que lhe era ofertado por membros da comunidade, quanto a sua base alimentar em momentos de necessidade.

Joselito Da Silva Motta também ressalta que costumam ser carregados “na capanga, na mochila ou no embornal a farinha de mandioca, um pedaço de rapadura, um pedaço de carne seca e uma cabaça de água.”³⁹. A referência, portanto, à mochila como item fundamental para o transporte do alimento não é novidade. Há relatos na literatura que apontam, do mesmo modo, para esse uso da mochila. Pode-se tomar, como exemplo, os relatos do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied em viagem ao Brasil entre 1815 e 1817, em que descreve os soldados brasileiros no encalço de indígenas, carregando, através das matas, “às costas uma longa mochila, com uma quarta e meia (meio alqueire saxão) de farinha, um pouco de rapadura (pedaço grande e quadricular de açúcar grosseiro e escuro), e ainda doze libras de carne seca, tudo isso ração calculada para doze dias.”⁴⁰. Referência semelhante encontramos na literatura de cordel, em pesquisa ao acervo da Cordelteca do Centro de Folclore e Cultura Popular. Nele, constam três cordéis que explicitam esse mesmo uso da mochila. Em “O fazendeiro mendigo e a cabocla engalhada”, do cordelista e repentista paraibano José João dos Santos (1932 – 2016), Mestre Azulão, lê-se:

Da farinha e rapadura
Que na mochila trazia
Comeu e bebeu mais água
Consigo mesmo dizia
Daqui só saio amanhã
Quando amanhecer o dia⁴¹

Já em “Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros”, de Leandro Gomes de Barros (1865 – 1918), conta-se:

Quando eu vi que a tropa ia
Já n’uma grande lonjura,
Fui, apanhei o mochila,
Achei carne e rapadura,
Farinha, queijo e café,
Ahi chegou-me a fartura.

Achei a borracha d’água
Matei a sede que tinha,
A carne já estava assada,

³⁹ MOTTA, 2006. Acesso em 12/02/2021.

⁴⁰ WIED-NEUWIED, 1940, p. 301.

⁴¹ SANTOS, 2001, p. 08.

Fiz um pirão de farinha,
Enchi a barriga e disse:
Deus te dê fortuna, oncinha.⁴²

E, por fim, referência semelhante vemos, ainda, no cearense Expedito Sebastião da Silva (1928 – 1997), em “Retirada?”:

E quando o homem resolve
aquela terra deixar
a família se reúne
e começa a procurar
naquelas coisas precárias
as que são mais necessárias
pra na viagem levar

Numa mochila a mulher
faz a farinha guardada
o homem com um pedaço
de carne seca salgada
um guri triste e sem graça
põe água na cabaça
que vão beber na jornada⁴³

Nos versos acima, a mochila que carrega, de modo geral, farinha, carne e rapadura, é equipamento de, respectivamente, um mendigo, um soldado e de retirantes. Em todos os casos, sujeitos com paradeiro incerto. Parece ser esse, também, o caso de Zé Mochila, que andava por diferentes cidades e eventualmente dormia em praças, como ele relata. A ideia de que sua mãe preparava a farinha leva a crer que ela tivesse moradia fixa, mas a necessidade do filho de levar a mochila possivelmente está relacionada a hábitos errantes, confirmados pelos entrevistados, que dizem vê-lo recorrentemente em diferentes cidades e sítios.

Alfredo: Ah... Algumas coisinhas dele. Calcinha arregaçada, pra mim, tô vendo ele bem aqui. Arregaçava a calça... descalço... mas era muito engraçado mesmo. Tinha história muito bonita de ver.

Entrevistadora: Por que será que ele ficava andando, assim, dum lado pro outro, né?

Alfredo: É... porque era o destino... destino dele era esse. Era o destino dele era esse. Cada tem um jeito pra alguma coisa. Se o destino dele era aquele ali. Foi mais da história da mãe dele, né? Que ele começou, que sabe que ele judiou com ela e aí... foi isso mesmo.⁴⁴

Entrevistadora: E por que será que tem gente que conhece ele em Sanharó, Pesqueira, Belo Jardim...

Antônio: Mochila andava atrás de todo o canto.⁴⁵

⁴² BARROS, [19-?], p. 12.

⁴³ SILVA, 19-.

⁴⁴ Entrevista de Alfredo dos Santos Bezerra, concedida à autora em 07 jan. 2020.

⁴⁵ Entrevista de Antônio, concedida à autora em 09 jan. 2020.

O relato de alguns entrevistados aponta para a ideia de que Zé Mochila tivesse realmente uma moradia fixa, mas a sua localização não é consensual ou específica⁴⁶. Há referências à Vila Nova⁴⁷, perto de Canhotinho, Armazém⁴⁸ e também outras menos precisas, como a de Cícero:

Entrevistadora: O senhor era corajoso, né? Andar com ele à noite.
Cícero: Eu tinha...Era porque às vezes era assim... (...) Eu sempre vinha pra aqui, só voltava dez, dez e meia, onze horas da noite. Aí quando eu chegava no caminho, ele aparecia. Aí digo “auê”, “opa, seu Zé”, “Vai pro sítio agora, é?”, eu disse “é”. “Eu também vou”. “Bora!”. Aí saía conversando mais ele, porque daqui pra onde eu morava são seis quilômetros e da minha casa pra dele dava mais dois. Aí ele aparecia, eu ia andando mais ele, mas graças a Deus eu nunca vi ele virando cachorro não. [risos]⁴⁹

Em um segundo momento, Cícero parece dar uma explicação à essa condição errante:

Entrevistadora: E não tinha casa certa? Morava na rua?
Cícero: É, não tinha canto certo, né? Lá no sítio ele passou muito tempo, o cabra ajeitou uma casinha pra ele, mas era assim, ele dava uma volta, passava dois, três dias sem chegar, aí quando ele num tava lá, já sabia, ele tava aqui em Mulungu. Tomando cachaça, e tinha um povo aqui que ajeitava ele também, que era Augusto, que era primo dele, [*incompreensível*], que ajeitava muito ele.

A despeito da mochila ser associada também a retirantes e soldados, a pesquisa ao acervo da Cordelteca permite verificar que os sujeitos que carregam a mochila, com alimentos e pequenos pertences, são, em grande parte das vezes, definidos como mendigos, o que também se assemelha ao caso em análise. Em “Proezas de João Grilo”, de João Martins de Ataíde (1880 – 1959), e em “A vida de Buda em versos”, de J. Palmeira Guimarães, lê-se, respectivamente:

Certa vez chegou na côrte
um mendigo esfarrapado
uma mochila nas costas
dois guardas de cada lado
seu rosto cheio de magua
os olhos vertiam agua
fazia pena o coitado⁵⁰

Passava os dias e as noites
em meditação tranquila
possuía o manto amarelo
a marmita e uma mochila.
Quando a comida acabava
ele vinha e mendigava
nos arredores da Vila.⁵¹

⁴⁶ Adiante se verá a entrevista com Beatriz, com quem José vivera durante um tempo, e que ressalta o hábito do sujeito de, eventualmente, “caminhar pelo sertão”.

⁴⁷ Antônio apresenta essa informação na sua entrevista.

⁴⁸ Simone apresenta essa informação.

⁴⁹ Entrevista de Cícero Santos Costa, concedida à autora em 09 jan. 2020.

⁵⁰ ATAÍDE, 1960.

⁵¹ GUIMARÃES, 19-.

Dentre os entrevistados, Simone também faz essa aproximação, indicando uma relação entre a mochila e a sua condição errante e mendicante:

Ele andava sempre com uma mochila nas costas e essa mochila era o quê? Alguma muda de roupa, uma..., alguns pertences simples, humildes, que ele andava nas costas, porque como eu te falei, ele vivia no mundo. (...) Entre muitas e muitas histórias, né, a questão de que ele passava fome, porque ele vivia no mundo, né, não parava em casa, não tinha dinheiro, não trabalhava, e que ele passava bastante fome. Então aonde ele chegava, quem dava um prato de comida, então, ou dava uma água, mas as pessoas também não gostavam dele, porque uma das características que prevalece até hoje é que ele tem uma ponta de língua para os palavrões... (risos), assustadora...⁵².

1.2 Territorialização dos objetos de pesquisa

Com o objetivo de localizar a região em que as narrativas sobre Zé Mochila circulam, foram colhidos, além das entrevistas, dados no *Facebook*. O método foi escolhido posto que se fazia necessário identificar, com amplitude, a distribuição geográfica dessa transmissão, uma vez que os contadores e entrevistados referem-se reiteradamente a um amplo conjunto de sítios, municípios e distritos pelos quais circulava Zé Mochila. Desse modo, foi criada no *Facebook* a página “Histórias de Zé Mochila” em 25 de maio de 2020, em que constava uma apresentação da pesquisa e da pesquisadora, e as pessoas eram convidadas a interagir contando o que sabiam sobre a lenda e a sua relação com a narrativa. Em dois dias a página foi desativada, devido a uma intervenção do asilo onde reside José, atrelada, segundo o representante da instituição, à necessidade de proteger a imagem e a história do idoso. Impressionam, contudo, os dados fornecidos pelo *Facebook*: em dois dias, a página atingiu 53.616 pessoas e teve 15.590 engajamentos. Passou a ter, também, 901 seguidores e foram recebidas 22 mensagens privadas (via Messenger) de pessoas que se dispunham a contar as histórias que sabiam, muitas delas já encaminhando seus números de telefone pessoais e endereço, sem que houvesse nenhuma solicitação a respeito. No *feed*, foram enviados 376 comentários em que se liam as histórias sobre Zé Mochila, ouvidas e vividas, o envolvimento dos participantes com a narrativa e a sua posição sobre a veracidade do que contavam. Foi feito, a partir disso, um levantamento sobre as cidades, sítios e distritos citados nos comentários, quase todos salvos em arquivos pessoais da pesquisadora antes do desligamento da página. Aqueles que indicam localidades apontam para ao menos um dos seguintes aspectos: local onde residem ou residiram os internautas que comentam a postagem, local onde residem pessoas que esses internautas acreditam que devam

⁵² Entrevista de Simone Barros de Holanda, concedida à autora em 08 jan. 2020.

ser entrevistadas (nesse caso, referem-se sobretudo a idosos que não estão inscritos nas redes sociais e que conviveram com Zé Mochila ou que teriam com ele alguma relação de parentesco) e também locais nos quais Zé Mochila teria passado ou vivido, segundo esses depoimentos. Este levantamento pode ser identificado nos mapas e no quadro abaixo.

Nos mapas, as localidades (incluindo sítios, municípios e distritos citados) foram divididas em dois aspectos:



Locais em que Zé Mochila teria vivido ou frequentado, segundo os depoimentos;



Locais em que os internautas que comentaram a página “Histórias de Zé Mochila” dizem viver ou terem vivido⁵³.

Figura 1 - Visão em escala reduzida, o que evidencia o espalhamento da história de Zé Mochila em diferentes estados brasileiros. Em roxo, identifica-se os locais em que as pessoas entrevistadas ou que comentaram a página “Histórias de Zé Mochila” dizem viver ou terem vivido.

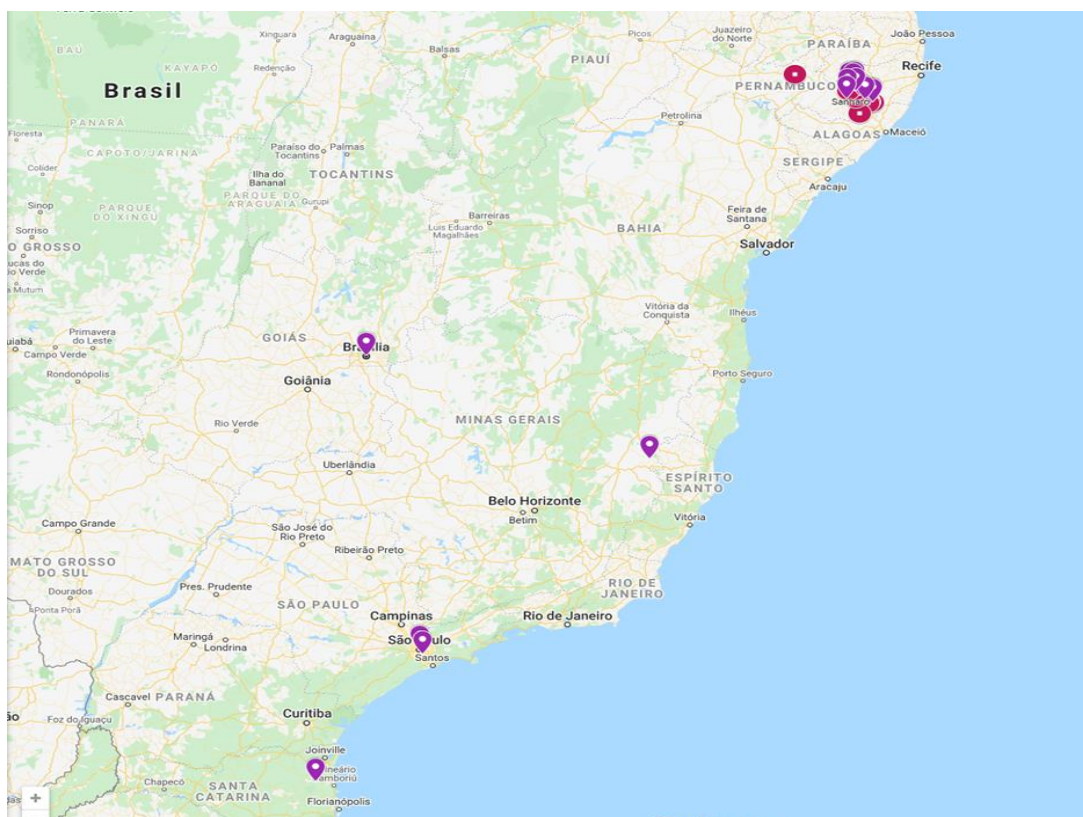


Figura adaptada pela autora com a ferramenta *My Maps*, do *Google Maps*.

⁵³ Nos relatos, os locais onde os internautas dizem viver ou ter vivido no passado estão associados à convivência com Zé Mochila ou com pessoas que, nesses lugares, contavam histórias sobre ele.

Figura 2 - Visão em escala aumentada, em que destacam-se os sítios, municípios e distritos relatados que foram identificados pelo Google Maps. Em roxo, identifica-se os locais em que as pessoas entrevistadas ou que comentaram a página “Histórias de Zé Mochila” dizem viver ou terem vivido. Já em vermelho, estão os locais em que Zé Mochila teria vivido ou frequentado, segundo os depoimentos.

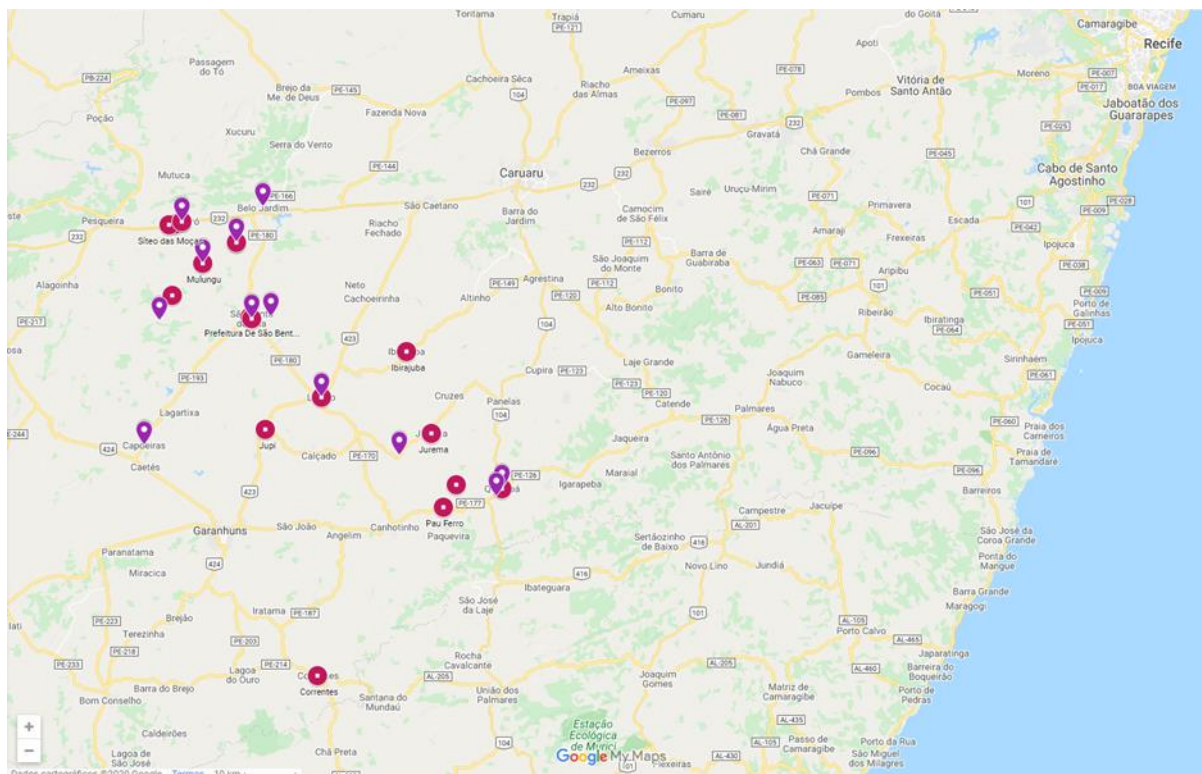


Figura adaptada pela autora com a ferramenta My Maps, do Google Maps.

Na tabela abaixo, vê-se uma relação quantitativa, em que é indicado o número de referências feitas, nos comentários da página do *Facebook*, a locais apontados pelos internautas baseados nos mesmos aspectos destacados acima. Neste caso, entretanto, foram especificadas as formas como esses locais são indicados, dado que muitas vezes não há referência explícita a um município, mas sim a um sítio, distrito ou bairro que não necessariamente foi georreferenciado pelo *Google Maps*.

Tabela 1 - Dados da pesquisa na página do Facebook “Histórias de Zé Mochila”, criada em 25 de maio de 2020 e desativada em 27 de maio de 2020.

Estado	Municípios apontados nos comentários	Número de pessoas que fizeram referência a	de locais que aparecem nos comentários (incluem nomes de sítios, distritos, bairros, ruas)	Número de pessoas que fizeram referência a cada
--------	--------------------------------------	--	--	---

		esses municípios		uma das variações
Pernambuco	Belo Jardim	11	Belo Jardim	4
			Rodrigues	1
			Água Fria	5
			Sítio Cavalo Morto	1
	Cachoeirinha	1	-	-
	Capoeiras	1	-	-
	Jupi	3	-	-
	Jurema	4	Jurema	1
			Sítio Correntes	1
			Queimadas	2
	Ibirajuba	1	-	1
	Lajedo	7	-	7
	Pesqueira	1	Povoado Cacimbão	1
	Quipapá	11	Quipapá	4
			Bairro Cruzeiro / Vila do Cruzeiro	5
Pau ferro - Vila Nova			1	
Usina Água Branca			1	
Sanharó	19	Sanharó	6	

			Mulungu	10
			Sítio Brejinho	1
			Sítio Malhada da Pedra	2
	São Bento do Una	8	São Bento do Una	6
			Sítio Milho Branco	1
			Sítio Calunga	1
Minas Gerais	Itabirinha	1	-	-
São Paulo	São Bernardo	1	-	-
	São Paulo	3	-	-
Distrito Federal	Brasília	1	-	-
Santa Catarina	Blumenau	1	-	-

Fonte: A própria autora

Na figura 1, é possível perceber o ciclo de migração da lenda. Notam-se pontos identificando pessoas que relatam ter tido proximidade com a narrativa no Distrito Federal e nos estados do Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina. As localizações não parecem aleatórias, se considerarmos que Brasília foi um dos destinos da migração nordestina entre os anos 1950 e 1960, para a construção do Distrito Federal, criado pela Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. No ano seguinte, o IBGE procedeu à primeira contagem populacional na capital, na qual foi identificada a presença de 12.283 habitantes. Já em 1959, onze meses antes da inauguração de Brasília, o Censo Experimental realizado identificava um quantitativo populacional de 64.314 habitantes, dos quais 55.737 (86,7%) eram imigrantes brasileiros e, destes, 15.565 (24,2%) eram nordestinos⁵⁴. Já as regiões sul e sudeste foram os principais destinos de migração nordestina durante a década de 70 devido, sobretudo, à desproporcional

⁵⁴ CODEPLAN, 2013, pp. 12 - 16.

concentração econômica e aos investimentos em indústrias realizados nos anos anteriores na região centro-sul, impulsionadas no período da ditadura militar.

Já na figura 2 e na tabela 1, nas localidades identificadas na região Nordeste, há predominante coincidência entre os locais em que viveu ou circulou Zé Mochila e os em que vivem ou viveram moradores que contam histórias sobre ele. Na tabela abaixo (tabela 2), pode-se encontrar a relação de municípios identificados nos depoimentos do *Facebook* e nas entrevistas que estão localizados nessa região. Grande parte deles está reunida no Agreste Pernambucano, uma área intermediária entre a Zona da Mata e o Sertão. O Agreste Pernambucano é umas das cinco mesorregiões de estado de Pernambuco e é composta de seis Microrregiões, de acordo com classificação do IBGE⁵⁵. São elas: Alto Capibaribe; Médio Capibaribe; Vale do Ipojuca; Brejo Pernambucano; Garanhuns; Vale do Ipanema. Já a Mesorregião da Mata Pernambucana é composta por três microrregiões: Mata Setentrional Pernambucana, Vitória de Santo Antão e Mata Meridional Pernambucana.

Tabela 2 - Dados da pesquisa e de informações obtidas pelo IBGE.

	Microrregiões	Vale do Ipojuca	Garanhuns	Brejo Pernambucano
Mesorregião: Agreste Pernambucano	Municípios identificados nos relatos	Belo Jardim Cachoeirinha Capoeiras Pesqueira Sanharó São Bento do Una	Jupi Jurema Lajedo	Ibirajuba
Mesorregião: Mata Pernambucana	Microrregião	Mata Meridional Pernambucana		
	Município identificado nos relatos	Quipapá		

Fonte: Autoria própria

⁵⁵ IBGE, 2011.

Foram identificados municípios situados em duas mesorregiões da macrorregião Nordeste: Agreste Pernambucano e Mata Pernambucana. Embora apenas a cidade de Quipapá esteja situada em outra mesorregião que não o Agreste Pernambucano, a distância entre ela e as demais cidades não é grande: são cerca de 25 km até Jurema e 50 km até Lagedo. A maior distância entre os municípios em que Zé Mochila teria vivido ou circulado com frequência, segundo os relatos obtidos, é de cerca de 100km, entre Quipapá, sua cidade de origem, e Sanharó ou Belo Jardim.

De todo modo, a lenda denota uma grande circulação. Cabe, no entanto, ressaltar um aspecto fantástico da narrativa a que possivelmente a circulação regular de Zé Mochila atribua sentido: a sua capacidade de, metamorfoseado, circular por sete estados, ou províncias, a depender da versão, em uma mesma noite. Nossa hipótese reside na ideia de que os feirantes, que viajavam regularmente a trabalho, e mesmo o público mais assíduo das feiras, deparando-se frequentemente com a figura em circulação, impressionavam-se com as possibilidades encontradas por ele para viajar por vários lugares, o que se transpõe na linguagem informal em uma expressão hiperbólica recorrentemente usada em Pernambuco quando se deseja apontar para situações de grande alcance: “*em todo o nordeste*”. Vale ressaltar que no processo de regionalização do Brasil, entre 1945 e 1970, a região nordeste era composta por sete estados: entre 1945 e 1950, integrada por Nordeste Ocidental (composto por Piauí e Maranhão) e Nordeste Oriental (composto por Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), e de 1950 a 1970, com a unificação dessas duas regiões. Dado o período em que circulou Zé Mochila, como homem e como lenda, é possível compreender que a concepção de nordeste estava articulada à regionalização então vigente.

1.3 Um homem nas feiras

O Agreste pernambucano é, originalmente, uma região agropastoril⁵⁶. Situado entre a zona litorânea (Zona da Mata) e o Sertão, marcado pela seca severa, está na faixa de transição entre a Caatinga e a Mata Atlântica. Desse modo, tem um microclima que favorece o cultivo agrícola, constituído fortemente pela mandioca, entre outras raízes, por frutas diversas (dentre as quais se destaca, sobretudo, o tomate), e também hortaliças. A economia da região está relacionada, de modo expressivo, à policultura familiar, com pouco emprego tecnológico⁵⁷. Essa produção ocorre em pequenas propriedades, a que se denominam sítios, e a produção

⁵⁶ ANDRADE, 1998.

⁵⁷ Idem, 1991. Não se desconsidera, entretanto, o aumento em curso de diferentes práticas de monocultura.

encaminha-se à subsistência das famílias e às feiras, onde é vendido o excedente. Nas feiras, também são comercializados o artesanato e a produção têxtil - a indústria têxtil é expressiva nos arredores⁵⁸, dada a proximidade com Caruaru, situado na mesorregião do Vale do Ipojuca, um polo têxtil que gera um número expressivo de empregos para a população do estado em diversas fábricas do gênero. São as feiras também um importante espaço de interação e sociabilidade, o que as torna um local de visita frequente, mesmo para aqueles que não têm a intenção de consumir.

Esse retrato inicial da região que culmina nas tradicionais feiras pernambucanas apresenta um quadro geral da economia local e também dos costumes, fundamentais para a compreensão, neste trabalho, da sociedade em que está centrada a pesquisa, os entrevistados e também a figura de Zé Mochila, assíduo frequentador das feiras locais. Nesse sentido, cabe aqui um levantamento histórico sobre o desenvolvimento da ocupação do agreste pernambucano, bem como da sua organização econômica, o que nos leva a compreender, também, os sentidos atribuídos às feiras nessa região - e consequentemente à necessidade de frequentá-las - que superam uma relação puramente comercial.

No período colonial, a atividade comercial do estado de Pernambuco estava centrada, sobretudo, na produção açucareira: nas zonas litorâneas, estavam situadas as plantações e os engenhos de cana-de-açúcar, bem como os armazéns e portos voltados ao embarque da produção com destino à metrópole. Caio Prado Jr., em significativos estudos sobre o período, acrescenta que, com uma organização econômica toda orientada a esse fim, uma vez que a exportação gerava grandes lucros, estabeleceu-se um grave problema: o “abastecimento dos núcleos de povoamento mais denso, onde a insuficiência alimentar se tornou quase sempre a regra.”⁵⁹. Nas fazendas, havia cultivo suficiente de frutas, legumes, hortaliças e a criação de animais voltada ao sustento das famílias mais abastadas, mas fora desse pequeno núcleo, poucas eram as criações ou plantações destinadas à alimentação daqueles que trabalhavam nos canaviais. O autor relata medidas que foram tomadas com o objetivo de sanar esse problema, como a obrigatoriedade que se impôs aos engenhos de plantarem mandioca e outras espécies do gênero, mas que foram, em grande medida, frustradas. Com isso, desenvolveu-se a necessidade de investimento em uma atividade econômica secundária, a pecuária, a fim de alimentar a população, porém ocupando territórios que não estivessem destinados aos grandes plantios. Nesse sentido, tem-se registros como a “Carta Régia” de 1701, que proibia a criação

⁵⁸ ANDRADE, 2016.

⁵⁹ PRADO JR., 1990, p. 43.

de gado até dez léguas da costa, com o intuito de que se mantivesse nessas áreas a prioridade da produção açucareira. Sobre essa atividade pecuária, explica Caio Prado Jr.:

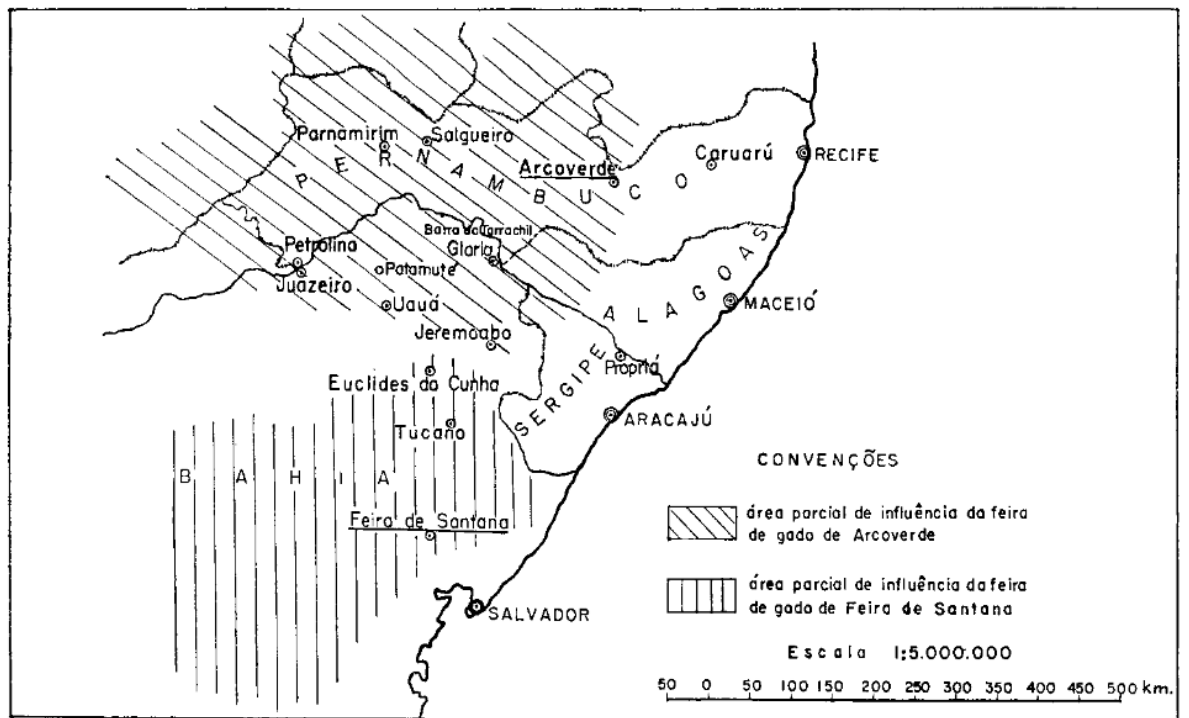
A cultura da cana não permitiu que se desenvolvesse nos férteis terrenos da beira-mar. Relegou-a para o interior mesmo quando este apresentava os maiores inconvenientes à vida humana e suas atividades, como se dá em particular no sertão do Nordeste. (...) É nesta região ingrata que se desenvolve a pecuária que abastecerá os núcleos povoados do litoral norte, do Maranhão até a Bahia. Apesar das condições desvantajosas — em parte graças a elas porque forçaram uma grande dispersão —, as fazendas de gado se multiplicaram rapidamente, estendendo-se, embora numa ocupação muito rala e cheia de vácuos, por grandes áreas. Seus centros de irradiação são a Bahia e Pernambuco.⁶⁰

Os animais eram levados, então, em longas viagens, do sertão, onde eram criados, ao litoral, com o intuito de alimentar a população, uma vez que não se constituía, ainda, o sistema de matadouros e frigoríficos. Os caminhos percorridos por eles eram, de costume, os que margeavam os rios, dos quais pode-se destacar o São Francisco. Em artigo à Revista Brasileira de Geografia, em 1952, Ney Strauch aponta a criação, no período, de feiras de gado no percurso entre esses pólos de criação e consumo, até onde ia o sertanejo vender os seus produtos (e também comprar os que viessem do litoral), negociando com comerciantes que os encaminhariam para Recife e seus arredores. No artigo, dá destaque a duas grandes feiras de gado do nordeste, as de Arcoverde e de Feira de Santana, “pontos de convergência” entre o “sertão, área produtora” e o “litoral e as matas, zona de consumo”⁶¹. Na figura abaixo (figura 3) é possível observar a grande área de influência de cada uma dessas feiras, o que denota a sua importância.

⁶⁰ *Ibidem*, pp. 43-44.

⁶¹ STRAUCH, 1952, p. 101.

Figura 3 - Mapa de influência de feiras de gado



Fonte: STRAUCH, 1952, p.102

O geógrafo entende o surgimento das feiras de gado como “uma exigência das condições da pecuária naquela região”⁶², dada a distância entre o sertão e o litoral, e, em razão disso, a necessidade dos vaqueiros de ter pontos fixos (geralmente em fazendas, ranchos ou pequenos povoados) para realizar paradas de descanso.

Nessas paradas, que passaram a ter uma movimentação frequente, instauraram-se zonas de comércio intermediárias, de modo que o gado trazido do sertão era vendido ali mesmo a compradores (“boiadeiros-compradores”) que o distribuíam para diversos municípios da região, bem como para o litoral. No artigo, cita registro em que essas feiras foram chamadas de “portos”, dada a intensidade das negociações e do escoamento dos produtos em áreas limítrofes da região sertaneja. Ressalta também a existência de outras feiras menores, a exemplo de Caruaru, em que se comercializava o gado excedente chegado de Arcoverde⁶³. Neste município nasce o Rio Ipojuca, que se estende por 320 quilômetros até o Porto de Suape. Antes, contudo, de infletir para sudeste, o rio segue até Chão Grande, que se localiza a cerca de 70 km do Recife. Considerando, uma vez mais, o caminho da boiada à beira dos rios, pode-se observar, às

⁶² *Ibidem*, p. 101.

⁶³ ANDRADE, 1991, p.147.

margens do Ipojuca, a localização dessas feiras de gado menores, mas expressivas na região agreste, que mais tarde coincidiriam com os maiores municípios agrestinos, como Pesqueira, Belo Jardim e Caruaru, já na mesorregião do Vale do Ipojuca (ver figura 5).

Figura 4 - Bacia hidrográfica do Rio Ipojuca.



Fonte: PERNAMBUCO/SRHE (2018a)

O processo de urbanização desses locais começa a desenvolver-se com a movimentação em torno da aglomeração frequente das feiras de gado. Annahid Burnett⁶⁴ acrescenta dois aspectos a esse desenvolvimento urbano: a presença dos mascates e dos produtores agrícolas, que aproveitam a aglomeração das feiras de gado para vender seus produtos, e a construção de capelas, que a autora observa ser um ponto central no crescimento de Caruaru, dado que concentravam os atos religiosos quando recebiam a presença do vigário, como casamentos e batizados, e que atraíam grande número de pessoas, algumas, em vista disso, instalando-se permanentemente nos arredores. Francisco Barboza Leite⁶⁵, ao descrever o fenômeno das feiras nordestinas, associa, inclusive, esses aspectos entre si:

O dia da "feira" coincide, via de regra, com um domingo, casando-se então os ofícios religiosos com as conveniências profissionais. Nessa ocasião pode o sertanejo desobrigar-se de suas penitências e, ao mesmo tempo, efetuar transações comerciais, satisfazer compromissos de compadresco ou suprir-se de remédio; prover-se de utilidade as mais diversas, inclusive dos pitorescos "rimances" que constituem farta e ingênua literatura cabocla e têm difusão surpreendente nos meios rústicos.⁶⁶

⁶⁴ BURNETT, 2014.

⁶⁵ LEITE, 1966.

⁶⁶ *Ibidem*, p.155.

A crescente movimentação de pessoas levou ao aumento da regularidade das feiras, que passaram a ser semanais. Consequentemente, houve um desenvolvimento do comércio e os conglomerados populacionais começaram a se estabelecer nesses pontos. O resultado desse processo não é apenas o progresso do urbano, mas também das próprias feiras, que Ney Strauch diz serem “o acontecimento mais importante da semana”⁶⁷. A feira passa a ser o dia de maior movimento nas cidades, em que se desenvolve um comércio abundante, para onde se destinam muitos dos produtos agrícolas advindos dos sítios vizinhos. É interessante observar que o estabelecimento de outras atividades econômicas na região, como por exemplo a manufatura e as fábricas têxteis, cuja relevância está evidenciada no expressivo comércio de Caruaru e na feira da Sulanca, contribuíram para que o tempo que muitas famílias dedicavam ao plantio do roçado diminuísse, o que elevou a necessidade da comercialização desses alimentos. Constrói-se, portanto, uma estreita relação entre o universo rural e agrícola e a feira, o que compõe uma complementação da renda familiar daqueles que antes plantavam exclusivamente para a subsistência. Pouco a pouco, ela também se enriquece do artesanato, da produção têxtil local, e de uma farta sorte de alimentos processados, caseiros ou fabricados nas pequenas indústrias que vão se formando.

É singular a expressividade das feiras agrestinas, que transformam a vida das cidades no dia em que ocorrem. Instaladas nas praças centrais e com longa duração, movimentam variadas naturezas de negócios e diferentes grupos de pessoas. Com a feira, chegam as novidades, o que atrai não apenas potenciais consumidores, mas também pessoas interessadas nos aspectos de sociabilidade que ela propicia. Nesse sentido, Pazera Jr.⁶⁸ aponta a feira como um ambiente que oferece mais do que a relação de compra e venda de produtos, percebendo-a também como situação de desenvolvimento de relações sociais diversas. Assim, identifica nela, além de ponto regular de encontro de entre amigos,

locus escolhido para os mais variados atos da vida social mantendo assim um sentido de permanência. Ali se sabem as últimas notícias e boatos. Ali são feitos os anúncios de utilidade pública. Comícios, geralmente ocorrem em dia de feira, podendo contar, assim, com o maior público possível da zona rural. Espetáculos artísticos, dentre eles alguns hoje ditos folclóricos, desenvolvem-se na feira. Apresentam-se espetáculos com o fito de promover algum produto, como é o caso dos remédios, ou ainda como forma de entretenimento (cuja remuneração é voluntária), a exemplo dos cantadores que evocam os trovadores medievais, apresentando riqueza em experiência e memória. A literatura de cordel é divulgada quase que exclusivamente nas feiras, sempre com suas raízes no povo. É muito significativo que, até nas grandes capitais

⁶⁷ STRAUCH, 1952, p. 103.

⁶⁸ PAZERA JR., 2003, p.18 apud PAZERA JR., 1987, p. 654.

nordestinas, mesmo as pessoas que não freqüentam feira e fazem compras no Hipermercado, dizem: “vou à feira”, o que indica o permanente na mudança.⁶⁹

Ney Strauch também dá ênfase a esse aspecto em seu estudo sobre as feiras de gado, observando que é “interessante assistir aos violeiros, cantadores de improviso (cegos em geral), as conversas dos grupos, cada qual querendo destacar-se pela história que diz ser verídica mas que todos protestam.”⁷⁰. Destaca-se, nessas descrições, o aspecto cultural marcante das feiras agrestinas, associado sobretudo ao folclore, ao cordel, ao canto e à contação de histórias. Não se trata, portanto, de apenas mais uma possibilidade de ambiente de consumo, como o são as feiras no Sudeste, alternativas às lojas, quitandas e supermercados. A feira agrestina desenha-se também como situação central de troca e sociabilidade da população da região, que deslocava-se regularmente para ela sem que haja, necessariamente, objetivos precisos. A vida das cidades se organiza, muitas vezes, em torno dela.

Tem-se, portanto, um panorama geral do ambiente que tanto atrai José e que pode estar associado, de alguma maneira, à construção da figura mítica de Zé Mochila, ou ao menos a sua manutenção. Do seu relato, depreendemos que a intensa circulação por diferentes municípios está ligada, muitas vezes, à possibilidade de fazê-lo gratuitamente, sendo agraciado com caronas ou passagens, o que parece fundamental para que fosse viabilizada a um homem com poucos recursos. Figura próxima de um andarilho, dependente, muitas vezes, dos favores de quem lhe oferecesse alimento e bebida, parece ter assim se locomovido com relativa frequência; não, certamente, por sete estados em uma noite, como conta a lenda, mas por muitos municípios e feiras da região agrestina e seus arredores.

Ney Strauch descreve um fenômeno que indica que essa era uma situação comum: a habitual chegada de caminhões e ônibus às feiras, lotados de pessoas, muitas delas sem objetivos comerciais, atraídas apenas pela diversão que a situação proporcionava. “Alguns caminhões trazem na carroceria tábuas atravessadas, à guisa de bancos; outros, e talvez a maioria, não possuem tal preocupação”, pormenoriza, enfatizando as condições para que o transporte carregasse um grande número de passageiros⁷¹. Assim, eram transportados muitos daqueles que vinham de outros municípios, ou de sítios no entorno, à festa da feira. Pazera Jr. ressalta ainda a importância que a feira tem para os pobres, salientando o fato de que ela viabiliza o consumo dessa parcela da população, sobretudo pelo fato de que nela estão

⁶⁹ Idem, 2003, pp. 18-19.

⁷⁰ STRAUCH, 1952, p. 104.

⁷¹ *Ibidem*, p. 104.

instituídas as trocas comerciais de variadas naturezas⁷². Talvez, não esteja, portanto, centrado apenas no aspecto lúdico o interesse de José pelas feiras, mas também nas possibilidades de suprir necessidades de consumo.

Em entrevista, Alfredo conta que o lugar onde ele costumava encontrar Zé Mochila era na feira, em Sanharó, município em que vive: “Isso foi realidade, que eu já conversei muito com as famílias, mas ele, ele na feira... (...) isso, na feira, que eu via muito ele. Ele andava na feira, no meio da gente.”⁷³. Nelson também relata uma situação em que é abordado por Zé Mochila na feira:

Fui para casa, tomei banho, troquei de roupa, quando foi quatro horas da manhã, levantei. Aí vinha para a feira na terça-feira, né?! Eu vinha cedo, que era para comprar um pedacinho de carne e uma verdurinha. Quando cheguei na rua, uma ressaca daquela... Daí fiquei, tinha uma mulher que vendia uma torradinha, umas cachaças, uns tira gostos... Eu fui direto pra cachaça da mulher. Cheguei lá eu digo: “Ô Judite, bota uma pra mim aí.”, ela botou. Quando eu botei a mão no copo, ele na minha mão... Eu olhei: “Oxi, é tu, é?” Ele disse: “Essa noite eu não bebi, não, mas agora eu quero beber.”⁷⁴

Compõe essa perspectiva o relato de Beatriz⁷⁵, uma senhora que me recebeu em sua casa, no município de Lajedo, para uma entrevista, inicialmente um pouco receosa, diante da circunstância incomum de dar um depoimento sobre a própria vida.⁷⁶ Diante, contudo, do pedido de uma família conhecida, com quem eu estabelecera um diálogo sobre a pesquisa, dias antes, ela aceitara a visita, ressaltando, já no início, que seu falecido marido não era irmão de Zé Mochila⁷⁷ - eles eram apenas amigos próximos. De fato, nos dias anteriores, eu ouvira na cidade que ali vivia um irmão de Zé Mochila, ou, para outras pessoas, tratava-se de uma mulher com quem ele tivera uma filha. Segundo o depoimento, Julinho, seu falecido marido, viera de Quipapá, onde fora vizinho de Zé Mochila e de sua mãe, na infância, e instalara-se em Lajedo, município no qual constituíra família com Beatriz. Anos mais tarde, com o falecimento de sua

⁷² PAZERA JR., 2003, p. 97.

⁷³ Entrevista de Alfredo dos Santos Bezerra, concedida à autora em 07 jan. 2020.

⁷⁴ Entrevista de Nelson Souza de Torres, concedida à autora em 09 jan. 2020.

⁷⁵ Entrevista de Beatriz, concedida à autora em 13 jan. 2022.

⁷⁶ Verena Alberti ressalta que o que se pede ao entrevistado é muito estranho: que conte sua vida a alguém que mal conhece e ainda por cima diante de um gravador. (ALBERTI, 2004)

⁷⁷ Nesta dissertação, para diferenciar o sujeito e as narrativas que são atribuídas a ele, uso, respectivamente, os nomes “José” e “Zé Mochila”. Na entrevista com Beatriz, em algum momento ela se lembra da primeira parte de seu nome de registro (ela mostra tentar recordar do segundo nome, sem sucesso). No entanto, refere-se, todo o tempo, ao sujeito como “Zé Mochila”, afirmando que ele não se importava de ser chamado assim, exceto quando estava bêbado e a antonomásia servia como uma forma de pilhéria de conhecidos que o encontravam na rua. Desse modo, é importante ressaltar que nenhum entrevistado se refere a ele como José, denominação que emprego apenas neste contexto, a partir dos dados pessoais que constam na documentação fornecida pelo asilo. Neste trecho, no entanto, uso “Zé Mochila” para referir-me ao sujeito, dado que trata-se de uma reconstrução das informações fornecidas por Beatriz durante a entrevista.

mãe, o antigo vizinho viera morar com eles, na condição de uma espécie de agregado: morava em um quartinho nos fundos da casa, recebia alimentos, roupas e outros cuidados, e ajudava no trabalho com o roçado.⁷⁸ A entrevistada e sua filha, que em certo momento participa da entrevista, ressaltam que, regularmente, Zé Mochila levantava-se cedo, pedia seu café e se dirigia ao roçado. Em alguns dias, entretanto, decidia que ia beber, e nessas circunstâncias, não trabalhava. Em outros, saía andando “pelo sertão todinho a pé”⁷⁹, e ficava dias caminhando por diferentes municípios. Segundo elas, ele o fazia “só pra distrair andando”⁸⁰.

Entrevistadora: E Mulungu, a senhora sabe quando ele andou pra esses lados? Mulungu, Sanharó...

Beatriz: Sei não. Ele andava por todo canto, Zé Mochila.

Entrevistadora: Mesmo quando ele morava aqui?

Beatriz: É... quando ele morava em Lajedo, ele saía pra ir andar, ele andava por todo canto. Tinha vez que ele chegava todo estropiado dos pés, eu dizia: “Onde que tu tava?”, ele dizia: “Oxe, tava andando”. Por São Bento, Sanharó, Belo Jardim... tudo isso ele andava.

Entrevistadora: Mas isso ele sumia às vezes uma semana...

Beatriz: É, de vez em quando sumia pr’aqueles cantos. De vez em quando saía.

Entrevistadora: E ficava fora...

Beatriz: É, ficava fora, passava dois, três dias, quatro, cinco, oito. Ia pra Ibirajuba... Era assim, só andava de pé.

Entrevistadora: E aí voltava pro quartinho dele...⁸¹

Em outro momento da entrevista, questiono sobre a sua relação com as feiras, e Beatriz estabelece uma relação entre a ida à feira e o lugar onde o agregado comia:

Entrevistadora: E essa história da feira? Que ele ia em tudo quanto era feira, né? Onde você vai, o povo conta que ele...

Beatriz: [sobreposição] É, era, trabalhava, e quando era dia de feira, ele nem ia pra feira, ele comia era aqui...

Entrevistadora: Mas ele não trabalhava na feira não?

Beatriz: Não, na feira não, era na roça. No roçado, era. Limpando mato.

Entrevistadora: No roçado da família, né?

Beatriz: Era...⁸²

A relação estabelecida pela entrevistada na frase “ele nem ia pra feira, ele comia era aqui” atribui sentido à hipótese de que a feira permitisse a José alimentar-se. Nos dias em que estava com a família, comia com eles, colhendo ao menos uma parte dos alimentos no roçado (“Eu dizia ‘hoje eu vou botar feijão verde no fogo’, oxe, ele saía pro roçado cedo, arrancava e trazia.”⁸³). Por outro lado, nas situações recorrentes em que caminhava por diversos municípios,

⁷⁸ Segundo o depoimento da entrevistada, ali Zé Mochila permanecera por muitos anos, até o dia em que resolvera encontrar um irmão em um município próximo, que supostamente o teria internado no lar do idoso onde vive até hoje. Nesse meio tempo, teria se aposentado com a ajuda de um homem que ela chama de “finado Abelha”.

⁷⁹ Entrevista de Maria, concedida à autora em 13 jan. 2022

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ Entrevista de Beatriz, concedida à autora em 13 jan. 2022

⁸² *Ibidem*.

⁸³ *Ibidem*.

dependia do acolhimento de famílias, como se verá adiante, no caso de D. Angélica, em Mulungu, ou de espaços em que o alimento era abundante, e a própria configuração da situação lhe permitisse pedir “uma bicada” ou um prato de comida, como descreve Nelson. Se algumas pessoas lhe acolhiam pelo costume, pela constância da prática ou por caridade, outras, talvez, fossem instigadas a isso pelo medo ou pelo receio, incitadas pelas narrativas que circulavam a respeito do homem.

Neste ambiente múltiplo da feira, entre agricultores, artesãos, comerciantes, violeiros, repentistas, moradores e viajantes, é possível crer que algumas figuras locais tenham se destacado, seja por sua presença constante, por seu comportamento ou, talvez, até mesmo por características físicas marcantes. Segundo o relato de Beatriz, José teria começado a andar com quinze anos, como contara a mãe deste à sogra daquela, vizinhas em Quipapá. Em Mulungu, conta-se que certa vez ele teria pisado no altar da igreja, e a marca dos seus pés tortos ficara gravada no piso, fixada até que ele fosse trocado. Na visita ao asilo, a José já com 98 anos, foi possível ver, de fato, que há uma deformação nos pés, como indicado na descrição inicial⁸⁴. Além do aspecto físico, Beatriz ressalta, também, uma mudança de comportamento quando José bebia - dizia palavrões, conversava com as pessoas (o que ela afirma que ele não gostava de fazer sóbrio), e difundia, exclusivamente nessas condições, a história da maldição que sobre ele recaía, e o tornara passível de metamorfose.

Há, aparentemente, razões possíveis para que as feiras fossem um espaço com condições privilegiadas para a circulação do caminhante José, do qual nasceu Zé Mochila. É possível supor que, assim como se tratavam de oportunidades de sustento, à medida em que ele circulava, toda a narrativa que o cerca tenha sido, do mesmo modo, alimento cultivado nessas feiras, cambiado em trocas culturais e sedimentado como manifestação popular da cultura local.

1.5 Trabalho e figuração

A compreensão do ambiente em que circulava José levanta, entretanto, questionamentos acerca das possibilidades de atuação desse indivíduo no universo do trabalho. Afinal, na conversa com Antônio, ele afirma mais de uma vez que trabalhava:

Antônio: Ô Ze, tu já tem uns cento e vinte anos?

(...)

José: Cem?

(...)

José: Tenho mais. Agora, eu me lembro. Eu me lembro que eu... aquele menino, aquele menino, eu batia... eu trabalhava com ele. Com Bega.

⁸⁴ Cf. p. 20.

Antônio: Sim.
 José: Trabalhava com Gel. Trabalhava com Seu Pedro. Mas... eles fizeram uma festa lá, com o tocador, foi o finado Nivaldo.
 (...)
 José: Mas tudo isso eu conheço, que eu eu morava aí, eu morava aí... agora, eu trabalhava.
 Antônio: Tu ta com o juízo bom de tudo, Zé.
 José: Hum?
 Antônio: Tá lembrando de tudo.
 José: Agora, eu trabalhava. Eu bebia cachaça, mas cachaça nunca [incompreensível] de trabalhar não.
 Antônio: Não, né?
 José: Não senhor, eu trabalhava. [Pausa] Agora, pra roubar, eu nunca roubei não.
 Antônio: Ô, Zé, e você é católico?⁸⁵

A sua própria presença frequente nas feiras não poderia indicar que estivesse ali implicado em atividades de trabalho? Em sua carteira de trabalho, emitida em 1990, não consta nenhum registro. De todo modo, Beatriz aponta um trabalho de natureza informal, no roçado da família com quem vivera, e nega que, neste período, José atuasse do mesmo modo nas feiras, embora se saiba que ele passava dias fora de casa, em situações das quais a entrevistada só é capaz de narrar o seu caminhar. Em outro momento da entrevista, ela conta que seu marido lhe comprava roupas, e repete o fato de que ele comia com a família, a partir, também, dos alimentos que plantava e colhia no roçado.

Beatriz: O roçado era pertinho, aí em cima, onde hoje é essas casas, era tudo mato, aí foi bloqueado, bloqueou, fez roçado, aí deu milho bom, era cada espiga, assim... E feijão. Ele já plantou mandioca... ele arrancava cada mandioca desse tamanho assim... Era terra estrumada, nunca tinha sido plantado nada, né? Foi bloqueado o mato, né? Aí a terra tava boa. Agora tudo é casa. Tudo é casa, casa, casa. Ali era roçado da gente. Agora tudo é casa do povo. Foram vendendo, né, os terrenos, e fazendo casa.

Essa não é uma situação incomum no país, no período e nem na região em questão. Segundo o estudo publicado em 2014 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos⁸⁶, o trabalho informal refere-se não apenas ao trabalho como empregado, mas também ao trabalho por conta própria ou à produção para o próprio consumo. O estudo aponta para uma significativa proporção de trabalhadores rurais no Brasil, que, mesmo que decresça ano a ano, sobretudo com as políticas sociais implantadas no período, em 2013 apontava para 14 milhões de ocupados rurais, 14,5% da ocupação total brasileira (94,6 milhões)⁸⁷. Na tabela abaixo, é possível observar a expressiva proporção de trabalhadores não remunerados ou remunerados em situação de informalidade neste período:

⁸⁵ Entrevista de José, concedida à autora em 10 jan. 2020.

⁸⁶ DIEESE, 2014.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 10.

Tabela 3 - Dados do mercado de trabalho rural brasileiro obtido pelo DIEESE

TABELA 1
Ocupados no setor agrícola por sexo - pessoas de
10 anos ou mais de idade - Brasil – 2013

Posição na ocupação	Masculino	Feminino	Total
Empregado com carteira de trabalho assinada	1.430.973	216.050	1.647.023
Empregado sem carteira de trabalho assinada	2.178.941	233.543	2.412.484
Conta própria	3.398.364	563.340	3.961.704
Empregador	247.136	20.315	267.451
Trabalhador na produção para o próprio consumo	1.932.265	2.303.952	4.236.217
Não remunerado	628.275	828.753	1.457.028
Total de Ocupados	9.815.954	4.165.953	13.981.907
Total de Ocupados (em %)	70,2	29,8	100,0
Total de Empregados (Assalariados)	3.609.914	449.593	4.059.507
Taxa de Assalariamento	36,8%	10,8%	29,0%
Taxa de Ilegalidade/Informalidade (Assalariados)	60,4%	51,9%	59,4%

Fonte: IBGE. Pnad 2013
 Elaboração: DIEESE Subseção Contag

A pesquisa ainda aponta para uma intensificação dessa condição nas regiões norte e nordeste, de modo que no estado de Pernambuco, no mesmo ano, a taxa de ilegalidade ou informalidade (percentual de trabalhadores sem carteira no total de empregados) era de 69,1%⁸⁸. Observar os dados de 2013 nos permite crer que essas relações de trabalho sem vínculos fossem muito mais expressivas nos anos anteriores, como é apontado pelos dados do IBGE⁸⁹, e nos abrem caminhos para analisar a condição em que estava situado José nesse universo.

Chama atenção, contudo, a forma como aparecem, nos relatos, as percepções dos demais entrevistados acerca da relação de José com o trabalho. Simone já destacara a sua condição mendicante, reafirmada por Nelson. No relato de ambos, não é explicitada, sequer, uma sugestão de que ele pudesse trabalhar em troca da comida que recebia. Já Cícero afirma que ele plantava o seu roçado, ou seja, trabalhava por conta própria, mas vendia toda a produção para comprar bebida.

Entrevistadora: Não trabalhava, não, tio?

Nelson: Trabalhava em que, minha filha? Ele não trabalhava em nada, não.

José: Ele é aposentado. Ele ganha do governo a aposentadoria.

Entrevistadora: Não, mas quando ele era jovem?

Nelson: Trabalhava não. Vivia comendo de um e de outro. E de noite pegava cachorro novo, porco novo e comia.⁹⁰

⁸⁸ *Ibidem*, p. 12.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 14.

⁹⁰ Entrevista de Nelson Souza de Torres, concedida à autora em 09 jan. 2020.

Por outro lado, Beatriz e sua filha, Maria, com quem José vivera durante anos, ressaltam, em diversos momentos, o quanto ele era trabalhador, dedicando-se ao roçado da família com quem vivia. Esse aspecto parece tão relevante, que ao final da entrevista, quando as questiono sobre o desejo de acrescentarem alguma informação de livre escolha, elas retomam e enfatizam justamente essa questão:

Entrevistadora: Eu vou parar aqui então. Tem alguma coisa sobre ele que vocês lembrem e que eu não perguntei, alguma lembrança, alguma coisa que vocês acham importante sobre Zé Mochila, uma história dele, coisa que ele fazia?

Beatriz: Ele fazia isso, trabalhar, ele era trabalhador na enxada. É... gostava de trabalhar. Ia embora pro roçado. Quando ele amanhecia o dia que não queria beber, eu conhecia, que ele dizia “vamo embora pro roçado”. Tomava o cafezinho dele e ia-se embora.

Maria: Ele era trabalhador...

Entrevistadora: Saía cedo?

Maria: Saía cedo, né, mãe? Cinco horas, né, mãe? Cinco e meia... “Vamo trabalhar, cadê o café? Vou levar pra roça.”.

Essa distinção entre os relatos do próprio José, daqueles que conviviam com ele com proximidade e também dos entrevistados que tinham, com ele, uma relação indireta ou mediada pelas narrativas, permite observar uma forma de estigmatização que recai sobre o sujeito em questão; em uma sociedade cujos valores e visão de mundo associam o trabalho a uma virtude, ele passa a figurar como um membro inferior, um *outsider*. Um “rótulo de inferioridade humana”⁹¹ lhe é afixado quando se observa que ele não se sujeita a padrões de comportamento estabelecidos pela sociedade a qual pertence. Esse aspecto será debatido com maior profundidade mais adiante, mas cabe enfatizar, desde já, o modo como os relatos constroem, na figura de Zé Mochila, uma imagem depreciativa, mediante a qual a sua palavra não parece ter o mesmo poder.

⁹¹ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 28.

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA E NARRATIVAS

*Interrogo-me sobre o alcance desta palavra instituída no lugar do outro e destinada a ser escutada de uma forma diferente da que fala.*⁹²

2.1 Fazer histórias e contar histórias

As narrativas orais desempenharam, por um longo tempo, um papel fundamental para que muitas comunidades fossem capazes de transmitir aos seus membros representações culturais que fundamentassem as suas práticas e saberes. Ao conhecê-las, as sucessivas gerações foram adquirindo ferramentas para interpretar o mundo em que viviam e inserir-se nele, habitando-o⁹³ a partir da compreensão, também, de sua dimensão figurativa, que transcende as experiências particulares e atribui sentido às tradições coletivas. Não parece ser distinta a história de Zé Mochila, que dá mostras relevantes sobre os aspectos da cultura em que se insere: revelou-nos significativas interpretações sobre as formas de interação social, os valores, a economia e os costumes de uma região.

É certo, contudo, que filósofos e sociólogos apontam reiteradamente para um contexto, na modernidade, progressivamente impeditivo das grandes narrativas, o que comprometeria também as possibilidades humanas de intercambiar experiências⁹⁴. Em meio a essas impossibilidades, Walter Benjamin (1974) alude, em seu último ensaio⁹⁵, à figura do *Lumpensammler*, aquele que recolhe os trapos, a sucata, para simbolizar o labor do narrador e também do historiador desses novos tempos, relevando o seu papel de buscar, agora, em vestígios aparentemente insignificantes, matéria capaz de restabelecer tradições e compartilhar saberes. Sendo assim, entende a importância de que eles passem a ocupar-se daquilo “que não tem nome, [d]aqueles que não têm nome, o anônimo, aquilo que não deixa nenhum rastro, aquilo que foi tão bem apagado que mesmo a memória de sua existência não subsiste - aqueles que desapareceram tão por completo que ninguém lembra de seus nomes.”, ressaltando a percepção de que “o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo - principalmente - quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido.”⁹⁶. Trata-se da valoração de uma história que

⁹² DE CERTEAU, 2020, p. 222.

⁹³ Cf. PETIT, 2019, p. 12

⁹⁴ BENJAMIN, 1986.

⁹⁵ Idem, 1974, pp. 698-699.

⁹⁶ GAGNEBIN, 2006, p. 54.

reconheça duas perspectivas que de fato se abriram na historiografia dos anos seguintes: por um lado, a ampliação dos seus conteúdos, como aponta a historiadora Diana Vidal (2006), “através da inserção de visões múltiplas dos acontecimentos passados, oferecidas pelos que não têm sua voz assegurada no campo do oficial”⁹⁷ - a história que não tinha espaço nos registros, na esfera pública, nos documentos oficiais. Por outro, a possibilidade de ampliação das fontes, que tem levado, paulatinamente, à inclusão do âmbito subjetivo das experiências nas metodologias de pesquisa historiográfica, a partir do entendimento do potente papel das características singulares dessa documentação na articulação do passado - “a transmissão do inenarrável”.

Ambos aspectos são fundamentos constitutivos da história oral, metodologia abordada nesta pesquisa, e que procede a uma construção (ou articulação, para Benjamin⁹⁸) do vivido através das ações de um entrevistador e de um entrevistado⁹⁹, mediante as características específicas do trabalho com a oralidade. Nesse caso, estão ambos implicados no trabalho histórico, seja no labor narrativo daquele que viveu e que age com o objetivo primário de reconstruir suas memórias, seja nas determinações que o entrevistador impinge ao discurso que elabora, através de suas práticas. Sobre esta segunda questão estão centradas as perspectivas relativas ao estabelecimento das fontes orais que intencionamos debater.

2.2 O estabelecimento das fontes

Acerca das implicações do trabalho do historiador na pesquisa historiográfica, Vidal (2006) afirma que o pressuposto de que a história oral culmine na construção de uma narrativa histórica fundamentada na perspectiva dos depoentes, isenta das influências do historiador, permite que se a entenda, por vezes, como um método supostamente “democrático”, em que as coisas parecem movimentar-se e falar por si mesmas¹⁰⁰. Segundo a autora, “essa noção de democracia falseia o processo mesmo de constituição da fonte oral”¹⁰¹, uma vez que oculta a participação do historiador na construção do discurso.

A historiografia, enquanto prática científica, é sistematizada por uma técnica, de modo que todo o trabalho que articula o discurso historiográfico intervém em seu resultado. O

⁹⁷ VIDAL, 2006. p. 78.

⁹⁸ BENJAMIN, 1974.

⁹⁹ Cf. ALBERTI, 1996.

¹⁰⁰ PORTELLI, 1997, p. 26.

¹⁰¹ VIDAL, op. cit., p. 78

pesquisador de ciências humanas, nessa perspectiva, interfere em um material para transformá-lo em história a partir de seus métodos, obedecendo a regras: seleciona documentos, os hierarquiza, reorganiza, distribuindo-os de uma outra maneira. Modifica a ordem das coisas e, assim, o sentido dos objetos passa a estar atrelado a sua relação com o todo, dentro da nova organização que a eles foi dada. Destarte, a relação entre presente e passado torna-se um produto definido por esses procedimentos, de modo que os dados são uma constituição dessa operação.

Michel de Certeau propõe essas reflexões à luz dos debates, ao final do século XX, acerca de uma possível “crise da história”, pautada, sobretudo, no questionamento da pertinência de se atribuir à história “um regime específico de conhecimento”¹⁰². Em *A Escrita da História* (2020)¹⁰³ propõe que a referência do real tenha sido deslocada: se já fora, outrora, compreendida como o relato dos fatos passados, ou da reconstituição “daquilo que aconteceu”, passou, então, mediante um debate epistemológico, a estar implicada na criação de modelos, na relação com os limites possíveis das relações de sentido pensáveis e no deslindamento das condições sociais que a tornam exequível. O historiador fundamenta o entendimento da construção historiográfica enquanto uma operação, ou seja, uma teoria que articula uma prática¹⁰⁴, o que lhe permite modificar o estatuto do que encontra no mundo, transformando-o em fonte documental, em história.

Longe de aceitar os “dados”, ele [o historiador] os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente. E o vestígio dos atos que modificam uma *ordem* recebida e uma *visão* social. Instauradora de signos, expostos a tratamentos específicos, essa ruptura não é, pois, nem apenas nem primordialmente, o efeito de um “olhar”. É necessária aí uma operação técnica.¹⁰⁵

Na redistribuição dos objetos, portanto, são estabelecidas as fontes. Certeau (2020) afirma que, para isso, é necessário “um gesto fundador, representado, como ontem, pela combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas”¹⁰⁶. Nesse sentido, um trabalho só pode ser considerado científico “quando opera uma redistribuição do espaço”¹⁰⁷, ou seja, quando não se furta a construir novas classificações, e empreende uma transformação que dê significados ou funcionamentos originais a documentos antes enquadrados a limites já cristalizados. Conseqüentemente, o pesquisador determina o que estará em seu texto, selecionando falas dos

¹⁰² CHARTIER, 2009, p.12.

¹⁰³ DE CERTEAU, 2020.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 46.

¹⁰⁵ *Ibidem*, pp. 69 - 70.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 72.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 72.

entrevistados, dispendo-as em uma ordem própria e articulando-as entre si ou a referências teóricas que escolhe; ressaltando aspectos e optando por não destacar outros, de acordo com critérios individuais, ou respondendo ao que Certeau chama de “leis do meio”; em poucas palavras, à validação de seus pares.

Voltando-se ao campo da história oral, Vidal (2006) acrescenta a ingerência no momento mesmo da entrevista, em que a presença do entrevistador e a forma como ele conduz a situação são determinantes na regulação do depoimento. Isso não se dá apenas de forma explícita, mas também através de gestos, feições e comportamentos que indicam níveis de interesse e estimulam o depoente a estender ou suprimir sua fala. Trata-se, portanto, igualmente de uma implicação do pesquisador enquanto sujeito na pesquisa que realiza, impugnando a ficção de um discurso isento de interferências.

O que representa, nesse sentido, na elaboração da fala dos entrevistados desta pesquisa, a situação de estar frente a uma pesquisadora do Sudeste, portando um gravador, interessada em registrar, para fins acadêmicos, uma história local? A desconfiança sobre o interesse estrangeiro foi explicitada no questionamento de muitos entrevistados sobre o porquê de se colher relatos de uma história aparentemente tão banal, e mais marcadamente na denúncia feita ao lar do idoso, publicamente manifesta, por uma internauta que se incomodou com “uma pessoa de São Paulo interessada nisso”, resumindo sua desconfiança na expressão “tem carço nesse angu”¹⁰⁸. Ademais, as falas são reorganizadas diante da presença do gravador, que incita uma exposição regulada; do caráter científico da pesquisa, em nome de uma universidade, em meio a um universo predominantemente rural; de uma mulher tomando a frente e a palavra no estabelecimento de contatos.

2.3 Um lugar e uma escrita em Michel De Certeau

Se “a história é mediatizada pela técnica”¹⁰⁹, é preciso considerar também que as possibilidades de cada sociedade de construir uma reflexão histórica estão atreladas aos instrumentos que elas detêm. Sendo assim, como explicita Certeau (2020), a organização da história é concernente a um lugar e a um tempo, ou seja, há historicidade no discurso histórico. Nessa perspectiva, entende que ele seja fruto não apenas de práticas científicas, mas também

¹⁰⁸ Comentário postado na página “Histórias de Zé Mochila”, do Facebook. Depois de explicitar desconfiança, a internauta avisou que faria uma denúncia ao asilo. No dia seguinte, recebemos o aviso da instituição de que eu não tinha o direito de me “apropriar da história do idoso”, e que a página deveria ser fechada sob o risco de ser processada.

¹⁰⁹ SERGE MOSCOVICI, 1968, apud DE CERTEAU, 2020, p. 65.

de um lugar social e de uma escrita. Dessa forma, o historiador está implicado como sujeito na pesquisa histórica não apenas devido à forma como estabelece as fontes, mas também porque a sua prática se constitui a partir de um lugar socioeconômico, político e cultural.

O texto se organiza, portanto, em função de uma instituição, de modo que a ciência não pode ser considerada autônoma, nem tampouco fruto de uma autoria do sujeito. Há uma produção coletiva em que o estudo histórico se implica, e a relação que ele mantém com aquela define a sua aceitação e adequação ao lugar de onde se origina. Os métodos, portanto, enquanto sejam científicos, também estão atrelados a uma prática institucional e a uma força social. Compõem, assim, o “lugar onde um discurso se articula sem, entretanto, reduzir-se a ele”¹¹⁰. Eles definem as formas de se trabalhar, de modo que os saberes (e os produtos) são indissociáveis dessas determinações.

Trata-se de compreender como é estabelecido o discurso, de modo que ele esteja articulado a uma estrutura capaz de validá-lo como uma verdade no meio científico. É também o que entende Foucault (2014), ao afirmar que o espaço de verdade é uma condição para o próprio estabelecimento do que é verdadeiro. Desse modo, deter-se ao estudo desses discursos implica também observar as suas condições de produção: quem os produziu, os códigos e regras que o regem e as práticas envolvidas nesse processo. É o que Jacques Le Goff (1996) chama de “condições de produção histórica”, diante da percepção de “uma montagem em que estão envolvidas as práticas da sua elaboração”¹¹¹. Essas condições foram longamente silenciadas em uma perspectiva positivista dos “fatos históricos” e de “reconstituição da verdade” que permearam o campo até as primeiras décadas do século XX, quando teve início um movimento de crítica a esses postulados, apontando, então, para um sistema de referência que orienta as interpretações históricas. O primeiro deslocamento se fez no sentido de compreender a “subjetividade” do autor como ferramenta para essa “relatividade histórica”, o que, se por um lado era um importante passo em relação à perspectiva historicista predominante, por outro ainda silenciava o que Certeau (2020) chama de “ruídos de uma fabricação”, na medida em que mantinha todas as interferências no discurso centradas em uma suposta subjetividade filosófica reservada ao grupo privilegiado dos intelectuais. Desse modo, “a relatividade’ não funcionava senão no interior de um campo fechado”¹¹².

¹¹⁰ DE CERTEAU, 2020, p. 56.

¹¹¹ LE GOFF, 1996, pp. 537-538.

¹¹² DE CERTEAU, op. cit., p. 49.

A obra *A Arqueologia do Saber* (Foucault, 1969) “marca uma ruptura, introduzindo ao mesmo tempo as técnicas de uma disciplina e os conflitos sociais no exame de uma estrutura epistemológica, a da história”¹¹³. No ano seguinte, Certeau apresenta a noção de *instituição do saber*, apontando para uma relação impreterível entre uma instituição social e a definição de um saber. Nessa perspectiva, ao mesmo tempo que se faz condição que possibilite o estabelecimento de uma ‘doutrina’, a instituição a determina e circunscreve. Não é possível, nessa concepção, analisar o discurso científico sem considerar a instituição em torno da qual ele se organiza, uma vez que todo estudo particular se define pela relação que mantém com um conjunto de práticas e que estabelece com outros, contemporâneos a ele. O historiador ressalta, contudo, que não necessariamente um seja a causa do outro, mesmo que as suas funções estejam imbricadas - “Que o discurso como tal obedeça a regras próprias, isso não o impede de articular-se com aquilo que não diz - com o corpo, que fala à sua maneira”¹¹⁴. Dessa forma, a circunscrição a um lugar define o discurso, impõe possibilidades e impossibilidades e configura a história em um sistema no qual ela é elaborada

Cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado. (...) Como veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao *complexo* de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma “realidade” passada. É o *produto* de um *lugar*.¹¹⁵

Observar que a história está diretamente atrelada à estrutura da sociedade nos permite compreender a “(...) ligação entre uma prática interpretativa e uma prática social”¹¹⁶ - a sua inscrição no sistema pelo qual se formula. Desse modo, as situações sociais interferem diretamente no seu estabelecimento, de forma que modificam “ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso” produzido, ou seja, elas manifestam-se desde a seleção e organização dos documentos, até a forma como se procede à escrita. O papel do historiador, nesse caso, consiste, sobretudo, em problematizar “as premissas das quais o discurso não fala”¹¹⁷, enunciando aquilo que determina as suas posições, explicitando a relação que estabelece com a sociedade. Não declarar as escolhas, ou mesmo ocultar as imposições que

¹¹³ *Ibidem*, p. 50.

¹¹⁴ DE CERTEAU, 2020, p. 56.

¹¹⁵ DE CERTEAU, op. cit., p. 57.

¹¹⁶ VIDAL, 2005, p. 278.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 65.

definem interesses e métodos, para Certeau (2020), é uma forma de distorção em história. Corre-se, assim, o risco de transformar as convicções em ideologias¹¹⁸.

A operação historiográfica se vê materializada, por fim, na escrita, que consiste em uma combinação entre a narração e o discurso lógico¹¹⁹. Com essa passagem que se dá da prática investigadora à escrita, constrói-se uma representação, que, para Certeau, provoca distorções com relação aos procedimentos de análise. Isso ocorreria na medida em que as leis do discurso contrariam as da prática, o que leva o autor a concordar com H. I. Marrou de que o processo de construção de um texto se trata de uma “servidão’ da escrita”¹²⁰. Nesse sentido, aponta para três imposições que o discurso coloca à pesquisa: a “inversão escriturária”, de modo que se institui no texto uma ordem cronológica cujo início é, na verdade, o ponto de chegada ou de fuga da pesquisa; o forçoso fechamento da narrativa construída, ainda que a pesquisa seja interminável; e, por fim, a noção de sentido pleno que se atribui, no texto, aos resultados da pesquisa, ainda que ela seja marcada pela falta e por lacunas.

No âmbito da inversão escriturária, Certeau aponta para a construção do texto, que por ser a última etapa da operação historiográfica, apresentará, de início, os seus resultados, de modo a colocar em relevo as contribuições da pesquisa. Pode-se considerar que na própria introdução e resumo esses aspectos já são enunciados. Nesse sentido, a escrita tem um caminho distinto, e por vezes inverso, ao do processo de investigação desenvolvido, apresentando uma ordem cronológica contrastante daquela com a qual se desenvolveu o trabalho com as fontes e os documentos. Por outro lado, é justamente no texto histórico que a pesquisa se sedimenta. Constrói-se, portanto, em alguma medida, uma ficção, dada a sucessão temporal estabelecida pelo historiador e os limites que ele define à pesquisa na escritura a fim de apresentar resultados. A história, por conseguinte, enquanto uma escrita, “é didática e magisterial”¹²¹, assume a função de transmitir uma lição, atribui um espaço determinado ao leitor e organiza as referências simbólicas. Paralelamente, nas palavras do historiador, “funciona como uma imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde.” Sob essa perspectiva, ele a compara com os cemitérios nas cidades: “exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos”¹²².

Uma vez que a narração é uma construção, está sujeita às mesmas condições de seleção, hierarquização e reorganização concernentes à prática historiográfica. Com isso, também é

¹¹⁸ DE CERTEAU, 2020, p. 62.

¹¹⁹ Cf. VIDAL, op. cit.

¹²⁰ DE CERTEAU, op. cit, p. 90.

¹²¹ *Ibidem*, p. 91.

¹²² *Ibidem*, pp. 91 - 92.

fruto de “permissões” e “interdições” e cabe, portanto, ao trabalho historiográfico, através do discurso, tornar visíveis e controláveis essas condições. Nesse esforço, Certeau pormenoriza as condições específicas dessa prática escriturária, “igualmente social, mas simbólica”¹²³.

A operação implicada na escrita, que conduz, portanto, a projeções de uma sequência temporal estabelecida pelo historiador, abre possibilidades à historiografia, como a de permitir que as contradições se mantenham juntas no texto, de forma articulada e coerente, sem que seja preciso resolvê-las. Assim, a narratividade permite unir afirmações aparentemente paradoxais sem prejuízos ao conjunto lógico do texto, articuladas por conjunções e relações comparativas ou aproximativas. Do mesmo modo, possibilita o recorte do tempo em períodos, a partir da delimitação de um segmento temporal. Para isso, o relato inscreve uma suposta origem em sua organização, fundamental à historicização, mesmo que se trate de uma ontologia artificial, de “zero mítico”¹²⁴, em que se apoie a operação.

Essa organização sucessiva de tempos referenciais, no discurso lógico, implica relações silogísticas que definem a forma como o conteúdo será exposto: por induções ou deduções. Isso se dá, segundo Certeau (2020), através de um “deslizamento metafórico”. É a presença desse caráter metafórico que possibilita, em termos aristotélicos, “a passagem de um gênero para o outro”.¹²⁵ Desse modo, é possível, no texto historiográfico, que a causalidade seja transformada em sucessividade, e que relações de coexistência sejam assumidas como relações de coerência.

Em consequência disso, “a plausibilidade dos enunciados se substitui constantemente à sua verificabilidade”¹²⁶, de modo que o discurso passa a requerer uma compensação do que perde em rigor para que mantenha sua credibilidade. Nesse sentido, Certeau (2020) discute a importância das citações, referências e notas de rodapé, que permitem ao texto estabelecer-se como “*saber do outro*”:

(...) a estratificação do discurso não tem a forma de colagem. Ela combina no singular do saber, citando o plural dos documentos citados. Nesse jogo, a decomposição do material (pela análise, ou divisão) tem sempre como condição e limite a unicidade de uma recomposição textual. Assim, a linguagem citada tem por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete, discretamente, a um lugar de autoridade. Sob esse aspecto, a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade.¹²⁷

¹²³ *Ibidem*, p. 93.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 97.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 100.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 100.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 101.

Nessa relação que estabelece com o saber do outro, o discurso produz, entre o pesquisador-autor e o leitor, um contrato enunciativo¹²⁸. Constitui-se, portanto, um vínculo de confiabilidade a partir de uma performance do texto, da qual o leitor não tem escapatória: o “eu” do autor é suprimido ou substituído por uma linguagem referencial; o texto é acessível, mas organiza as ideias de uma forma que os leitores supõem não poder fazê-lo; as frequentes citações geram uma percepção de totalidade das ideias. A estrutura interna do discurso, conformada em uma construção desdobrada, encena o ato de autoridade, e com isso “produz um tipo de leitor: um destinatário citado, identificado e doutrinado pelo próprio fato de estar colocado na situação da crônica diante de um saber”¹²⁹.

Por fim, é fundamental considerar que na reflexão epistemológica sobre a história, Michel de Certeau (2020) afirma que a elaboração desse itinerário narrativo tem como objetivo representar os mortos, colocando em cena “uma população de mortos - personagens, mentalidades ou preços.”¹³⁰ Para o autor, o objetivo da escrita histórica, desse *dizer*, é construir um túmulo para enterrá-los. Se, por um lado, a pesquisa, enquanto operação técnica, debruça-se sobre o estabelecimento de uma crítica dos modelos presentes, por outro, a representação construída pelo texto fala do passado com o intuito de enterrá-lo: “ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto, ela honra e elimina.”¹³¹ Isso se dá uma vez que a linguagem é capaz de situar o passado, distinguindo-o do presente, tratando “o morto” como objeto de saber, mas também como aquilo que não se faz mais. Constituindo-o como passado, elimina-o.

Demarcando o passado, a escrita inaugura, também, um espaço para o presente:

Na verdade, a função específica da escrita não é contrária, mas diferente e complementar com relação à função da prática. Ela pode ser particular sob dois aspectos. Por um lado, no sentido etnológico e quase religioso do termo, a escrita representa o papel de um rito de sepultamento; ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso. Por outro lado, tem uma função simbolizadora; permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente: “marcar” um passado é dar um lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está *por fazer* e, conseqüentemente, utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos.¹³²

¹²⁸ *Ibidem*, p. 103.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 103.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 108.

¹³¹ *Ibidem*, p. 110.

¹³² *Ibidem*, p. 109.

Nessa perspectiva, Certeau (2020) afirma que a escrita enterra os mortos para permitir que os vivos existam. Assim, também é uma condição essencial para que a sociedade construa um presente, a partir da reunião do que já fora efetuado pela prática histórica; a historiografia efetua uma nova distribuição das práticas já semantizadas pela narratividade, mas o faz a partir de novas leis - as do presente. O discurso se estabelece em uma interlocução entre os vivos - o historiador e os leitores, e os mortos, portanto, “se tornam o vocabulário de uma tarefa a empreender”¹³³ - o seu objeto. Fica evidente, assim, a uma ambivalência da historiografia: ela é, ao mesmo tempo, “a condição de um fazer e a denegação de uma lei”¹³⁴, que erige-se a partir do desejo que constitui a sua relação com o outro: o de exorcizar.

2.4. Considerações sobre a metodologia

Os saberes constituídos nesta escrita estão centrados, sobretudo, na forma como se organizam, no discurso, os gestos e as vozes de um conjunto de sujeitos. Se a realização e a gravação de entrevistas formaram um núcleo central da pesquisa, é curioso perceber que o espaço ocupado pelas fontes organizadas a partir delas é significativamente restrito - o texto as toma de forma fragmentada e isolada, inserindo-as em uma classificação inusitada. Não à toa, Certeau fala em uma escrita que é também ficção: às histórias de Zé Mochila, que circulam em uma comunidade em situações específicas de sociabilidade, é dado, neste texto, um lugar específico de dizer, do qual se elimina a subjetividade do contar. As aspas que lhes dão contorno lembram, a todo o tempo, a existência de uma mediação posta entre esses “outros”, cuja voz foi escutada, e o que se diz sobre eles, único conteúdo disponível ao leitor. Os “outros” se perdem, ausentam-se, e a história firma-se como uma heterologia, *logos* de uma alteridade¹³⁵ que se preserva através da escrita.

O reconhecimento dessa distância é fundamental no trabalho de pesquisa e na formulação da escrita, uma vez que não se pretende mascarar a relação entre o real e um discurso que se inscreve sobre ele. Nas palavras de Certeau (2020),

Recusar a ficção de uma metalinguagem que unifica o todo é deixar aparecer a relação entre os procedimentos científicos *limitados* e aquilo que lhes *falta* do ‘real’ ao qual se referem. É evitar a ilusão, necessariamente dogmatizante, própria do discurso que pretende fazer crer que é ‘adequado’ ao real, ilusão filosófica oculta nos preâmbulos do trabalho historiográfico e da qual Schelling reconheceu maravilhosamente a

¹³³ *Ibidem*, p. 111.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 111.

¹³⁵ Cf. *idem*, 2012, p. 181.

ambição tenaz: ‘O relato dos fatos reais é doutrinal para nós’. Esse relato engana porque acredita fazer a lei em nome do real.¹³⁶.

Desse modo, a explicitação das reflexões metodológicas contribui para levar à compreensão da racionalidade construída a partir de uma circunscrição do presente. A começar pela reflexão sobre a prática da escrita, neste capítulo, e as formalidades nela implicadas, o leitor é lembrado que este texto não é concebido como uma tradução da realidade. Assim, desde a introdução¹³⁷, estão explicitadas as combinações que formam a rede de problemáticas com as quais se relacionam os materiais coletados nas pesquisas de campo. Os caminhos interpretativos, bem como os métodos de análise das entrevistas formam os pontos centrais do trabalho que se faz sobre o material “para transformá-lo em história”¹³⁸. Em uma “inversão escriturária”, enuncia-se uma conclusão final, antes mesmo do primeiro capítulo, que sedimenta resultados e articula um espaço diante de diferentes fronteiras, dentro do qual se constrói uma inteligibilidade e um campo de pertinências.

Não se trata, por fim, de uma tentativa de esgotar as possibilidades de delineamento e compreensão da narrativa ou das motivações a que ela responde no corpo social em que se manifesta. O tratamento das entrevistas e o sistema interpretativo são resultado de um conjunto de práticas e escolhas teóricas validadas pelo contexto social em que o próprio trabalho se insere - a condição histórica do trabalho historiográfico. Sendo assim, o olhar para a narrativa se constrói na observação da relação entre o sistema cultural e a tradição oral, e não em uma tentativa de sistematizá-la dentro de uma categoria literária, como caberia, possivelmente, o trabalho em outras instituições acadêmicas. Faz juz ao campo contemporâneo de pesquisa do IEB que ele se estruture, portanto, através das pesquisas recentes sobre a literatura de cordel e que abarque um olhar transdisciplinar, sob o qual a análise literária se volte, também, a uma tentativa de interpretação da estrutura social, postos em debate os próprios sistemas de representação, segundo a linha teórica de Roger Chartier e Michel De Certeau. Não ocasionalmente, a experimentação crítica recorre ao trabalho de Norbert Elias, com o qual Chartier dialogara, em uma análise das configurações¹³⁹. A constituição dos saberes, portanto, ainda que determinada pela pertinência teórica das escolhas, firma-se também em coerência com uma linha de práticas institucionais - “o que permite e o que proíbe”¹⁴⁰.

¹³⁶ Idem, 2020, p. XIII.

¹³⁷ Cf. p. 10 deste texto.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 57

¹³⁹ Cf. CHARTIER, 2001.

¹⁴⁰ DE CERTEAU, 2020, p. 63.

Os arranjos, por conseguinte, determinam a fabricação deste estudo. A coleta das entrevistas, a constituição das fontes, o exercício de exploração de métodos, a justaposição de ideias, dados e modelos teóricos próprios a esta pesquisa e a organização singular das suas partes formam um conjunto de práticas que resultam no texto final. Em uma relação com outros textos e estudos, essa operação propõe uma nova inteligibilidade, em que os dados são constituídos e objetos são produzidos. Geram-se, assim, uma compreensão do presente e também os limites tratáveis e os problemas frente aos modelos trazidos. É onde vai se chegando, parte a parte do texto, na estrutura estabelecida: uma vez que se empreende uma análise caleidoscópica, o exame de cada uma das questões escolhidas - o sujeito, a narrativa, os valores e os comportamentos da comunidade, as estratégias do sujeito - se dá no confronto com modelos e campos científicos distintos. Nas palavras de Certeau, o fato em observação não oferece uma perspectiva totalizante ou “oferece ao saber observador a emergência de uma *realidade*. Combinado com um modelo construído, ele tem a forma de uma *diferença*.”¹⁴¹, a partir da experimentação crítica desses modelos. Desse modo, oferecem-se, aqui, os desvios encontrados, e a escrita permite articular todos esses limites. Trata-se, portanto, de uma produção de conhecimento que oferece, mais que um sentido, a observação de regularidades frente a abordagens particulares, sem ocultar as discontinuidades e as tensões, mas tornando-as pensáveis.

Através, portanto, de uma atividade técnica, a pesquisa estabelece uma relação com a sociedade. Nesse sentido, um aspecto deve, ainda, ser considerado, enquanto seja fundamental para evitar o falseamento da natureza dessa relação: o fato de se tratar, predominantemente, de uma pesquisa com o tempo presente. Embora, muitas vezes, o objeto de estudo seja recriado através da memória dos informantes, a constituição das fontes se dá através da construção e organização de um discurso no momento da entrevista. Assim, a geração de documentos e as reflexões que a norteiam consideram uma certa unidade entre sujeito e objeto de pesquisa, dado que qualquer interpretação que pretendesse uma cisão entre eles constituiria uma negação da própria natureza desta pesquisa. O debate sobre história oral, mais adiante, oferece esclarecimentos acerca das reflexões nesse campo, incorporando uma vinculação entre o testemunho oral e as relações estabelecidas nas entrevistas e entre os entrevistados e os seus processos recordativos.

Por um lado, entende-se, na linha do pensamento de Chartier (1992), que o fato de o pesquisador ser contemporâneo ao seu objeto permite que ele partilhe, de certa forma, das

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 81.

“mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais”¹⁴². Esse aspecto lhe ajuda a contornar a dificuldade que se estabelece, em história, da compreensão que ele tem dos fatos e das maneiras de pensar que constituem a realidade do seu objeto. Entretanto, como esclarece Certeau, “a operação histórica consiste em recortar o dado seguindo uma lei presente, que se distingue do seu “outro” (passado), distanciando-se com relação a uma situação adquirida e marcando, assim, por um discurso, a mudança efetiva que permitiu esse distanciamento”. Desse modo, no campo das questões já trazidas em torno da relação entre discurso e verdade, não se pode desconsiderar que uma operação histórica destina um lugar aos fatos com que trabalha, na medida em que explicita uma relação entre eles e as práticas de que lança mão ao manipulá-los.

2.5 Organizações Narrativas

Quando se pensa em cultura oral no nordeste brasileiro no século XX, é fundamental estabelecer uma associação entre a narração de histórias e um universo literário que constituía, direta ou indiretamente, um corpus com o qual se relacionava a cultura local. A literatura de folhetos, como era conhecida em Portugal, que passou a ser chamada, no Brasil, segundo um dos seus primeiros teóricos, Câmara Cascudo (1988), a partir da década de 60, de literatura de cordel, é um elemento central dessa composição literária, e guarda semelhanças latentes com a forma como eram pensadas, construídas e enunciadas as histórias locais, das quais faz parte a narrativa sobre Zé Mochila.

Compreende-se que haja não apenas uma influência do cordel sobre as formas de expressão oral, mas um verdadeiro entrelaçamento dos gêneros, como aponta Maria Ignez Novais Ayala (2005)¹⁴³, dentro de um grande campo a que pertencem as diferentes formas de expressão da cultura popular nordestina, sobretudo, neste contexto, as produzidas e veiculadas no sertão e agreste pernambucanos. Compreensão essa que se faz fundamental para que não se incorra, portanto, no prejuízo “para o conhecimento da cultura do sertão nordestino”, de circunscrevê-la a “formas de expressão (escrita e oral) e em gêneros poéticos (de improviso ou não), deslocando-a[s] de seu contexto que imprime significados e ressignificações a histórias e formulações recorrentes.”¹⁴⁴. Nesta mesma obra, contudo, na qual Ayala apresenta Cavignac

¹⁴² CHARTIER, 1992, p. 216.

¹⁴³ AYALA, 2005, apud CAVIGNAC, 2006, p. 13.

¹⁴⁴ CAVIGNAC, 2006, p. 12. Aqui, a autora refere-se especificamente à literatura popular, enquanto a nossa abordagem opta por um recorte mais amplo, ao referir-se a “formas de expressão da cultura popular”, sem adentrar, neste momento, o debate em torno da literariedade da forma narrativa em questão.

(CAVIGNAC, 2006), esta ressalta, ao apontar tal entrelaçamento das expressões, que, do ponto de vista formal, não se pode desconsiderar distinções fundamentais entre a escrita e a oralidade¹⁴⁵. É, portanto, a partir desse jogo de semelhanças, influências e particularidades capitais que os estudos sobre a literatura de cordel ganham, aqui, centralidade, a fim de contribuir para a elucidação do modelo narrativo com o qual nos deparamos. Afinal, em todas as entrevistas realizadas e nas situações de contação que se apresentaram ao longo dessa pesquisa, uma estrutura narrativa foi empregada, e as escolhas que a definiram enunciam, como em toda construção discursiva, um legado do modo de se enunciar a cultura.

Não nos interessa um trabalho sobre a “água paralítica”, nas palavras do poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto (1994)¹⁴⁶ - o verbo estancado, isolado. Interessa-nos, antes, pensar a palavra organizada em discurso como aquela que “incorpora em si, (...) toda uma sorte de hierarquias e enquadramentos de valor intrínsecos à estrutura social que emanam”, o que justificaria, para Nicolau Sevcenko (2003), a sua articulação “em função de regras e formas convencionais”¹⁴⁷. Desse modo, conjugar-se-ão análises cujos sentidos estão, de certo modo, imbricados: uma reflexão acerca do contexto social, histórico e cultural em que se dão as narrativas colhidas, observado e investigado ao longo da pesquisa, e também um estudo dos elos que se estabelecem entre a literatura de cordel e a tradição da narrativa oral no nordeste brasileiro, ressaltando as soluções encontradas pela cultura para se desenvolver dentro da conformidade de regras e formas estabelecidas por esse mesmo contexto.

2.6 “Velhas Rimas Novas”¹⁴⁸

Embora os estudos acerca da literatura de cordel sejam recentes, têm sido alvo, no meio cultural e acadêmico, de um crescente interesse e investimento intelectual, sobretudo a partir de 1970. Muito se tem pensado, desde então, sobre as suas origens, que não têm definição consensual, e sobre a qual tem se desenvolvido extensa pesquisa. À vista disso, ressaltando o interesse de vincular a produção narrativa às práticas sociais que a envolvem, cabe observar pontos centrais de estudos sobre o tema que nos permitam verificar a relação de disputa que se estabelece entre uma provável origem europeia da literatura de cordel e as suas especificidades

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 13.

¹⁴⁶ MELO NETO, 1994, pp. 350-351.

¹⁴⁷ SEVCENKO, 2003, p. 19.

¹⁴⁸ Toma-se emprestado aqui o nome que Antônio Nóbrega deu projeto ao contemplado pelo PROAC (Programa de Ação Cultural) do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, no ano de 2020, em que o artista discute os caminhos da cultura popular através de três palestras e oito episódios de podcast, nos quais entrevista poetas e artistas nordestinos.

enquanto componente das tradições poéticas predominantes em algumas regiões do nordeste brasileiro.

A definição sumária da literatura de cordel retoma uma origem ibérica, em que as histórias, compostas em pequenos livretos, eram expostas nas ruas penduradas em barbantes:

O nome **literatura de cordel** provém de Portugal e data do século XVII. Esse nome deve-se ao **cordel** ou barbante em que os folhetos ficavam pendurados, em exposição. No Nordeste brasileiro, mantiveram-se o costume e o nome, e os folhetos são expostos à venda pendurados e presos por pregadores de roupa, em barbantes esticados entre duas estacas, fixadas em caixotes.¹⁴⁹

Galvão (2000) retoma a trajetória da literatura de cordel, apontando a existência de formas de literatura semelhantes em diversos países (“Esta foi a trajetória daquilo que se chamou, na França, literatura de *colportage* (mascate); na Inglaterra, *chapbook* ou balada; na Espanha, *pliego suelto*; em Portugal, **literatura de cordel** ou **folhas volantes**.”¹⁵⁰). Enfatiza, nesse sentido, que o romanceiro que vem ao Brasil, oriundo de Portugal, também chegara, antes, a este país por fontes diversas, e, retomando os estudos de Câmara Cascudo, observa a antiguidade milenar da prática de se conservar a memória pelo canto poético, testemunhada em comunidades indígenas ameríndias no século XVI e também nas africanas, manifestando-se, na América espanhola, resguardadas as suas diferenças, no *corrido*, no *contrapunto* (que guarda similaridades com a peleja ou o desafio), nas *hojas* ou *pliegos sueltos* (esses mais semelhantes ao cordel) e ao *payador*.¹⁵¹ Pesquisadores como Marco Haurélio de Farias¹⁵² também observam a influência árabe sobre a literatura produzida na Península Ibérica, o que tornaria a identificação dessa origem ainda mais complexa, tecendo relações possíveis com a poesia helênica.

Abreu (1999) estabelece uma distinção entre os termos “cordel” e “folheto”, indicando que o primeiro só passa a ser usado pelos poetas populares segundo o emprego que lhes dão os estudiosos a partir da década de 70¹⁵³, de modo que teria origem na erudição, e não seria, portanto, reconhecido entre autores, leitores e ouvintes até então. Nesse caso, o termo “cordel” representaria, na perspectiva da autora, os textos de origem lusitana. Já o termo “literatura de folhetos” seria amplamente reconhecido por autores e consumidores nordestinos. Galvão

¹⁴⁹ CAVIGNAC, 2006, p. 58. Legenda dos fascículos da edição Luzeiro.

¹⁵⁰ MEYER, 1980, p. 3 *apud* GALVÃO, 2000, p. 24.

¹⁵¹ GALVÃO, 2000, p. 24.

¹⁵² Cf. FARIAS 2010 e 2018. Reflexões também trazidas no curso “Literatura de Cordel - Das Origens à Contemporaneidade”, com Marco Haurélio, realizado no Instituto Brincante, de 11 de maio a 29 de junho de 2021.

¹⁵³ Alguns autores apontam um emprego ainda anterior do termo “cordel”, atribuindo a Sílvio Romero o primeiro uso da expressão. Sobre isso, ver SANTOS (2006).

(2000) acrescenta, ainda, outras denominações encontradas em um extenso trabalho de pesquisa, empregadas por leitores, ouvintes e um vendedor para o que os acadêmicos viriam a chamar de “cordel”: “Folheto”, “livrinho de feira”, “livro de histórias matutas”, “romance”, “folhinhas”, “livrinhos”, “livrozinho ou livrinho veio”, “livro de história antiga”, “livro de poesias matutas”, “foiето antigo”, “folheto de história de matuto”, “poesias matutas”, “histórias de João Grilo”, “leitura e literatura de cordel”, “história de João Martins de Athayde” ou simplesmente “livro”.¹⁵⁴ Hoje, contudo, segundo Joseph Luyten (2007), “há outros nomes para indicar esse tipo de expressão popular, mas o termo literatura de cordel é consagrado, e ninguém ligado à poesia popular o desconhece.”¹⁵⁵.

A forma atual do cordel no Brasil é encontrada a partir do século XIX, divididas em folhetos de diferentes dimensões, cuja variação corresponde, não apenas ao número de páginas, mas também ao assunto tratado (TERRA, 1983)¹⁵⁶.

Narram feitos de heróis ladinos, de “*amarelinhos*” sempre vencedores sobre competidores aparentemente invencíveis pelo vigor e pela saúde, falam de sertanejos valentes e da vida de cangaceiros célebres, contam estórias de Trancoso, apresentam romances de amor de final feliz, registram acontecimentos importantes da região.¹⁵⁷

O esforço significativo de folcloristas, como Câmara Cascudo e Sílvia Romero, em meados do século XX, no sentido de entender o cordel produzido no nordeste do Brasil como reflexo de uma tradição ibérica encontra, de fato, comprovação na semelhança estabelecida com a forma poética do romance ibérico oral, a partir da qual poetas populares como Leandro Gomes de Barros, Francisco das Chagas Batista e João Martins de Athayde vieram a ser chamados, eventualmente, de ‘trovadores’¹⁵⁸. A semelhança se verifica também na matéria das chamadas “estórias de Trancoso”, que retomam temas das novelas de cavalaria medievais, como as histórias de Carlos Magno e os Pares de França, nas impressões produzidas em Pernambuco e recitadas pela voz de muitos cantadores na região. Segundo Cavignac (2006)¹⁵⁹, como consequência dessa equiparação, reforçou-se uma problemática, ligada à teoria difusionista, que buscava estabelecer uma relação direta entre o nordeste e a sociedade medieval européia, fundamentando, então, a ideia de que a tradição poética ibérica baseada na oralidade no período medieval, tendo atravessado o oceano, encontrara aqui condições para se perpetuar - condições

¹⁵⁴ GALVÃO, p. 21.

¹⁵⁵ LUYTEN, 2007, p. 13

¹⁵⁶ TERRA, 1983, PP. 1 - 16.

¹⁵⁷ CAMPOS, 1959, pp. 09-10

¹⁵⁸ Cf. CAMPOS, 1959, p. 10.

¹⁵⁹ CAVIGNAC, 2006, p. 61-62

essas centradas no arcaísmo e mesmo no primitivismo que caracterizariam o povo e a região - um nordeste estático, com um sistema econômico predominantemente pastoril e agrícola, desigual, violento, marcado por um tradicionalismo dos valores e dos costumes, rudimentar e atrasado. Nessa concepção, as alterações que eventualmente foram surgindo na temática e nessa forma poética ao longo dos anos, aproximando-os da realidade local, estariam ligadas, meramente, “à adaptação ao meio e às transformações do modo de transmissão oral.”¹⁶⁰

Por esse caminho, enveredaram-se muitos estudos das narrativas locais, que buscam estabelecer relações diretas entre os mitos e lendas recolhidos no nordeste brasileiro e a sua suposta matriz de ancestralidade lusitana. Parece ser esse um caminho possível e sedutor para a compreensão de uma narrativa que se resume, sucintamente, na história de um homem que sofre, eventualmente, uma metamorfose punitiva na forma de um cachorro. Não seria, nesse caso, apenas uma variação das histórias de lobisomem, cujas características do autêntico mito medieval se somam aos adornos da cor local no manejo da linguagem e da aproximação dos animais encontrados naquelas paragens?

Há, sem dúvida, romances¹⁶¹ e folhetos que, ainda que produzidos no Brasil, mantêm forte intimidade com a produção literária europeia, embora revestidos de elementos locais. A investigação das origens de histórias populares e da presença do conto tradicional na literatura de cordel atesta as semelhanças e influências diretas, como pode-se ver, por exemplo, na apresentação de uma das obras do paraibano Leandro Gomes de Barros, considerado o primeiro cordelista brasileiro, que integra a “Antologia do Cordel Brasileiro”, de Marco Haurélio Fernandes Farias (2012):

O soldado jogador, de Leandro Gomes de Barros

Rodrigues Carvalho recolheu uma versão em quadras desse famoso romance europeu, denominada *Obra de Ricarte*, e publicou-a no *Cancioneiro do Norte*. Câmara Cascudo, em *Literatura Oral no Brasil*, aponta o texto espanhol *La Baraja*, recolhido por Agustín Duran, no *Romancero General*, e versões argentinas de Juan Alfonso Carrizo, além do romance metrificado por Leandro Gomes de Barros. A contraposição do profano ao divino, presente nas figuras arquetípicas do baralho, associadas ao sagrado pelo esperto soldado Ricarte, é o tema central de todas as versões. Além de *O soldado jogador*, há mais duas versões em cordel, todas posteriores à de Leandro: *O soldado francês e o baralho sagrado*, de José Martins dos Santos, e *O jogador na igreja*, de Antônio Teodoro dos Santos. Este último, acrescido de novas proezas do soldado Ricarte, tem 32 páginas.¹⁶²

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 62.

¹⁶¹ Nesse caso, “romances” aqui refere-se a uma das três categorias da literatura popular definidas por Ruth B. Lemos Terra: romances, desafios e folhetos de época. Cf. TERRA, 1983.

¹⁶² HAURÉLIO, 2012, p. 14.

Por outro lado, o que têm mostrado estudos contemporâneos é que, embora se consiga, muitas vezes, verificar possíveis correspondências temáticas e formais com a literatura ibérica, estabelece-se, no nordeste brasileiro, um campo de influências singular, articulado por fatores que vão desde as formas de oralidade até os aspectos simbólicos aos quais respondem as narrativas, que determina as características particulares do que viria a ser chamado, também aqui, de literatura de cordel. A ela se associam uma estrutura social, política, religiosa, seus valores, interesses, sua história e seu cotidiano.

Galvão (2000) acrescenta a percepção de que, para além de suas origens, há outras influências evidentes na composição da literatura de cordel brasileira, “como as formas de poesia oral, [o] hábito de se transmitir o patrimônio cultural através de histórias, [os] pregões e outros modos de oralidade comuns em uma sociedade, como a do Brasil colonial e imperial, com baixos índices de letramento”¹⁶³. Nesse mesmo sentido, Julie Cavignac (2006) afirma que “Se o cordel é geralmente apresentado como o resíduo de uma cultura lusitana que sobreviveu milagrosamente através dos séculos, é também a expressão escrita da poesia e da alma do sertão”¹⁶⁴. Para a autora, sem desconsiderar o contexto das discussões estabelecidas sobre o tema no período da sua pesquisa¹⁶⁵, é importante se colocar em debate o entendimento erudito e inclusive acadêmico que se estagnara em torno das definições de sertão e de nordeste, observando a cristalização e a homogeneização que perpassam as noções de “homem” e “cultura”, sobretudo do conceito de cultura popular, do nordeste do Brasil, em grande parte dos estudos culturais e acadêmicos. Nesse sentido, aponta que:

Embora conservam um resíduo de evolucionismo persistente, a maioria das pesquisas sobre a “cultura popular” no Nordeste faz ainda referência a esse saber andarilho, transmitido pela voz: resíduos e testemunhos de uma época passada. Inscrevendo-se na perspectiva evolucionista, elas marcam o início da museificação e da reificação da cultura “popular”, que é raramente recolhida, tendo-se o cuidado de recolocá-la no seu contexto sócio-histórico (Cardoso, 1982: 22; Menezes, 1977: 13). Assim, mesmo que a cultura “popular” nos chegue hoje “deformada”, quanto a seu modo de transmissão ela é considerada autêntica, pois não está maculada pela “modernidade”. O isolamento do interior do Nordeste com relação ao resto do Brasil é sempre sugerido sem demonstração, e a persistência das crenças e das narrativas vem reforçar a impressão de imobilismo da cultura “popular”. O tempo parece, assim, ter parado no sertão.¹⁶⁶

2.7 Narrativas de destinação oral¹⁶⁷

¹⁶³ GALVÃO, 2000, p. 2.

¹⁶⁴ CAVIGNAC, 2006, p. 28.

¹⁶⁵ A publicação da tese da autora é anterior às publicações de Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

¹⁶⁶ CAVIGNAC, op. cit., p. 51.

¹⁶⁷ Cf. CHARTIER, 2002.

Refletindo acerca da construção do cordel brasileiro, a partir da identificação com o vínculo com uma narrativa medieval, Paul Zumthor (1980) desenha um quadro em torno do processo de colonização do Brasil, e enxerga, diante dele, um imbricamento entre as formas poéticas que aqui chegaram e uma tradição oral coletiva e, quiçá, “primitiva”.

Até a Segunda Guerra Mundial, o Nordeste conservou em relação ao Brasil meridional e central, uma personalidade fortemente marcada. A coexistência dos colonos brancos e dos escravos negros foi aí mais longa e mais estreita que em nenhuma outra parte do país, multiplicaram-se os intercâmbios interculturais, o que favoreceu a emergência de formas sincréticas: o canto coletivo, as cantorias primitivas talvez? A extrema raridade de livros importados no tempo dos portugueses, o analfabetismo generalizado durante muito tempo nessas regiões; a dispersão da população através de imensos espaços cinzentos e quentíssimos onde catástrofes naturais frequentes criaram durante séculos um desequilíbrio econômico permanente; um modo de vida patriarcal, reagrupando algumas centenas de indivíduos em torno do Senhor, nessas fazendas quase autárquicas; donde a estreiteza e a violência do sentimento de pertencimento, um estado de guerra privada latente que mantém e de que se alimenta...¹⁶⁸

Nesse sentido, aponta para a influência da tradição oral sobre a construção do que viria a ser o cordel, tanto a partir das formas poéticas do folclore europeu, como possivelmente, africano. Neste último, inclusive, ressalta-se o expressivo papel da oralidade, em comunidades tradicionais, na transmissão de narrativas que agregam valores e crenças fundamentais à manutenção de tradições e de legados ancestrais da cultura.¹⁶⁹ Zumthor (1980) ressalta ainda a curta distância entre a *cantoria*¹⁷⁰, em que se manifestavam peijas (ou desafios), espécie de disputa oral entre cantadores cuja finalidade era que suas habilidades pudessem ser avaliadas pelos ouvintes, e o folheto, observando as regras de versificação, nas cantorias, e de composição dos cordéis, que lhe parecem as mesmas.

Muitos textos impressos de cordel circularam graças a cantadores, sendo alguns muito ilustres, como Aderaldo, morto em 1967 em Fortaleza e cujas Memórias foram

¹⁶⁸ ZUMTHOR, 1980.

¹⁶⁹ DUARTE, 2009, p. 182.

¹⁷⁰ Prática identificada na Europa Medieval, e também na África, e que tornou-se comum no nordeste do Brasil. Zumthor, 1980, assim a define: “A cantoria se desenvolve, durante duas ou três horas, seguindo um ritual bem definido, destinado a testar de várias maneiras a faculdade de improvisação dos concorrentes : formas métricas diversas, sempre regradas com exatidão, temas tradicionais e circunstanciais são impostos. O critério único de julgamento é a conformidade ao *código*, que o público conhece, tanto quanto os poetas, em todos os seus matizes ; a palavra cantoria serve para designar esse código e, ao mesmo tempo, refere-se globalmente aos poemas assim compostos. Algumas cantorias do século XIX continuam famosas e narrativas lendárias circulam a seu respeito; os poetas que delas participaram, tornaram-se figuras míticas no Brasil contemporâneo, como esse *Inácio da Catingueira*, escravo negro cuja lembrança nos leva a operar uma volta ao passado até os anos de 1800. A *cantoria* é uma *instituição* da cultura popular, hoje marginalizada, dos Estados do Nordeste : donde a seriedade das regras que a organizam e regem, além do texto, a música que acompanha o texto. O poema na cantoria é cantado : sobre uma melodia simples, permitindo as variações individuais e exigindo um tom de voz agudo, nasalizado, impróprio a produzir efeitos de ritmos outros do que aqueles da versificação. Este tom permite por outro lado que, numa longa sessão, o cantor possa preservar sua voz... Contudo hoje, sob a influência do rádio, alguns poetas trabalham sua voz, mas a língua mantém uma distinção nítida entre as duas artes : o *cantor* canta canções; o *cantador* participa das *cantorias*... o *cantador* ou a *cantadora*, porque algumas mulheres conseguiram impor seu talento, como Lourdinha de Oliveira, por exemplo.” ZUMTHOR, op. cit., 1980.

publicadas em 1963. Que o poema cantado tenha sido anteriormente impresso, quiçá escrito a mão, ou que uma de suas variantes tenha sido posteriormente entregue à escritura; que o autor tenha por objetivo final a leitura ou a audição: são termos de uma série de equivalências, no âmbito de um amplo movimento cultural onde a totalidade do sensorium coletivo se engaja e onde a voz, o ouvido, o olho e a mão participam, em princípio de modo igual, como no Carnaval ou nos Pastoris de Pernambuco, oriundos das Natividades medievais importadas no século XVI em Olinda por Frei Gaspar de Santo Antonio...¹⁷¹

Nesse traçado de uma literatura que adviera do “velho mundo medieval, camponês e guerreiro, que tinha sido o mundo da voz”¹⁷², Zumthor enxerga no cordel brasileiro, em que estão sintetizadas sobrevivências medievais e “tradições regionais, donde tiram sua substância”¹⁷³, situado em um ambiente de intercâmbios culturais associados à colonização e à escravidão, a emergência de formas sincréticas que se manifestam primordialmente pela oralidade. Considera, para tanto, que no plano textual, o cordel recorra a procedimentos de composição oral e escrita, e mobilize a audição e a leitura no plano da recepção (ZUMTHOR, 1980). Desse modo, aponta que aspectos como “interpelação dos ouvintes, apóstrofes, exclamações admirativas ou indignadas estão em toda a narrativa”, o que lhe permite considerar que a finalidade do folheto esteja na leitura em voz alta, mesmo que solitária.

Da mesma forma, Edilene Matos (2007) refere-se ao poeta de cordel como “poeta a meio caminho entre a oralidade e a escritura”¹⁷⁴, reconhecendo o papel da transmissão das palavras no gênero, mesmo que escritas, através da voz. Para isso, a autora chama a atenção para a constituição de um “espaço cambiante da oralidade/escrita”¹⁷⁵, ressaltando a forma como as marcas de oralidade salientam-se no cordel, e compreendendo, assim como Paul Zumthor, que a prática poética, neste caso, tenha como fim a leitura declamatória.

Embora apontemos o entrelaçamento dos gêneros que se manifestam na cultura popular do nordeste brasileiro, não se pode desconsiderar que, de um ponto de vista formal, há diferenças substanciais entre a cantoria (e os gêneros de poesia oral) e o cordel. Os primeiros, cantados, são marcadamente voltados para o trabalho com as regras poéticas, em situações nas quais o desafio consiste justamente na improvisação que se consiga construir sobre elas, enquanto o cordel, embora possa ser cantado ou declamado, estrutura-se através da escrita sob uma formalização narrativa específica¹⁷⁶. Observa-se, contudo, o contexto de transmissão

¹⁷¹ *Ibidem.*

¹⁷² *Ibidem.*

¹⁷³ *Ibidem.*

¹⁷⁴ MATOS, 2007, p. 15.

¹⁷⁵ *Ibidem*, 2007, p. 151.

¹⁷⁶ CAVIGNAC, 2006, p. 79

dessas narrativas, predominantemente oral. Renato Carneiro de Campos, por exemplo, em 1959, apontara que já há cerca de 20 anos, os folhetos populares se destacavam como uma das principais distrações dos trabalhadores de engenho, ressaltando a possibilidade de “(...) dizer que constituem a sua única leitura. Ou leitura feita em voz alta, de que vários outros se aproveitam gostosamente”¹⁷⁷. Não desconsidera, portanto, o fato de que os cordéis direcionavam-se a leitores, mas também coloca em evidência o deleite dos ouvintes.

Inicialmente, o espaço central de comercialização de cordéis eram as feiras. O sucesso das vendas estava relacionado, sobretudo, à performance dos vendedores, muitas vezes os próprios autores das histórias, os quais as contavam em voz alta aos ouvintes que se aproximavam. Carvalho (2016), na observação dessa relação com a performance, constituída de uma poesia essencialmente oral, uma vez que é recitada, e de elementos postos na situação de declamação (tais como os intérpretes, os consumidores e o público em geral), afirma:

Nosso cordel é uma poesia da voz regada pela cantoria, pelo improvisado da viola ou da rabeça que afina com trovadores, jograis, menestréis, com a gesta trovadoresca. Da mesma forma que o cordel nunca foi exposto pendurado em cordões, mas no chão do mercado, nas calçadas das feiras, nos patamares das igrejas, onde quer que tivesse gente disposta a ouvir um trecho da história, interrompido pela advertência cínica ou pragmática de que quem quisesse saber o final do relato teria de adquirir um exemplar.¹⁷⁸

Do mesmo modo, Galvão (2000), ao investigar a caracterização dos leitores e/ou ouvintes de cordel em Pernambuco dos anos 1930 a 1950, salienta as situações de leitura de cordel em voz alta nas feiras e nas rodas de parentes e amigos, ocorridas nas casas. A autora aponta, também, os altos índices de analfabetismo no Estado naquele período, que permitiam que houvesse, de fato, poucos leitores. Segundo os dados coletados em sua tese¹⁷⁹, os índices de analfabetismo em algumas cidades do Agreste do Estado chegavam a 90% em 1940¹⁸⁰. Sendo assim, poucas vezes os folhetos eram comprados para serem lidos - costumeiramente, eram ouvidos, através, sobretudo, da apresentação dos vendedores, e quando a história agradava, eram comprados para que alguma pessoa alfabetizada da família lesse para os demais. Os índices de alfabetização do público consumidor dos folhetos podem ser compreendidos, portanto, também como um dos fatores pelos quais a oralidade é um fator determinante nessas

¹⁷⁷ CAMPOS, 1959, p. 09.

¹⁷⁸ CARVALHO, 2016, p. 269.

¹⁷⁹ GALVÃO, 2000, p. 315.

¹⁸⁰ Como tem sido debatido nesse texto, a região agreste do Estado de Pernambuco é também foco da pesquisa sobre Zé Mochila, de modo que os dados apresentados por Ana Maria de Oliveira Galvão contribuem não só para oferecer informações sobre a literatura de cordel, mas também sobre a relação aqui estabelecida.

composições poéticas, e um indicativo da aproximação entre o gênero e a realidade social do nordeste brasileiro. De fato, é também evidência da pesquisa de Galvão (2000) que “o público consumidor dos folhetos, na época de seu apogeu, era constituído, predominantemente, por homens, mulheres e crianças das camadas populares, analfabetos ou semi-alfabetizados.”.

Roger Chartier (1991), examinando as formas como a cultura letrada compõe o universo de indivíduos não-letrados através de determinadas práticas culturais, já observara a “pluralidade dos usos do impresso”¹⁸¹, como a leitura em voz alta, que constituía uma prática habitual nos meios populares, tal qual ilustra a difusão dos livros franceses da *Bibliothèque Bleue* nos séculos XVII a XIX. O autor considera também a leitura dos *pliegos sueltos* ou *pliegos de cordel*, na Espanha, como favorecedores de situações de declamação “perante um público que tem acesso à escrita através do ouvido”¹⁸², uma vez que destinam-se à oralização.

A oralidade, quando centra o exercício de se contar histórias no esforço da escuta, da voz e da memória, parece estender as suas possibilidades de fixação e de divulgação a uma sociedade que se relaciona de forma tão restrita com a escrita. É também o que aponta Zumthor ao resgatar a figura dos cantadores cegos que caminhavam por vilarejos europeus levando, através do canto, os seus poemas¹⁸³, cuja predominância entre os poetas das *folhas volantes* encontra registros na Espanha no século XVIII. Cantadores esses, os quais obtiveram, em Portugal, no mesmo período, a concessão do comércio de *folhas volantes* por privilégio real¹⁸⁴. O autor ainda ressalta o número expressivo de cegos que divulgavam o cordel no nordeste brasileiro na década de 1960, mas talvez não seja preciso ater-se a esse dado, tão específico quanto curioso, quando nos lembramos da cegueira de José, que circulava pelas feiras e cidades, ou da do entrevistado Ciço de Anito¹⁸⁵, autor e declamador de poesia matuta, propagador das narrativas locais, que poderiam contribuir para outras possíveis relações. Basta pensarmos, a partir dos dados elencados, em uma comunidade que se constituía sobretudo por ouvintes, e cujas expressões simbólicas e o imaginário utilizavam-se, portanto, da memória e da voz para serem evocados e transmitidos.

Os recursos da oralidade empregados para a transmissão da memória foram amplamente estudados nas pesquisas que abordam as tradições poéticas orais, como em Lord (1996), Havelock (1996a, 1996b, 1982), Ong (1998) e Olson (1997), estando, nestes dois últimos,

¹⁸¹ CHARTIER, 1991, p. 155.

¹⁸² *Ibidem*, p. 156

¹⁸³ Chartier também aponta que sejam os vendedores ambulantes cegos aqueles que, na Espanha, cantam os versos dos *pliegos de cordel* antes de os venderem. Cf. CHARTIER, 1988, pp. 165-166.

¹⁸⁴ ZUMTHOR, 2012.

¹⁸⁵ Entrevista de Cícero Santos Costa, concedida à autora em 09 jan. 2020.

ênfatisadas as relações oralidade e escrita que as consideram parte de um contínuo da expressão verbal, e não uma dicotomia. Estruturas padronizadas, “frases-fórmulas”¹⁸⁶ e trechos que se reproduzem são alguns dos artifícios que contribuíram para a transmissão, ao longo dos anos, de longas epopéias, recitadas pelos poetas, como a *Ilíada* e a *Odisseia*, que só foram registradas em um sistema de letramento centenas de anos após a sua composição. Não se pode desconsiderar que esse mecanismo de reprodução narrativa teve início, contudo, em um contexto - o das sociedades orais, em que não havia uma tradição escrita. Robert de Brose (2020) chama a atenção para um estereótipo cultural que associa a tradição escrita à própria cultura, de modo que se entende, muitas vezes, que as produções literárias dessas sociedades orais, nas suas palavras,

(...) dificilmente poderiam alcançar uma sofisticação intelectual que lhes permitisse produzir aquilo que estamos acostumados a identificar com “poesia”, ou seja, uma forma altamente estilizada de linguagem que pressupõe um refinamento e um trabalho árduo com a palavra escrita. Por outro lado, muitos estariam prontos a admitir que diversas sociedades, ou mesmo parcelas de nossa própria sociedade, apresentam manifestações orais que podem ser caracterizadas como “poesia popular”, onde o termo “popular” serve justamente para marcar o caráter menor desse tipo de produção cultural. Por meio do viés da nossa literacia, a oratura é duplamente estigmatizada, isto é, conceitualizada não apenas como interpretação negativa do termo não-marcado, “literatura” (oratura = literatura não escrita) mas também, ou por isso mesmo, deficiente em relação a essa e, conseqüentemente, inferior. Não deixa de ser irônico, portanto, que a maior revolução na pesquisa sobre literatura oral, especificamente de poesia, tenha se desenvolvido a partir do estudo da dicção daquele poeta tido como o “pai da literatura” no ocidente e, durante muitos séculos, considerado a epítome do refinamento literário, Homero.¹⁸⁷

Nesse contexto, o autor aponta que haja não apenas distinções entre a produção escrita (“literacia”) e oral (“oracia”), mas também nos “hábitos mentais e estruturas conceituais daqueles que nelas participam”¹⁸⁸. A respeito de uma *literacia*, destaca a estabilidade que as palavras adquirem com a escrita, de modo que possam ser recuperadas com precisão, em qualquer tempo. Já em uma oracia, a instabilidade e a difusão são fatores presentes na enunciação, que “apenas se completa no momento mesmo em que deixa de existir.”¹⁸⁹ Desse modo, outros recursos comunicativos participam da construção do sentido junto às palavras, como os gestos e a entonação. Isso permite ao pesquisador concluir, retomando Ong¹⁹⁰, que “Se, portanto, no estágio em que nos encontramos em nossa literacia, as palavras são monumentos, em uma cultura oral elas são, ao contrário, eventos”¹⁹¹. Destaca, assim, a

¹⁸⁶ HAVELOCK, 1995, p. 29.

¹⁸⁷ DE BROSE, 2020, p. 88.

¹⁸⁸ *Ibidem*, 2020, p. 85.

¹⁸⁹ *Ibidem*, 2020, p. 85.

¹⁹⁰ ONG, 2004, p. 31.

¹⁹¹ DE BROSE, op. cit., p. 86.

condição de impermanência do discurso, bem como a sua inevitável **renovação**¹⁹² a cada enunciação.

Por outro lado, Ana Maria de Oliveira Galvão (2000), salienta que haja, também no cordel produzido no Brasil, modelos e padrões comuns às composições que se assemelham aos encontrados nas narrativas orais, e aponta dois movimentos no procedimento poético: **repetição** e **renovação**¹⁹³. A autora retoma os estudos de Ivan Proença (1977), que reitera a importância, para o cordelista, de fazer uso das fórmulas, uma vez que o poeta será “...tanto mais importante quanto menos original se mostra. (...) Daí, provavelmente, o emprego intensivo de variado material clichê, lugares-comuns, chavões.”¹⁹⁴. A partir desse aspecto, em conjunção com outros paralelos, como a adoção de um dialeto regional na escrita e a utilização recorrente do discurso direto ao longo dos poemas, a autora alude à oralidade como condição imanente de grande parte da produção literária brasileira no início do século, cuja finalidade era, principalmente, a recitação.

Julie Cavignac (2006) entende que a relação que o cordel estabelece com a escrita e a oralidade ofereça indícios da sua relação, também, com outras expressões simbólicas da realidade:

... narrativas fortemente estruturadas que podem ser analisadas segundo um método apropriado. Como a lista dos assuntos tratados pela literatura de cordel é infinita, é preciso então um método suscetível de englobar o conjunto dos textos, ao mesmo tempo em que dê conta da diversidade dos temas abordados. E se estes parecem ilimitados, correspondem, outrossim, à realidade social e cultural do sertão. Assim, o fenômeno torna-se compreensível quando se examina o cordel na sua relação com a escrita e a oralidade, mas também com as outras expressões simbólicas que a sociedade põe em ação. Como toda criação literária, o folheto de feira informa sobre a sociedade do interior do Nordeste.¹⁹⁵

Desse modo, são não apenas um resultado das práticas, costumes e estratégias encontradas pelas composições de expressão oral ao longo da história, mas também um reflexo das condições de vida dos sertanejos, como se vê, por exemplo, no investimento nas práticas de oralização em uma sociedade letrada, porém predominantemente analfabeta, e também dos seus valores, das suas representações e do seu imaginário¹⁹⁶. Nesse sentido, analisar os folhetos a partir de sua estrutura nos permite observar não apenas a forma como a oralidade transforma o relato, acrescentando-lhe recursos comunicativos que lhe atribuem sentidos diversos, e também conferindo impermanência ao enredo; na percepção da autora, “se a transmissão oral deforma

¹⁹² Grifo nosso.

¹⁹³ GALVÃO, 2000, 245 - 246. Grifo nosso.

¹⁹⁴ PROENÇA, 1977, p.42 *apud* GALVÃO, 2000, p. 246.

¹⁹⁵ CAVIGNAC, op. cit, p. 56.

¹⁹⁶ CAVIGNAC, 2006, p. 56.

o relato, ela o enriquece e o religa a outros níveis da realidade empírica. É, portanto, na palavra enunciada que se deve pesquisar o alcance dessas histórias."¹⁹⁷

Partir da compreensão desses elementos fundamentais da literatura de cordel no Brasil - o debate em torno das origens, o público-alvo, as formas e estratégias de transmissão e a vinculação da produção literária à realidade social - parece ser um caminho profícuo para a compreensão da narrativa de Zé Mochila, que ainda que não tenha registro escrito¹⁹⁸, manifesta-se nesse contexto de entrelaçamento de gêneros da tradição poética do nordeste brasileiro. Para Cavignac (2006), há uma simultaneidade entre a manifestação das expressões da tradição oral e daquelas empregadas pela forma poética, em que “as canções, as improvisações – glosas, vaquejadas, repentes etc. – ou as formas lúdicas – anedotas, piadas – misturam-se ao discurso e podem ser consideradas como várias facetas de uma mesma tradição, fundada na oralidade.”¹⁹⁹ Nesse sentido, cabe apontar uma distinção que o historiador Paul Zumthor estabelece entre o oral e o falado, esclarecendo que, entre eles, a principal diferenciação estaria relacionada à estruturação da mensagem, de forma que o caráter poético atrela-se à oralidade, em que ele constitui uma especificidade: a oralidade seria, nesse caso, “um enunciado formalizado de modo específico”²⁰⁰, o que engloba “todos os tipos de enunciados metafóricos ou ficcionais que ultrapassam o valor de um diálogo entre indivíduos”²⁰¹. A fala, por outro lado, engloba todo enunciado produzido pela boca.²⁰²

Assim, a contação de histórias também está marcada pela circulação de uma narrativa, cujo movimento de apreensão e reprodução garante o seu espalhamento. Observa-se o mesmo movimento de **repetição e renovação**²⁰³ apontado por Galvão (2000), na medida em que, mantido o enredo geral acerca das peripécias e assombrações de Zé Mochila, a performance de cada contador incide sobre ele em um esforço de conquista dos seus ouvintes.

Os contadores, e também os entrevistados, ainda que estes recorram a uma outra prática de oralização²⁰⁴, de forma geral, quando contam uma história de Zé Mochila, costumam

¹⁹⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁸ Embora alguns entrevistados afirmem que já tiveram acesso a um cordel sobre essa história, ele não foi encontrado e nem identificado por vendedores de cordel das feiras, lojas e museu em que pesquisamos.

¹⁹⁹ CAVIGNAC, op. cit., p. 17.

²⁰⁰ ZUMTHOR, 2010, p. 33.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 47.

²⁰² OTERO, 2011, p. 40.

²⁰³ GALVÃO, 2000, 245 - 246.

²⁰⁴ No capítulo seguinte, adentraremos a reflexão acerca da estruturação da fala dos entrevistados. Por ora, cabe observar que os aspectos de uma exposição oral na qual se infunde um caráter poético, lúdico e voltado para a manifestação das expressões da tradição oral, empregados como artifícios pelos narradores, tendem a ser elididos

apresentá-la como um relato de algo que lhes passou, ou a um familiar ou conhecido próximo, indicando os nomes das pessoas envolvidas ou, pelo menos, de lugares em que a história se deu, como um sítio ou município. Ao mesmo tempo, relatam sempre episódios comuns, de modo que se observa uma sequência de relatos, ações e peripécias constantes nas aparições de Zé Mochila, de tal forma que nenhuma das entrevistas realizadas apresentou um quadro de ações original, que não tenha se passado, também, com outros contadores ou com conhecidos seus. Sendo assim, há um sem número de vítimas e personagens de uma mesma cena, protagonizada por Zé Mochila, sobre a qual há pequenas variações, relacionadas, sobretudo, à identificação de pessoas e lugares, e também ao caráter da narrativa, mais ou menos hiperbólica, de acordo com a intencionalidade do narrador.

Ciço de Anito, por exemplo, apresenta o seguinte relato:

Uma vez, um cabra lá de, do sítio Cajueiro, chamado Alfrato disse que tava em Arcoverde, já de tardezinha, aí ele chegou, aí perguntou se dava pro cabra trazer ele. Aí o cabra disse: “Dá não”. Aí o cabra veio-se embora e ele ficou por lá e, quando o cabra chegou em casa, ele tava. (...) Aí o cabra assustou-se. Disse: “Oxente, não foi tu que tava em Arcoverde, não?”. Ele disse: “Foi. Mas você disse que não me dava pra trazer, aí eu virei num cachorro e vim embora pra chegar primeiro do que você, e cheguei”. Aí pronto, foi outro cara que ficou com medo (risos).²⁰⁵

Já Simone relata o episódio da seguinte forma:

Sim, tem uma história interessante também, que uma vez diz que ele tava em São Bento e ele pediu uma carona a um senhor, pra Capoeiras. E ele negou, né, a carona, ele disse que não ia levar um bêbado nojento daquele, “no meu carro não”, e foi embora. Quando ele ia na estrada, aí ele disse, os alunos contam bastante isso, aí ele disse que passou aquele bicho estranho, enorme, numa velocidade assim, imensa, como um raio, que não deu nem pra identificar, assim, as características do bicho, e que ele teve até um certo descontrole, teve aquele susto, um certo descontrole da direção. E quando chegou lá, ele já estava. Aí disse: “Mas quem foi que trouxe este bêbado nojento, esse nojento já tá aqui.” Ele fez: “Hummm, sabe aquele bicho que passou no carro por você? Pois pronto, era eu.”²⁰⁶

Também Nelson relata uma situação semelhante:

Olha, houve por um tempo, tinha um motorista aqui, que viajava para o Sertão, para Salgueiro, para aquele mundo... Quando foi um dia, ele vinha de Salgueiro, chegou em Serra Talhada. Estava ele sentado num abrigo. Aí ele disse: “Fazendo o que aí, Zé Mochila”. “Tomando uma [incompreensível].”. Aí ele disse: “Eu vou jantar ali, espera aí se quiser ir comigo, você vai”. Aí ele disse: “Sentar eu não quero, não, mas paga uma pra mim?”. Disse: “Bora.”. Chegou lá, mandou botar o copo cheio, ele tomou...

na situação de entrevista, em que se recorre, de forma geral, a uma narrativa ordenada e que responde a uma outra ordem de intencionalidades.

²⁰⁵ Entrevista de Cícero Santos Costa, concedida à autora em 09 jan. 2020.

²⁰⁶ Entrevista de Simone Barros de Holanda, concedida à autora em 08 jan. 2020.

Voltou e sentou-se lá no abrigo, né? Quando ele voltou, disse: “Bora, Zé Mochila” e ele diz: “Vai andando que eu chego já lá.”. Aí ele veio embora, Zé Mochila ficou sentado lá”. Quando ele chegou aqui em Sanharó, Zé Mochila estava sentado no abrigo. Disse: “Danado, tu vieste voando, foi?”. “Umas carreirinha”. Ele corre sete províncias do mundo numa noite.²⁰⁷

No primeiro relato, há Alfrato, do sítio Cajueiro, que encontrara Zé Mochila em Arcoverde e se negara a lhe dar carona, por razões que não explicita, e depois sente medo diante do reencontro, no qual há a revelação da capacidade de metamorfose do outro; no segundo, um senhor que estava em São Bento²⁰⁸ e se dirigia para Capoeiras²⁰⁹ e se recusa a dar carona para “um bêbado nojento”, nas suas palavras, depois assusta-se com um animal que passava em alta velocidade na estrada, que lhe gera certo descontrole, e é recebido com o desaforo do homem que também revela a sua capacidade de metamorfosear-se; já no terceiro, vê-se um motorista que costumava viajar de Serra Talhada²¹⁰ para Salgueiro²¹¹, e possivelmente para outros municípios do sertão, o qual oferece uma carona a Zé Mochila, que lhe pede para que lhe pague uma dose de bebida. O homem, mais tarde, insiste na carona, que o protagonista recusa, e é recebido por ele, já na cidade de destino, dessa vez sem que seja dada nenhuma explicação ou indício das razões que lhe favoreceram no trajeto. As variações passam pelas localidades e também pela intencionalidade da narrativa, por um reforço que se intencione dar a determinadas características de Zé Mochila ou mesmo às formas com as quais a comunidade se relacionava com a sua presença. Na entrevista com Simone, por exemplo, destaca-se a relação que a professora estabelece entre a figura de Zé Mochila e o alcoolismo. Os relatos dos demais entrevistados sobre os frequentes pedidos que ele fazia aos conhecidos que encontrava para que lhe financiassem uma “bicada”, ou seja, uma dose de bebida alcoólica, no depoimento de Simone são apresentados através da análise de uma condição patológica que ela faz do homem, o que lhe serve, inclusive, como via de abordagem em sala de aula, para que, através do trabalho com a narrativa, consiga mostrar aos alunos, de forma alegórica, a gravidade das consequências do vício, como se verá adiante. Nesse caso, é interessante observar que, na variante contada por ela, o motorista recuse a carona diante da definição de que Zé Mochila fosse “um bêbado nojento”, o que não aparece nas demais versões encontradas.

Diante, contudo, das renovações, que se considera que ocorram não apenas segundo as motivações dos contadores, mas também, como discute De Brose (2020), a cada situação de

²⁰⁷ Entrevista de Nelson Souza de Torres, concedida à autora em 09 jan. 2020.

²⁰⁸ Refere-se ao município de São Bento do Una, localizado na região agreste do Estado de Pernambuco.

²⁰⁹ Município localizado a cerca de 30 quilômetros de São Bento do Una.

²¹⁰ Município da região agreste do estado de Pernambuco.

²¹¹ Município localizado a cerca de 100 quilômetros de Serra Talhada.

enunciação, em que estão diferenciadas as condições da exposição e da recepção, mantém-se o sentido geral do relato: Zé Mochila é capaz de percorrer longos trajetos com velocidade incomum, sem que tenha, para isso, habilidades das quais outros membros da sociedade compartilhem. Trata-se, aparentemente, portanto, de uma capacidade sobrenatural, que eventualmente ele revela a seus interlocutores.

Assim como esse episódio, recorrente entre as histórias que se conta acerca do tema, há outros: o relato do disparador da maldição, que gerou a metamorfose, centrado em uma briga de Zé Mochila com a sua mãe; as situações em que ele aparecia nos sítios à noite e comia algum dos animais que ali eram criados; as vezes em que ele mostrava-se como cachorro, tinha algum tipo de interação com algumas pessoas e no dia seguinte, aproximava-se delas na sua forma humana e lhes revelava que era ele o animal estivera na cena do dia anterior, retomando os fatos ocorridos para que não lhes restasse dúvida da veracidade da revelação; e as situações em que ele fazia alguma aparição metamorfoseado em animal, sobretudo em cachorro, envolvido, na maioria delas, em algum tipo de traquinagem ou maldade, como comer uma comida que estava esfriando na janela, correr atrás de alguém no intuito de assustar, dar voltas em torno de uma casa durante a noite, alarmando uma família. A maioria das narrativas, embora retome um enredo comum, como o exemplo demonstrado acima, é apresentado como uma situação vivida pelo próprio narrador ou por alguém próximo a ele.

Nelson, por exemplo, descreve uma circunstância em que ele deu três tiros em um porco que tentara atacá-lo em certa noite. No outro dia, Zé Mochila veio lhe entregar três balas, dizendo ser ele aquele porco, e provando que armas dessa natureza não lhe atingiam. Essa mesma história foi contada, contudo, por outras 12 pessoas²¹² durante a pesquisa, sofrendo, em cada uma das narrativas, variações relacionadas ao animal que em que ele estivera metamorfoseado, a forma e as razões por que atacara, a forma como as pessoas reagiram ao ataque e as consequências (em algumas delas, por exemplo, ele vai até a vítima pedir desculpas no dia seguinte ou alertá-la para alguns perigos, como o de se pisar no rabo dele enquanto ele estivesse metamorfoseado).

Galvão (2000), observando a proximidade entre o universo dos folhetos e das narrativas orais, aponta padrões de composição que contribuem para o processo de memorização e de incorporação de temas e valores, tanto do poeta quanto da audiência. Neste caso, não há o estabelecimento de um padrão métrico, mas sim a “estabilidade de certos temas e ideias”²¹³.

²¹² Aqui considera-se cinco entrevistados e oito relatos colhidos na página “Histórias de Zé Mochila”, criada no Facebook e mantida pela autora durante um curto período da pesquisa.

²¹³ GALVÃO, 2020, p. 245.

Para Lord (1960), junto à experiência do poeta, os fatores determinantes em uma situação de contação - o autor refere-se, especificamente, ao poema composto em performance - estariam relacionados, também, ao interesse do público, de forma que haja maior ou menor detalhamento de certas partes, a omissão de outras e as variações relacionadas à expressão e ao conteúdo.

O autor observa a possibilidade de haver também fórmulas memorizadas, as quais, estabelecidas na memória, são recuperadas na situação de performance, ou seja, no momento da contação, e manipuladas de modo que se adequem da melhor maneira à situação e atraiam a atenção dos ouvintes. Para Lord (1960), as fórmulas estão relacionadas, em parte, a um manejo da versificação, uma vez que o autor reflete acerca do campo da poesia oral, associada a um padrão acústico que apoia a memória. Por outro lado, considera também aspectos tais como a cadência, as indicações relacionadas ao tempo da ação, ao lugar da ação, e a associação temática, que garantem que a reprodução poética mantenha similaridade nas variadas vezes em que ocorre em uma mesma comunidade, garantindo assim a sua fixação.²¹⁴

2.8 Intertextualidades, alegorias e influências

Galvão (2000) aponta não apenas um processo de memorização do enredo, mas também uma transmissão de temas e valores, de modo que é interessante observar que, assim como os folhetos, as narrativas sobre Zé Mochila recorrem a um conjunto de ideias e valores universais (antagonismo entre bem e mal, punição pela violência, metamorfose punitiva, implacabilidade do destino), mas também situam o receptor em um universo familiar, na medida em que citam o nome de municípios e sítios conhecidos, e apresenta um conjunto de situações circunstanciadas em uma curta distância temporal, nas quais não se revelam anacronismos, garantindo veracidade ao relato e aproximação da realidade local - um revestimento de cor local. Apresenta-se, igualmente, uma complexidade de valores tradicionais e cristãos, dos quais a comunidade compartilha, ao prever uma punição para o sujeito que desrespeita a sua mãe, tida como uma figura sagrada e superior na hierarquia estabelecida na relação mãe-filho dentro de uma estrutura familiar convencionada nesse contexto socio-histórico.

²¹⁴ Cavignac aponta que o cordel seja uma forma menos elaborada estruturalmente, em relação às regras poéticas, se comparado a aos outros gêneros da poesia oral, dado que se ocupa de uma função narrativa (CAVIGNAC, 2000, p. 79). Parece ser esse também o caso da contação de histórias, cujo caráter narrativo associa-se, também, a uma condição oral, não formalizada através da escrita como ocorre com os folhetos, o que parece lhe dar, ainda, maiores condições de sofrer variações entre uma exposição e outra, a depender das circunstâncias da performance.

Cavignac (2006) aponta que muitas vezes o tema dos cordéis está associado aos fatos locais, recontados, contribuindo para que figuras como criminosos célebres se tornem lendas²¹⁵. Do mesmo modo, aponta Marco Haurélio (2009):

A lenda surge a partir de um fato, histórico ou social, ou de uma personagem real. A imaginação popular e a memória coletiva darão um novo colorido ao evento. Também busca explicar a origem de determinados lugares: rochedos, lagos, rios, etc. Daí a definição de lenda como "poesia da história", pelo escritor mineiro Aires Machado da Mata Filho. A lenda, portanto, tem origem na história e corre paralela a esta.²¹⁶

Não parece ser diferente o que ocorre com as narrativas sobre Zé Mochila - as histórias contadas reproduzem, através da construção de um cenário conhecido, um conjunto de elementos do universo material e simbólico da sociedade em que elas são gestadas. Geertz (1973), afirma que “[os folhetos ou as narrativas orais] devem ser considerados ‘uma representação²¹⁷ e uma encenação dos valores comunitários’. Nesse sentido, a autora comenta que ‘Uma vez imersos no imaginário, nas crenças, nas representações, nos valores, nos mitos etc., ser-nos-á possível resgatar a imagem que os nordestinos fazem de seu passado, de sua sociedade, mas também de tudo que é exterior a seu universo cultural’.”²¹⁸

As noções de tempo e espaço, reveladas nos trechos de entrevistas supracitados, são componentes do imaginário do grupo, bem como o papel atribuído a cada uma das figuras que compõe essa sociedade - os heróis, os vilões, e assim por diante. O papel de Zé Mochila nessas representações não é plano ou simples. Por um lado, há uma certa idolatria em torno da figura, que passou a representar uma das histórias mais contadas da região. É o que apontam, por exemplo, algumas falas do entrevistado Alfredo Bezerra:

Mas era muito bonito as histórias do Zé Mochila. Que nem tinha essas histórias de Lampião... tinha Lampião que andava, e tinha Zé Mochila. Era uma lenda muito, muito bonita, que Lampião chegou a andar nessas serras aqui, né? Hoje... nós tentamos, tempos antigos...²¹⁹

Ah, minha filha, muito conhecido o tal do Zé Mochila. Foi duas pessoas conhecidas desse Nordeste. Esse nome Zé Mochila levou o mundo inteiro. Era Zé Mochila e Lampião. E outro era... como usam bem o estilo do Nordeste, né? Primeiro Lampião, depois veio Luiz Gonzaga, que tem o museu dele...²²⁰

²¹⁵ CAVIGNAC, 2006, p. 79.

²¹⁶ HAURÉLIO, 2009, P. 05.

²¹⁷ Os conceitos de símbolo e representação serão retomados mais adiante, a partir do aporte teórico de Roger Chartier.

²¹⁸ CAVIGNAC, 2006, p. 19.

²¹⁹ Entrevista de Alfredo dos Santos Bezerra, concedida à autora em 07 jan. 2020.

²²⁰ *Ibidem*.

Alfredo insiste, nas entrevistas realizadas, na beleza das histórias da região, que têm sido esquecidas pelos jovens hoje, a seu ver, ocupados com a televisão e o videogame. Na tentativa de evidenciar a importância das narrativas sobre Zé Mochila, das quais ele é um importante divulgador, estabelece uma relação com a figura de Lampião, cuja história tornou-se um símbolo cultural no nordeste, e que também divide as opiniões entre apreciação (no caso de Lampião, inclusive, próxima da idolatria) e temor, ora lembrado como um herói e justiceiro, ora como um assassino frio e cruel. As narrativas de Zé Mochila, por sua vez, ao mesmo tempo em que são recordadas com empolgação e contadas quase sempre em um tom de humor, ressaltando o aspecto zombeteiro do protagonista, evidenciam também o seu caráter pecador, de quem batera na mãe e por isso recebera uma praga.

Marco Haurélio (2022) aponta que metamorfoses punitivas, explicando a origem de animais, lugares e fenômenos da natureza, existem em todos os folclores. O perfil da história de Zé Mochila, entretanto, para o autor, parece ser outro - identifica-se com o da “moralidade”. Isso se verifica, uma vez que a ideia de desrespeitar pai e mãe, nas comunidades tradicionais, era uma ofensa séria e geralmente punida por uma justiça imanente²²¹. É o que se verifica em um ciclo de cordéis e lendas encontrados nesta pesquisa, dentre os quais destacamos os mais conhecidos ou divulgados.

Câmara Cascudo (2012), em *Geografia dos Mitos Brasileiros*, cita os casos “metamorfose bestial como forma de penitência, passageira ou permanente”, que seriam já “velhíssimo ditame da cólera divina na Grécia e Roma.”²²²:

Licaon tornou-se lobo, Io transformou-se em vaca, Cicnus em cisne, Calisto em urso, Ociroé em égua, Acteon em veado, Hermione e Cadmus em serpentes, as filhas de Minias em morcegos, Ascalafe era mocho, Aracné em aranha, Filomela em rouxinol, Procné em andorinha, Nisus em águia, Dedalion em gavião, Ceix em alcão, Esaco em mergulhão, os Cercopes em macacos, as filhas de Anius em pombas, Hécuba em cachorra. Ovídio, em *Metamorphoses*, historia a explicação desses mitos que se tornaram clássicos. 223

A partir dessa linhagem, identifica a história “A cachorra da Palmeira”, de Alagoas, em que a protagonista transformou-se em cachorro após ter dito palavras desrespeitosas sobre um padre que morreria. O pesquisador ouvira essa história em 1943 em Alagoas, mas também em outras localidades, cujas indicações espaciais também se modificavam, como ocorrem nas

²²¹ Marco Haurélio apresentou essa interpretação em uma conversa por escrito, em 27 de abril de 2022, em que ele buscava indicar caminhos para uma análise da história de Zé Mochila, a partir de uma apresentação da narrativa que eu fizera ao iniciar o curso “Literatura de Cordel - Das origens à contemporaneidade”, ministrado por ele no Instituto Brincante, de 11 de maio a 29 de junho de 2021.

²²² CASCUDO, 2012, p. 256.

²²³ *Ibidem*, p. 256.

narrativas sobre Zé Mochila. Observa, ainda, que a escolha da cadela exporia o caráter moral da punição, dado que este seria um sinônimo de prostituta para o sertanejo. Com enredo semelhante, ainda relembra “A Moça que virou cachorra porque disse uma palavra contra o padre Cícero Romão Batista”, publicado por Moisés Matias de Moura, em Fortaleza, no ano de 1936. Cascudo (2012) afirma que não há mulheres que se tornam lobisomens na América²²⁴, de modo que não estabelece relação entre a condição do licantropo e a da cachorra.

O famoso cordel “A Moça Que Bateu na Mãe Que Virou Cachorra”²²⁵, de Rodolfo Coelho Cavalcante, publicado pela primeira vez em Salvador, em abril de 1958²²⁶, ilustra, também, essa natureza de metamorfose punitiva, porém agora mais próxima da história de Zé Mochila: Helena Matias, personagem cuja mãe é uma senhora religiosa, santa e piedosa, a agride com alguma frequência. Em uma dessas situações, Helena desrespeita o dia da Sexta-Feira da Paixão, maldizendo a fé cristã, indiferente às súplicas da mãe que tentava impedi-la. Nesse contexto, e agredindo a mãe novamente, ocorre a metamorfose. O autor também publicou, em 1973, “A moça que bateu na mãe e virou cavalo”²²⁷, cuja protagonista, Maria Sebastiana, recebe o mesmo tipo de punição por atitude semelhante.

Figura 5 - Fotografia do cordel “Moça que bateu na mãe e virou cachorra”, de Rodolfo Coelho Cavalcante.



²²⁴ *Ibidem*, p. 261.

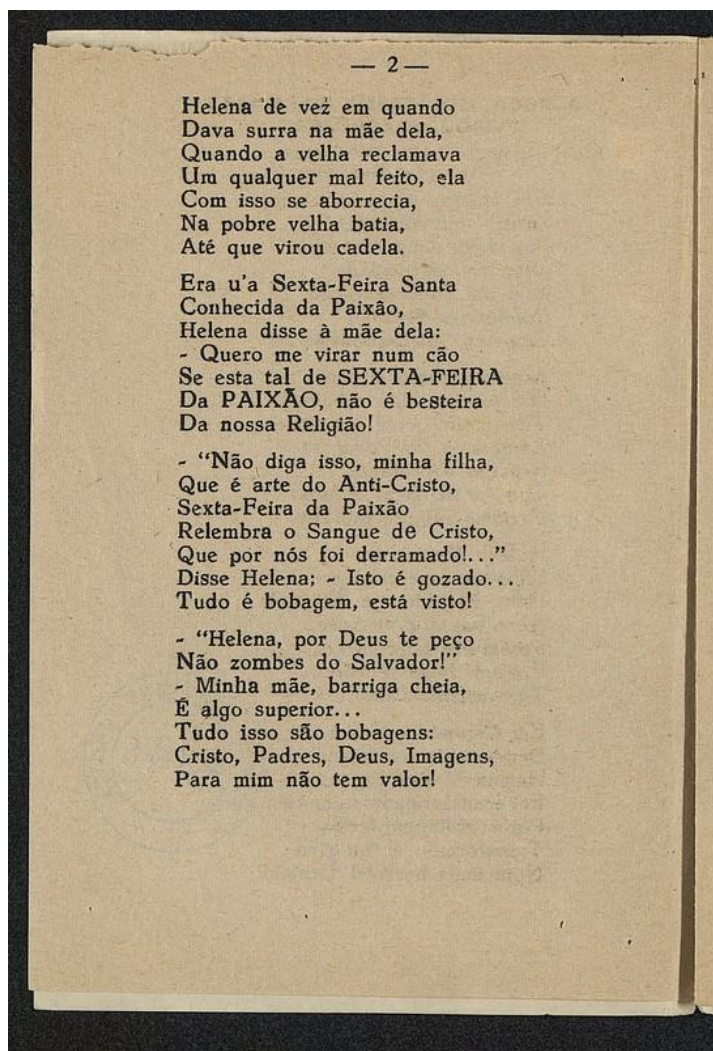
²²⁵ Disponível no acervo de cordel do IEB/USP, nas coleções Literatura Popular - Cordel - José Saia Neto e Literatura Popular - Cordel - IEB. Localização: LPCORDEL-JSN-015 e LPCORDEL-IEB-0795. Acesso em: 14 mai. 2022.

²²⁶ Informação adquirida na fotografia da primeira edição do cordel, que consta no acervo da Casa de Rui Barbosa. O acervo apresenta até a 29ª edição, o que demonstra o grande interesse do público por ele.

²²⁷ Disponível no acervo eletrônico de literatura de cordel da Fundação Casa de Rui Barbosa, na pasta LC3410, com o nome “Moça que bateu na mãe e virou cachorra, A. - 1aed. (2). Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cordelfcrb&pagfis=50093>> Acesso em: 20 mai. 2022.

Fonte: CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. *Moça que bateu na mãe e virou cachorra*. Salvador, Bahia. Sem data. Acervo Raymond Cantel. Disponível em : <<https://cordel.edel.univ-poitiers.fr/viewer/show/281>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

Figura 6 - Versos do cordel “Moça que bateu na mãe e virou cachorra”, de Rodolfo Coelho Cavalcante.



Fonte: CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. *Moça que bateu na mãe e virou cachorra*. Salvador, Bahia. Sem data. Acervo Raymond Cantel. Disponível em : <<https://cordel.edel.univ-poitiers.fr/viewer/show/281>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

Ainda é possível encontrar enredo semelhante em “A mulher que enganou o diabo / O filho que bateu na mãe e virou lobisomem”, de Manoel D’Almeida Filho, publicado em 1986²²⁸; “O filho que levantou falso à mãe e virou bicho”, também de Rodolfo Coelho Cavalcante, publicado em 1977²²⁹; “O filho que bateu na mãe e virou bicho cabeludo”, de Minelvino Francisco Silva - “o trovador apóstolo”, s.d.; “A lenda do Cabeça de Cuia”, afamada narrativa

²²⁸ Disponível na Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (UEPB) e recentemente publicado pela Editora Luzeiro.

²²⁹ Disponível em: <<https://cordel.edel.univ-poitiers.fr/items/show/3946>>. Acesso em 22 mai. 2022.

identificada em 1884 em *Achegas ao estudo do folclore brasileiro*²³⁰, e apontada também por Câmara Cascudo em *Geografia dos Mitos Brasileiros*, publicada em cordel por Pedro Monteiro em 2017; as histórias das travessuras de Romãozinho, que além de fazerem parte do repertório de narrativas orais do folclore brasileiro, aparece no cordel “Traquinagens de Romãozinho”, s/d., encontrada na Bahia²³¹. E também narrativas populares amplamente conhecidas que apontam, igualmente, para personagens que, tendo sido violentos com a mãe, foram amaldiçoados, como “A História da Cachorra Helena”²³², a “Lenda do Bicho da Pedra Azul”, e talvez a mais conhecida, o personagem folclórico “Corpo Seco”.

Em todas elas verifica-se uma regra moral comum, cujos versos de Minelvíno Francisco Silva - “o trovador apóstolo”, resumem bem:

Quem desonra pai e mãe
Jesus lança a maldição
Pois quem assim praticar
Nunca mais terá perdão,
Vira bicho cabeludo
Ou em cavalo do cão²³³

O sociólogo Juliano Spyer (2018) observa a violência entranhada nas relações familiares em determinadas comunidades conservadoras na região nordeste do Brasil, de forma que não fosse apenas aceitável, mas que demonstrasse preocupação efetiva dos pais em relação à criação dos filhos²³⁴. Desse modo, os pais, ao repreenderem violentamente seus filhos, comunicavam, a eles e àqueles que estivessem em torno, que estavam cumprindo o seu dever de educar.²³⁵ Essa é, entretanto, uma ordem aceita e validada socialmente da violência. Por outro lado, os filhos que batem nos pais invertem e transgridem essa ordem, de forma que são punidos, transformando-se em lobisomens. Na observação do sociólogo, quando isso ocorre, não surgem, no entendimento das comunidades observadas por ele, criaturas míticas - trata-se, diferentemente, de pessoas enfeitiçadas, cujo estado é reconhecido, inclusive, por religiosos

²³⁰ CABRAL, 1978.

²³¹ Disponível na Library of Congress: <<https://catalog.loc.gov/vwebv/search?searchCode=LCCN&searchArg=2015677388&searchType=1&permalink=y>>. Acesso em 20 mai. 2022.

²³² Segundo Murilo Souza Brandão (BRANDÃO, 2018), a narrativa faz parte da tradição oral da cidade de Correntina, situada no oeste da Bahia.

²³³ “O filho que bateu na mãe e virou bicho cabeludo”. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cordelfcrb&pagfis=36920>>. Acesso em 20 mai. 2022.

²³⁴ SPYER, 2018, p. 184.

²³⁵ *Ibidem*, p. 75.

conservadores, por não identificarem, nesta situação, uma manifestação de ordem folclórica. O lobisomem, é, a seu ver, uma condição real, com a qual a comunidade convive.²³⁶

Há, evidentemente, uma função educativa nessa figura. Não à toa, muitos entrevistados relatam que ouviam ameaças de seus pais, indicando que o destino de Zé Mochila era um aviso do que poderia lhes ocorrer caso lhes desobedecessem:

Então, assim, de certa forma tinha um pouco de medo, porque a gente ouvia muitas histórias, né? E em casa, minha mãe não perdia a oportunidade de, quando desobedecia, ou se fizesse algo, por pequeno que fosse, “Cuidado, cuidado, que Zé Mochila desobedeceu a mãe dele, a mãe rogou-lhe uma praga e ele correu bicho sete anos”.²³⁷

Paralelamente, a referência a Jesus, nos versos de “O filho que bateu na mãe e virou bicho cabeludo” (“Quem desonra pai e mãe/ Jesus lança a maldição”), e também a ideia de maldição como punição, evidencia o papel da religiosidade cristã na cultura popular do nordeste brasileiro, manifestado de diferentes maneiras na literatura de cordel, que compõe o universo mítico-religioso, ao lado das ações sobrenaturais, da inevitabilidade do destino e da presença da morte (GALVÃO, 2000 p. 235). Não gera estranhamento, portanto, que em diversos capítulos e versículos, seja possível verificar, na Bíblia, ideias semelhantes. A começar pelo quarto mandamento, “Honrar pai e mãe”, já no Novo Testamento, em que a ideia de punição pouco aparece, e muito mais frequentemente no Antigo Testamento, cujos versículos transcrevem, muitas vezes, as leis da época. Assim se vê trechos como “Aquele que ferir seu pai ou sua mãe, será morto.”²³⁸ e “Quem amaldiçoar seu pai ou sua mãe, será punido de morte.”²³⁹, que respondem ao Decálogo, o “Código da Aliança”, a mais antiga coleção de leis de Israel²⁴⁰, correspondentes às punições sociais previstas nesses casos. Há, também, outros trechos bíblicos mais atrelados ao campo moral, como em “Há uma raça que amaldiçoa seu pai e que não abençoa sua mãe.”²⁴¹ e “Os olhos de quem zomba do pai, de quem se recusa a obedecer a sua mãe: os corvos da torrente o arrebatarão, os filhos da águia o devorarão.”²⁴². Em outros trechos, a honra aos pais gera, como correspondência, a sua bênção, de modo que a perda da bênção pode associar-se à noção de “maldição”²⁴³.

²³⁶ *Ibidem*, p. 181; GIRO DAS 11. O Fiasco Da Copa América. YouTube, 14 de junho de 2021. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ushSxFbv9UM>>. Acesso em 30 set. 2022.

²³⁷ Entrevista de Simone Barros de Holanda, concedida à autora em 08 jan. 2020.

²³⁸ BÍBLIA, 2006, Êxodo, 21, 15.

²³⁹ *Ibidem*, Êxodo, 21, 1.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 91.

²⁴¹ *Ibidem*, Provérbios, 30,11.

²⁴² *Ibidem*, Provérbios, 30, 17.

²⁴³ *Ibidem*, Eclesiástico, 3, 9-14.

Na entrevista com Beatriz, ao reafirmar a história de Zé Mochila, ela ressalta não apenas a familiaridade com o esquema narrativo, compartilhado pelo imaginário popular na região, mas também o papel definidor da atitude materna de atribuir uma punição ao filho:

Entrevistadora: Essa história de ele bater na mãe, eu fico pensando, a senhora já ouviu outras histórias assim, de gente que bateu na mãe, ou no pai, aí recebe uma praga?

Beatriz: Olha, o povo fala que, assim, quem bate na mãe, aí se a mãe jogar praga, pega, né? Agora, se a mãe não jogar, não pega não. É, o povo fala isso. Aí, eu não... Eu sei dele, porque ele disse que foi a mãe dele que jogou a praga, porque ele arrancou os cabelos dela.

Entrevistadora: Aí a praga é que ele ia correr...

Beatriz: [sobreposição] Aí ele disse que foi pra ele correr sete anos. Aí ele disse: “pronto, já se venceu sete anos”.²⁴⁴

Não faltam, também, na literatura bíblica, passagens em que a metamorfose é aplicada, por força divina, aos homens, com o intuito de puni-los. É o caso, por exemplo, de Nabucodonosor, que assume formas animais, e da esposa de Lot, transformada em sal²⁴⁵. A função educativa também aparece aqui: o entendimento de que os filhos que desprezam os conselhos dos pais, ou que porventura não os recebem, “correm o risco de perder-se nos caminhos perigosos da vida”²⁴⁶, tornando-se escravos dos vícios, o que leva a formulações e a exemplos morais que contribuam para regular o seu comportamento, mediante, nesse caso, o temor das consequências de não fazê-lo. Assim como as leis religiosas foram, em diversos momentos, responsáveis por transmitir valores e regras que organizassem a vida social, as narrativas, ao perpetuar códigos semelhantes, assumem, em alguma medida, esse papel. É, por exemplo, o que já apontara Câmara Cascudo (1983) sobre a história da Mula-sem-cabeça, que está presente em todos os países da América de colonização ibérica, e trata-se sempre de uma metamorfose punitiva a uma mulher que manteve relações amorosas indevidas - ou por não ser casada, ou por se relacionar com um padre.²⁴⁷ Do mesmo modo que nas cenas bíblicas, as condutas reprováveis e o desrespeito às regras morais e religiosas não passam impunes, e os indivíduos são penalizados com a maldição.

Em relação à associação entre o folclore e o pensamento cristão, Le Goff (1983) observa o espaço do “maravilhoso” no universo medieval - e nesse contexto, na literatura bíblica - e chega a concluir que o maravilhoso tenha sido uma das mais importantes formas de resistência ao cristianismo enquanto ideologia, uma vez que, através da representação de um universo animalista, com monstros e bichos, aponta para certa recusa do humanismo cristão. Desse

²⁴⁴ Entrevista de Beatriz, concedida à autora em 13 jan. 2022.

²⁴⁵ ARAÚJO, 2016, p. 138.

²⁴⁶ AQUINO. S.d.

²⁴⁷ CASCUDO, 1983, p.163.

modo, a noção de um homem fundado à imagem de Deus, base desse humanismo, sofre certa resistência cultural.²⁴⁸. Mais tarde, a Igreja, já em meados do século XII, diante de uma “recuperação cristã”²⁴⁹, “apropria-se” do maravilhoso e atribui a ele novos sentidos: “por um lado, para o milagre e, por outro, para uma representação simbólica e moralizante”²⁵⁰, de modo que as explicações simbólicas e moralizantes passam a dominar o maravilhoso, dando-lhe certo didatismo, e, segundo o autor, enfraquecendo-o.

2.9 Os sistemas de valores e de significação

Dadas essas observações, é possível retomar o princípio de que as narrativas da tradição oral, dentre as quais se encontram o cordel e as contações de histórias, aproximam-se não apenas no campo da oralidade, mas, sobretudo, por comunicarem mais que os fatos e os enredos, valores em torno dos quais se organiza a sociedade²⁵¹, reforçando-os cada vez que são recontados. Nesse sentido, evidencia-se o papel de determinadas formas simbólicas, remetendo-se a uma relação de representação²⁵² que comunica-se com uma sequência de narrativas cujo enredo está centrado nas atitudes de filhos que desrespeitam suas mães e as consequências que advêm dessa atitude.

Recorremos, então, ao conceito de *representação*, que segundo a definição de Roger Chartier (1990), trata-se de “(...) esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”²⁵³. Segundo Biccás (2017), para o autor, a representação é construída como uma prática social uma vez que há categorias compartilhadas por um determinado grupo social que a organizam e constroem dessa maneira. São essas categorias que “permitem compreender, classificar e atuar sobre o real”²⁵⁴. Partindo da premissa de que a circulação da narrativa, ao encontrar espaço para emergir dentro de uma comunidade, seja capaz de promover determinadas concepções da realidade que são compartilhadas por grupos sociais que nelas atuam, passamos a nos questionar sobre o que se articula em torno dela. As histórias sobre Zé Mochila constroem-se a partir de representações que são produzidas e partilhadas em um tecido social, na relação entre os

²⁴⁸ LE GOFF, 1983, p. 27.

²⁴⁹ Expressão usada pelo autor.

²⁵⁰ Idem, 1984, p.54.

²⁵¹ GALVÃO, 2000, p. 269.

²⁵² Cf. CHARTIER, 1996.

²⁵³ Idem, 1990, p. 17.

²⁵⁴ BICCAS, 2017, p. 286.

sujeitos. Se por um lado, as representações situam-se no campo do gênero, das formas de contar e narrar, por outro, também residem na produção e propagação das ideias que o coletivo faz de si mesmo, de modo a ordenar a estrutura social²⁵⁵.

Roger Chartier, na sua análise teórica, estabelecida sobretudo a partir da publicação de “A história cultural entre práticas e representações”, em 1990, e de “O mundo como representação”, em 1991, estabelece um rompimento com uma concepção dos símbolos, marcadamente manifestada na época por Clifford Geertz e por Robert Darnton, que entende “qualquer objeto, ato, evento ou relação que sirva como veículo para uma concepção”²⁵⁶ como “formas simbólicas”. Nesse sentido, Geertz compreende a cultura como um “sistema simbólico”, de modo que consista em sistema entrelaçado de signos interpretáveis. Nas palavras do autor, a cultura seria determinada por

(...) um padrão de significados transmitidos, incorporados em símbolos, um sistema de conceitos herdados expressos em forma simbólica por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento sobre as atitudes em relação à vida.²⁵⁷

Chartier, opondo-se a essa aceção, a seu ver ainda carente de precisão, parte de outra perspectiva que fundamenta o seu projeto intelectual. O historiador se apoia, portanto, em uma definição²⁵⁸ de símbolo que perpassa a noção de *representação* que nele estaria contida, e que diferenciaria um signo de um símbolo, ao passo que, do contrário, todo símbolo seria um signo. Desse modo, para o historiador, somente se torna um símbolo o signo que estabelece uma relação com o “que ele torna conhecível para nós, que é invisível”, o que permite supor que “este signo está sendo colocado no lugar da coisa representada, que ele é o seu representante”²⁵⁹. Nesse contexto, a ideia de representação passa a ser “entendida como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente, uma valendo pelo outro”²⁶⁰; elas operam como classificações que organizam a assimilação do mundo social como categorias de percepção do real²⁶¹.

Nas situações e estruturas narrativas observadas, há um conjunto de práticas, que buscamos entender na associação com a literatura de cordel e de outras formas poéticas

²⁵⁵ CHARTIER, 2002, p. 73.

²⁵⁶ Idem, 1996, p. 16.

²⁵⁷ GEERTZ, 1973.

²⁵⁸ Trata-se da definição do verbete “símbolo” encontrada no dicionário de Antoine Furetièr na edição de 1727, a que recorre Chartier.

²⁵⁹ CHARTIER, 1996, p. 16.

²⁶⁰ Idem, 2002, p. 74.

²⁶¹ CARVALHO, 2005, p. 149.

implicadas nas situações de contação das histórias de Zé Mochila. A leitura em voz alta ou a recitação de histórias feita a um determinado público constituem práticas culturais que incidem tanto em produtos culturais quanto nos padrões sociais que eventualmente são aderidos à vida coletiva de determinadas comunidades. Essas práticas narrativas se dão com regularidade, seja nas feiras, entre vendedores de cordéis e contadores de histórias, seja nas casas, entre familiares, amigos ou vizinhos, entremeando-se em situações de sociabilidade e festejos. Dessa maneira, esses são momentos em que o ato narrativo configura-se como situação privilegiada para a construção de representações, dado que, através delas, fundamentam-se imagens sobre as figuras das narrativas, como, no caso, de Zé Mochila: estrutura-se, a partir dessas situações, a figuração de um homem cuja vida está centrada em uma condição punitiva, resultante de atitudes que contrariaram uma norma de caráter social. Moldam-se, a partir desse modelo, determinadas visões de mundo, são destacados valores do grupo e ideais de comportamento, de modo que se saiba o que se espera de seus integrantes. É, assim, estabelecida uma comunicação simbólica com a comunidade acerca de determinados sentidos e significados que explicitem as representações que ela faz de si mesma e de cada um de seus indivíduos.

Chartier (1990), ao analisar “o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler”²⁶², o que seria, a seu ver, o objeto da História Cultural, observa que as distintas representações construídas pelas práticas culturais, na medida em que são incorporadas pelos sujeitos, são também atravessadas por uma relação de poder:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.²⁶³

Desse modo, inserem-se, nas palavras do autor, “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”²⁶⁴. Bourdieu (2006) explicita que trata-se de um poder simbólico, ou seja, “poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.²⁶⁵ A partir dessa percepção, passam a ser observáveis a forma

²⁶² CHARTIER., 1990, p. 17.

²⁶³ *Ibidem*, p. 17.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 17.

²⁶⁵ BOURDIEU, 2006, p. 7.

como determinados valores e concepções do mundo social são impostos, eventualmente, sobre outros, de modo que se estabelece, com isso, o domínio de determinado grupo.

Nas três narrativas sobre Zé Mochila, comparadas acima²⁶⁶, é possível verificar, por exemplo, a versão de Simone, cujo relato evidencia a difusão de representações construídas a partir de determinadas práticas. Trata-se, segundo a entrevistada, de uma narrativa contada em sala de aula, a fim de apoiar o trabalho com gêneros narrativos. Fundamentadas nesta prática, estarão as representações acerca do gênero, do conteúdo, da cultura local, além de outras relacionadas aos temas que atravessam a discussão em aula.

...quando a gente tá, nós estamos trabalhando em gêneros textuais né, o conto, a lenda, aí eu procuro abordar Zé Mochila por ser real... por ele ser uma pessoa ainda viva que está entre nós, por ser um ser real, porque eles ficam questionando muito: “Professora, mas isso é verdade?”, diga aí, quem conta um conto aumenta um ponto, acreditar ou não acreditar, o que é que você acha? Você acha que ele realmente corria bicho? Então a gente tanto vê a questão da lenda como aborda a questão dos contos tradicionais, né, os contos populares, que sempre ele parte de uma realidade né, de um conto real, de uma história real, e aí você vai dar asas à imaginação (...). Aí assim, quando a gente vai trabalhar os gêneros, que trabalha as histórias do Zé Mochila, então a aula flui... assim, de forma muito natural, porque, e assim, eles se empolgam, eles se envolvem mesmo.²⁶⁷

Uma segunda prática reside na intencionalidade da escolha desta história, dentre um grupo de histórias populares conhecidas pela professora, uma vez que ela enxerga a possibilidade de explorar, através do exemplo de Zé Mochila, o tema do alcoolismo em sala de aula.

De certa forma, também, assim, aí... quando a gente faz uma abordagem dessa, a gente tenta extrair, né, o máximo os pontos positivos quanto os negativos também dessa história, né? O que foi que, veja porque, esses anos todos, que lição essa... né? Qual lição que fica é essa, que lição ficou até hoje, pra as pessoas que conviveram com ele, as pessoas que conheceram, as pessoas que até hoje, é, escutam, então que lição a gente traz?(...) Também da questão do alcoolismo, que a gente diz assim, também, que se fosse, por exemplo, nos dias de hoje, uma pessoa dessa, já teriam instituições que iam tá cuidando, por exemplo, pra levar pra os Alcoólicos Anônimos, né, pra essas fazendas, né, que chamam... é retiros, que elas ficam isoladas, pra recuperação, desintoxicação... Então a gente fica pensando, se fosse nos dias de hoje, a coisa, vocês acham que isso permanecia dessa forma, digamos assim, impune? Ninguém faria nada? Então, assim, alguém, com certeza, a igreja, né? Essas... o AA, que são os Alcoólicos Anônimos, com certeza já teriam tomado alguma atitude. O Conselho Tutelar, não é? Então, já teriam tomado alguma atitude. (...) Porque tem alguns, quando a gente começa a falar: “Olhe, pessoas que têm problema com a bebida, que não pode tomar o primeiro gole... que às vezes quando... será que hoje, será que no mundo de hoje também não tem filhos, ou não tem esposos, que também bebem quando chegam em casa, querem bater, não na mãe, mas por exemplo, na esposa... que se alteram, que mudam completamente o comportamento, e a gente vê que naquelas situações a gente encontra muitos que eles choram em sala, né? (...) Vai, e ele mexe... assim, é porque, ela vai... várias vertentes né, porque assim, é uma faca de dois gumes, às vezes, que a gente leva, com o intuito, assim, de... eu quero dizer...

²⁶⁶ Ver pp. 71 – 72 desta dissertação.

²⁶⁷ Entrevista de Simone Barros de Holanda, concedida à autora em 08 jan. 2020.

deles tomarem gosto pela leitura, porque é muito difícil, né, hoje é... eles, a gente tem que levar aquilo que desperta o gosto, porque aí eles pelo menos leem aquilo que eles gostam, né, até um dia eles tomarem consciência de que tem que ter, que ler um clássico, né, mas... eles têm que gostar, né, eles têm que se apaixonarem pra poder eles procurarem ver, e ler, pesquisar. Mas aí assim, a gente tanto pode despertar esse lado, assim, da curiosidade, do encantamento, como também pode despertar de lá de dentro do íntimo de cada um coisas que tão muito bem guardadas porque são dolorosas, porque fazem eles sofrer, e a gente tenta ao máximo possível deixar elas bem escondidinhas, né?²⁶⁸

Embora seja comum que se encontre, nas narrativas, múltiplas situações em que Zé Mochila pede uma “bicada”, ou seja, uma dose de bebida a um comerciante ou a um conhecido, a interpretação de que se trate de um caso de alcoolismo e a reflexão sobre a forma como esse caso seria tratado nos dias de hoje por instituições voltadas a esse fim só apareceu, nessa pesquisa, na fala de Simone. Parece coincidir com essa perspectiva a sua versão do episódio narrado em que o motorista recusa-se a dar carona a Zé Mochila, afirmando que “não ia levar um bêbado nojento daquele, “no meu carro não”. Posteriormente, o motorista se surpreende com a chegada de Zé Mochila, exclamando “Mas quem foi que trouxe este bêbado nojento, esse nojento já tá aqui.”, de modo a reafirmar a sua repulsa pela condição do homem. Nas demais narrativas, a relação com a bebida aparece constantemente na caracterização do protagonista, mas não com o indicativo explícito de repulsa dos outros indivíduos. Simone parece, portanto, a partir do seu relato, indicar uma visão de mundo e enunciar valores segundo a representação que evoca com a narrativa; fruto de motivações e necessidades sociais determinadas, como quaisquer outras representações, legítima uma concepção de mundo e de valores atrelados aos seus interesses. Embora indique que essa construção seja uma prática recorrente em sala de aula, definida por ela a partir de um poder discursivo no lugar em que atua, no conjunto das narrativas recolhidas, essa versão não pareceu, a princípio, estar bem entronizada na comunidade em que circula, uma vez que é pouco aderida pela coletividade. Por outro lado, trata-se de uma representação que encontra respaldo em outras histórias similares, como a do cordel “Filho que bateu na mãe e virou bicho cabeludo”, de Minelvino Francisco Silva - “o trovador apóstolo”, o que demonstra uma concepção em disputa no mundo social:

É este o maior exemplo
Pra todo qualquer freguês
Abandonar o maldito
Vício da embriaguês,
Para não fazer jamais
O que esse bicho fez.

Gente que bebe cachaça
Dá mais força ao Satanás

²⁶⁸ Entrevista de Simone Barros de Holanda, concedida à autora em 08 jan. 2020.

Para tudo que não presta
A gente fica capaz
Com pouca coisa pratica
Uma dessa ou muito mais

O homem pode ser bom
De fazer admirar
Mas ele se embriagando
Ninguém vai se confiar
Pois toda e qualquer loucura
Ele pode praticar²⁶⁹

A relação de José com o trabalho, e a forma como ela é interpretada por diferentes entrevistados, como apontado no capítulo 1, também demonstra como a representação do real construída sobre a narrativa de Zé Mochila por um grupo social passa, em determinadas circunstâncias, a impor-se sobre o relato do próprio José e de pessoas que conviveram intimamente com ele, como Beatriz. Desse modo, a sua afirmação de que exercia um ofício não consegue se instituir com a mesma força de um discurso já hegemônico para alguns grupos, de que ele vivesse exclusivamente da mendicância. Segundo Biccás (2017), “uma dada representação sempre está relacionada à posição que os indivíduos ocupam num determinado momento histórico, e em constante luta com outras representações sociais”²⁷⁰. Desse modo, o real, sempre elaborado a partir de uma determinada realidade social, está em disputa entre as diferentes classes que ocupam-se da sua construção. Assim, há uma busca permanente pela imposição de uma representação social sobre as demais, de forma que imponham-se, com isso, também os seus valores e interesses. A representação que José busca construir sobre si parece responder a um jogo de forças, do qual também se ocupa Beatriz. Ambos parecem compreender que a relação do sujeito com o trabalho é uma ferramenta de qualificação ou desqualificação no código de valores da sociedade em que vivem, e que é preciso lutar por ela, através das estratégias que permitam a sua percepção do real exercer alguma influência, ou, ao menos, se manter em disputa.

A narrativa sobre Zé Mochila, extremamente viva em termos de espalhamento, mostra estar funcionando, também, porque permanece comunicando princípios, regras, e gerando práticas sociais. No meio em que circula, sabe-se que a punição outorgada por uma justiça imanente pode estender-se a qualquer outro indivíduo que, assim como Zé Mochila, desrespeite seus pais. Paralelamente, é também ele quem assusta e faz temer os moradores das zonas rurais, que receiam encontrá-lo em uma noite escura enquanto circulam pelos caminhos mal

²⁶⁹ Trecho retirado do cordel “Filho que bateu na mãe e virou bicho cabeludo”. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cordelfcbr&pagfis=36914>>. Acesso em 14 jul. 2022.

²⁷⁰ BICCÁS, 2017, p. 286.

iluminados dos sítios, metamorfoseado, ou perder filhotes de uma criação para a sua fome. Os indivíduos, sobretudo as crianças, veem-se duplamente em risco: podem sofrer do mesmo mal que Zé Mochila ou podem ser, eventualmente, assombrados por ele. Diante daquele risco, precisam ser respeitosos e contidos; diante deste, é preciso evitar as ruas e o confronto, pois o animal é ágil e imune a balas. Nessa sociedade, ele funciona como modelo, a partir de um contraexemplo, e também como ameaça, símbolo dos riscos a que estão constantemente expostos cada um dos seus membros.

Desse modo, o mundo social é ordenado a partir de representações que atuam como forças reguladoras da vida coletiva, como afirma Chartier (2002). Trata-se de uma dominação simbólica sobre os indivíduos, exercendo um controle sobre os seus atos e formulando, a partir dessas narrativas, uma identidade que representa o coletivo. O custo de se integrar a ele é a sujeição a esses padrões - fora deles, às margens, erram os *outsiders*.

CAPÍTULO 3: FRONTEIRAS

3.1 Fronteiras da narração em História Oral

“Fontes orais são fontes *orais*.”²⁷¹ Ao dar início a uma explanação sobre a especificidade das fontes orais com esse “quase” tautologismo, salvo pelo grifo, Alessandro Portelli (1997) busca chamar atenção para cuidados necessários ao se trabalhar com oralidade, correndo-se o risco de que o material transcrito seja explorado como documento escrito, de natureza distinta. Aqui, tomo emprestada a expressão para evocar, sob outra ótica, as particularidades de se operar com fontes orais no trabalho com história oral.

Tendo claras algumas constatações acerca da influência do pesquisador sobre o material que elabora, que faz com que ele passe, então, a integrá-lo, cabe voltar o olhar para os entrevistados na constituição dessa relação, e uma primeira consideração a ser feita acerca dela é que “o relato não emerge da necessidade individual do sujeito investigado, mas como resposta à situação de pesquisa criada pelo investigador ou investigadora.”²⁷²

Alessandro Portelli (2009) aponta para uma relação dialógica estabelecida entre entrevistador e entrevistado como “sujeitos de um projeto compartilhado”, em que os papéis estipulados não são fixos: eventualmente, o entrevistado também faz perguntas, ou mesmo insiste em um aspecto da narrativa que não esteja no horizonte ou nos interesses iniciais do entrevistador. Para o autor, isso se dá na medida em que

(...) a entrevista não é um ato de extrair informações, e sim o abrir-se de um espaço de narração, um espaço compartilhado de narração, em que a presença do historiador oferece ao entrevistado alguém que está ali para escutá-lo, coisa que não lhe ocorre com frequência.²⁷³

Essa é uma marca expressiva de algumas entrevistas, como por exemplo, nas interferências praticadas por José nas entrevistas com Paula e Nelson²⁷⁴, em que está presente, buscando desviar o foco da narrativa sobre Zé Mochila para a de Zé Buchada²⁷⁵, que parece lhe interessar mais. Um direcionamento do interesse da conversa ocorre também com Simone, no trecho em que, a partir da pergunta acerca da possibilidade de existir um cordel sobre Zé

²⁷¹ PORTELLI, 1997, p. 26

²⁷² VIDAL, 2018, p. 4.

²⁷³ PORTELLI, 2009, p. 4.

²⁷⁴ Nelson e José são irmãos, e Paula é sua cunhada. Nelson e Paula foram entrevistados, mas em ambas as situações, José estava próximo e, eventualmente, se aproximava da situação de entrevista e fazia alguma interferência.

²⁷⁵ Trata-se de outra narrativa fantástica que circula na região.

Mochila, ela começa a contar sobre outro cordel, *A mãe que matou a filha para comer*, passa a explicar sobre a relação estabelecida com o rádio e a televisão que era carregada à bateria durante a sua infância e finaliza com uma narrativa a respeito de uma antiga vizinha que asfixiara uma criança:

Verídica a história. ‘A mãe que matou a filha pra comer’. Então ele tinha esse cordel, mas porque esse caso foi uma coisa que abalou aqui a região, abalou literalmente, então assim, ele emprestou muito, e ele disse que nesses empréstimos não sabe em que mãos ele foi parar. Sumiu, desapareceu. Aí, também, lá no 9º ano, também aborda, também tem a questão da transposição de gênero, e a gente... eu gosto muito do cordel, minha monografia da pós-graduação foi sobre a literatura de cordel em sala de aula. (...) Então, aí... eu... eu começo sempre com este cordel, “A mãe que matou a filha pra comer”, e eu procurei, eu pesquisei também, que eu fiquei sabendo também, eu também era criança, lembro vagamente, meus pais sempre contavam a história. Agora, esse eu lembro, assim, nitidamente dos... do... na época, não tinha televisão, como eu já te falei, e quando, muitos anos depois quando veio aquela, que nós assistíamos um pouquinho da novela e desligava no comercial porque era a bateria, a bateria de carro mesmo, né? Pegava, era aquela TV pequeninha em preto-e-branco, pegava os cabos, conectava ali na bateria.²⁷⁶

Essa articulação entre a narrativa e a experiência pessoal atribui sentido à fala de Simone, posicionando-a em uma relação específica com o que conta. Desse modo, suas histórias estão atreladas ao seu universo social, do qual também falam. O tema da sua monografia, “Literatura de cordel e sala de aula”, aponta para uma estratégia de ensino que emprega frequentemente, a de utilizar-se desse gênero popular para ensinar sobre outros temas. É possível verificar que, sobretudo nos momentos em que há referências à sua prática docente, a entrevistada dá ao diálogo uma orientação que distancia-se da agenda da entrevistadora. Não é, portanto, despropositada a referência à lúgubre narrativa de *A Mãe que matou a filha para comer*; a partir de um gosto pessoal, reafirmado no interesse pela história do crime da vizinha, é aquele o cordel escolhido por ela para abrir o curso de língua portuguesa do 9º ano na escola em que leciona. O *ethos* da sua profissão sempre coloca-se em primeiro plano. Os motivos para isso podem estar atrelados à própria apresentação da entrevistadora com quem dialoga: professora e mestrande. Deslocamento semelhante se verifica na articulação que a entrevistada explica estabelecer em algumas aulas entre a narrativa de Zé Mochila e a doença do alcoolismo.

Gabriele Rosenthal (2006), ao refletir acerca da “Estrutura e a *gestalt* das autobiografias”²⁷⁷, preconiza a importância de se registrar as histórias de vida sem que se alterem profundamente as suas estruturas discursivas. Considera, portanto, que a elaboração de perguntas, naturalmente adequadas aos propósitos do entrevistador, mas não necessariamente

²⁷⁶ Entrevista de Simone Barros de Holanda, concedida à autora em 08 jan. 2020.

²⁷⁷ Cf. ROSENTHAL, 2006.

aos do entrevistado que se dispõe a contar, estimula a construção de uma ordem na organização do discurso que “não é uma construção subjetiva do indivíduo”²⁷⁸, desarticulando o significado do conjunto e o de suas partes. Através do roteiro, estabeleceríamos, assim, uma estrutura para a fala do depoente, impedindo que ele revele a sua própria. Para Rosenthal (2006), interpretar as histórias contadas à luz da *gestalt* do entrevistado, ou seja, observando uma ordem intencionalmente construída na exposição, nos permite chegar a níveis de compreensão mais profundos, uma vez que se atenta ao significado que os relatos indicam também na forma como se manifestam.

(...) uma narração de acontecimentos vivenciados individualmente não é apenas acidental, nem pode ser provocada simplesmente por um humor circunstancial ou por fatores de interação. A história de vida não é uma cadeia atomística de experiências, cujo significado se cria no momento de sua articulação, mas sim um processo que ocorre simultaneamente contra o pano de fundo de uma estrutura de significação bibliográfica. Essa textura de significado se afirma e se transforma constantemente no “fluxo da vida”; é formada pela inter relação entre os modelos de planificação e interpretação da vida “normal” existentes e pré-fabricados socialmente e os acontecimentos e as experiências de maior relevância biográfica e suas sucessivas reinterpretações²⁷⁹.

Cícero é um entrevistado que chama atenção na forma como insere, ao longo da conversa, novas histórias sobre Zé Mochila sem que seja necessariamente instigado a isso, observando a deixa nos silêncios. Assim, constrói uma sequência própria à narração. A ele só interessa contar, nunca perguntar, e a entrevista toma ares de “contação de caso”, em que vários episódios (fantásticos ou não) da vida de Zé Mochila são narrados em sequência, ora incitando o mistério, ora o riso. A muitas perguntas, inclusive, responde de forma monossilábica, até que tenha oportunidade de retomar a narrativa, inserindo um novo “caso”.

Entrevistadora: E essas histórias, num era ele que contava não, né?

Cícero: Não, não

Entrevistadora: O povo?

Cícero: Era o ... com quem acontecia era que contava.

Pausa. Silêncio.

Cícero: Outra vez um cabra vinha de São Bento, era boiadeiro, e ele pediu pro cabra pagar uma [incompreensível] pra ele. O cara não pagou. Aí ele disse...

A essa reação do depoente, só pode o entrevistador responder com menos interferências, diante da percepção de que “o real é descontínuo”²⁸⁰, ou de que há uma continuidade na lógica estabelecida por quem se propõe a falar, a qual muitas vezes o entrevistador não é capaz de compreender no momento do diálogo. Cabe, de todo modo, perceber que esperar, ou até mesmo

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 196.

²⁷⁹ *Ibidem*, pp. 195-196.

²⁸⁰ BOURDIEU, 2006, p. 185.

incitar um relato coerente dos entrevistados, pode significar, ainda nas palavras de Rosenthal, “conformar-se com uma ilusão retórica”²⁸¹.

Neste caso, é fundamental ressaltar, ainda, que Cícero é poeta. Compõe “Poesia Matuta”, como é chamado em Mulungu um gênero de poesia popular, originalmente oral, em que marcas de pronúncia comuns às classes populares pouco letradas são um recurso intencionalmente empregado na construção da prosódia, conformando o desvio como um estilo²⁸². Além disso, compõe por improviso e tem um grande repertório para recitação na memória. Um dos temas de sua produção é Zé Mochila:

Quem conheceu Zé mochila
Sabe de quem tô falando
Ele foi um grande homem
A lenda d’um lobisomem
Eu considero do bem
Muita gente tinha medo
Mas nunca pegou ninguém

Um fazendeiro contou
Que na fazenda ele chegou
e começou a falar assim:
Se não me der o almoço
eu volto aqui de noite
pra comer esses ‘porquim’

O fazendeiro diz “‘cê’ tá conversando”
não acredito em você
não vou lhe dar o almoço
e vou lhe esperar de noite
para os porco ‘comê’.

Ele disse “muito bem,
Foi você escolheu” .
E logo que anoiteceu
Os porco começou a ‘gritá’
O homem saiu do terreiro,
Quando ele olhou o chiqueiro
Tinha um cachorro lá.

O homem chegou pra perto
e revolve puxou
e dois tiros disparou
e o cachorro sumiu.
Ali, naquele momento,

²⁸¹ ROSENTHAL, 2006, p. 185.

²⁸² Essa definição de poesia matuta foi elaborada aqui a partir dos relatos dos entrevistados. Na literatura, encontram-se referências constantes ao tema relacionadas à poesia de Patativa do Assaré e Jessier Quirino, embora ainda pouco teorizadas. Essas são invariavelmente atreladas ao léxico, como em Renata Carvalho Nogueira, que opõe duas modalidades linguísticas: a norma padrão e a variante matuta (NOGUEIRA, 2017), e Jorge Henrique Romero, que refere-se à “língua matuta” e aproxima-se de uma definição do gênero ao contrapô-lo à norma padrão: “Aqui sua engenhosidade toma forma: escreve poemas em poesia matuta, o que lhe confere a possibilidade de falar livremente sobre seu cotidiano, as questões do mundo rural, as relações sociais no campo, mas também se utiliza da norma padrão para escrever sonetos, décimas e formas poéticas estabelecidas pelas convenções literárias.” (ROMERO, 2018, p. 44). Ver também TAVARES, 2006 e COSTA e SOUZA, 2009.

o homem entrou pra dentro
e, pensando, não dormiu.

Quando foi no outro dia,
Zé Mochila chegou cedinho
falou pra o homem “Bom dia,
vai me dá um ‘cafezim’?
Mas pra você ‘entendê’
eu vou logo lhe ‘dizê’,
você atira muito ruim

que deu logo dois tiro de cima
e não acertou em mim.”
O homem ficou pasmado
e começou a ‘falá’:
“Se você era o cachorro
como é que vai me ‘prová’?”

Ele disse “não duvide,
que um cachorro não fala,
mas eu peguei suas bala
e trouxe pra lhe ‘entregá’.

Quando ele mostrou as bala,
o homem temeu de ‘terrô’
o cabelo arrepiou
Pra num cair se ‘sentô’
e começou a ‘acreditá’.

Ele disse “E agora
Vou ‘tomá’ café aqui?”
O homem disse: “Se sente
Já vou mandar lhe ‘serví’
Quando ele ‘tomô’ o café,
O homem começou a ‘falá’:
“Não precisa fica com medo
Porque não vou lhe ‘pegá’.

Só peço que nunca mais
Você num duvide de ninguém
Que nesse mundo de meu Deus,
Acredite, de tudo tem.²⁸³

A riqueza da expressão de Cícero se estende para a entrevista, de modo que sua habilidade narrativa é determinante no tom das respostas. Paul Thompson (1992) aponta para o fato de que essa seja uma das contribuições fundamentais da história oral, porquanto a abordagem oral possibilita não apenas o registro da história, mas também a sua apresentação por meio de palavras faladas:

As palavras podem ser emitidas de maneira idiossincrática, mas, por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história. Com elas se aprende algo mais do

²⁸³ Poema de Cícero Santos Costa, composto em janeiro de 2020. É importante observar que esse poema foi composto oralmente pelo poeta no contexto da visita de campo. Cícero me recebeu em sua casa para a primeira entrevista e, no dia seguinte, sua filha me enviou um áudio com essa composição, relatando que seu pai a produzira na noite anterior.

que o simples conteúdo. As gravações demonstram como é rica a capacidade de expressão de pessoas de todas as condições sociais. (...) O gravador tem permitido que a fala da gente comum — sua habilidade narrativa, por exemplo, seja, pela primeira vez, seriamente compreendida.²⁸⁴

A “vida na história” não se deve exclusivamente à expressividade ao narrar ou à moldagem linguística, mas é incutida também pela própria estrutura que os entrevistados elaboram para contar suas narrativas. Essas podem estar associadas ao processo recordativo do passado vivenciado, mas também à própria perspectiva do presente ou aos interesses da apresentação²⁸⁵ no momento da entrevista. Esses elementos comunicam sobre as percepções do depoente, mas também sobre a vida social e a própria história da sociedade, de modo que interessa a esta pesquisa observar detidamente tais aspectos na análise das entrevistas. Parece que assim se recorre a uma prerrogativa central no trabalho com história oral, que extrapola a prática de se empregar a metodologia para complementaridade das fontes, e abarca também o envolvimento com uma dimensão subjetiva que está implicada nos relatos. Trata-se, afinal, de um trabalho com seres humanos²⁸⁶, que interpretam os acontecimentos e situações que vivenciam ou dos quais são testemunhas, atribuindo-lhes sentidos diversos.

Isso não significa, entretanto, desconsiderar que seja essa uma operação historiográfica, mascarando as influências do lugar e dos procedimentos técnicos empregados, o que levaria a uma falsa ideia de reconstituição narrativa. Consiste, sobretudo, sob a reflexão epistemológica adotada, em um interesse científico não na busca por objetos “autênticos”, ou pela constituição de um sentido histórico geral, mas sim de perscrutar, através da combinação desses modelos, desvios significativos, um meio de “*fazer aparecer diferenças*” e designar relações²⁸⁷. Nesse sentido, considera-se enquanto reflexão metodológica o que Rosenthal (2014) aponta como “uma concepção baseada na fenomenologia a respeito da relação dialética entre vivenciar, lembrar e narrar”, em que se compreende tanto que as reconstruções das vivências passadas tenham necessariamente uma relação de dependência em relação ao passado vivenciado, quanto que não haja a possibilidade de uma absoluta homologia entre vivência e narração.²⁸⁸

²⁸⁴ THOMPSON, 1992, p. 41.

²⁸⁵ Acerca desses aspectos, Rosenthal destaca, ainda, a possibilidade de que o próprio processo de rememoração induzido suscite impressões, sentimentos e percepções a respeito das situações lembradas que estivessem, até então, recalçados, e não correspondam a esses interesses ou à perspectiva do presente do depoente. Nesse sentido, aponta o fenômeno do desencadeamento de uma proximidade do passado que advém do próprio processo narrativo do depoente a partir do emprego das técnicas de entrevista narrativa biográfica. Cf. ROSENTHAL, 2014.

²⁸⁶ PORTELLI, 2010b.

²⁸⁷ DE CERTEAU, 2020, p. 79 (grifo do autor).

²⁸⁸ ROSENTHAL, op. cit., p. 227.

Verena Alberti (2004), na obra “Ouvir contar: textos em história oral”,²⁸⁹ retoma a divisão dos vestígios do passado em dois grupos sugerida por Peter Hüttenberger²⁹⁰: os resíduos da ação - “o clássico documento de arquivo, pedaço de uma ação passada” - e os relatos de ação, que posteriores àquela, “poderia[m] ser exemplificado[s] por uma carta que informa sobre uma ação passada, ou ainda por memórias e autobiografias.”²⁹¹. Nessa classificação, o autor observa que um relato de ação é também resíduo de uma ação, provocado pelo autor do relato ao produzi-lo. Nesse sentido, para Alberti, também uma entrevista de história oral compõe-se, concomitantemente, de “um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista”, considerando-se que neste caso haja, ao menos, dois autores - o entrevistador e o entrevistado. Nessa circunstância, seriam produzidos resíduos da comunicação entre os autores, à medida em que ambos tentam desencadear, no outro, determinadas ações - estejam elas relacionadas a fazer falar ou a levar a compreender. A historiadora também entende que a entrevista de história oral seja resíduo de uma outra ação, mais específica - a de interpretar o passado. Diante dessa perspectiva, afirma:

Note-se que, se chamo isso de ação é porque estou indo um pouco além da constatação inicial de que a entrevista é uma construção do passado. Tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para a possibilidade de ela documentar as ações de constituição de memórias – as ações que tanto o entrevistado quanto o entrevistador pretendem estar desencadeando ao construir o passado de uma forma e não de outra.²⁹²

Esse deslocamento na concepção das entrevistas em história oral enquanto espaço de constituição do passado é o que permite à autora entender que esse é um processo composto por negociações e por disputas de significado. Reforça, portanto, a noção de que tanto as recordações quanto as fontes produzidas são, como nas palavras de Jean-Jacques Becker (1987), “arquivos provocados”²⁹³, de modo que inserem-se em um campo de concorrências, distantes de uma suposta equivalência com o passado.

Alberti (2004) ainda ressalta a importância de se lembrar que as entrevistas são fontes para se conhecer o passado, como o são todas as fontes históricas, mas que no caso da história oral (embora não exclusivamente neste caso), por se tratarem de relatos do passado, são pistas que surgem *a posteriori*. Assim, faz-se fundamental o estabelecimento de uma distinção entre narrativas e realidades, considerando que o passado existiu antes daquelas, ainda que as

²⁸⁹ Cf. ALBERTI, 2004.

²⁹⁰ HÜTTENBERGER, 1992 apud ALBERTI, 2004, p. 33.

²⁹¹ ALBERTI, op. cit., 2004, p. 34.

²⁹² *Ibidem*, p. 35.

²⁹³ BECKER, 1987 apud ALBERTI, 2004, p. 34.

entrevistas, tomadas enquanto fonte, configurem uma forma de aproximação dessas realidades.²⁹⁴ Nesse caso, é importante destacar que trata-se de realidades passadas e presentes, uma vez que a construção narrativa de uma entrevista de história oral é produtora de sentidos. Como apontam Pollak²⁹⁵ (1992), Portelli (2001)²⁹⁶ e Alberti (2004)²⁹⁷, a entrevista instaura uma situação atípica para o entrevistado, que não se produziria em outras circunstâncias²⁹⁸: a necessidade, mediante o pedido de um entrevistador pouco conhecido, de que conte a sua história de vida de forma completa, organizada e coerente frente, também, a um gravador. Surge, portanto, a necessidade de, através da linguagem, elaborar sentidos, muitos deles formulados nessa situação de enunciação, a partir de uma reflexão sistematizada sobre os fatos que nunca fora, antes, estruturada. Assim, nas palavras de Alberti (2004), “conhecimentos e ideias tornam-se realidade à medida que, e porque, se fala. O sentido se constrói na própria narrativa; por isso se diz que ela constitui (no sentido de produzir) racionalidades.”²⁹⁹.

3.2 Narrar e posicionar-se no mundo

Ao longo da pesquisa e do recolhimento de entrevistas, foi possível observar diferentes formas com que a comunidade se relaciona com a história de Zé Mochila: parte dos entrevistados, e também das pessoas com quem tomei contato, está vinculada sobretudo à história de vida do sujeito, José, como constatado na pesquisa realizada no município de Lajedo. As histórias retomam parte da sua biografia e dos seus gestos, relatando, em primeiro plano, o seu comportamento e as suas práticas cotidianas, viagens, trabalho e os lugares que costumava frequentar. A entrevista com Beatriz é exemplar nesse sentido. Outra parte está vinculada essencialmente à narrativa, ressaltando as peripécias de Zé Mochila e o caráter fantástico das atitudes, ora do homem, ora do cachorro. Neste caso, que se verifica, por exemplo, majoritariamente nas pesquisas feitas no município de Sanharó, alguns narradores dizem ter memórias do sujeito nas feiras e nos bares, mas elas também aparecem atreladas a uma percepção mágica, como sugerem, por exemplo, os relatos de Alfredo e Nelson, que o viam, frequentemente, na forma de um cachorro, na estrada, na pescaria, na porta de casa, e

²⁹⁴ ALBERTI, 2004, p.77.

²⁹⁵ POLLAK, 1992, p. 213.

²⁹⁶ PORTELLI, 2001, p. 12.

²⁹⁷ Cf. ALBERTI, op. cit., 2004.

²⁹⁸ Portelli chega a afirmar que “a estória de vida como uma completa e coerente narrativa oral não existe na natureza; ela é um produto sintético da ciência social”. Ver PORTELLI, 2001, p. 12.

²⁹⁹ ALBERTI., op. cit., 2004, p. 79.

retomavam com ele, no dia seguinte, na feira ou no bar, os acontecimentos progressos. Por fim, há um outro caso que pode ser representado pela pesquisa em Mulungu, distrito da cidade de Sanharó, onde há maior complexidade na interação desses elementos nas narrativas e depoimentos. Neste povoado, José fez amigos, e parte das memórias elaboradas se relaciona ao fato de que ele era acolhido nos bares, alimentado nas casas, como se dera com D. Angélica, mãe de Antonio. Ali recorda-se que, sentado na porta da Igreja, ele cantava “Coqueiro da Bahia”³⁰⁰, e é também onde a marca dos seus pés tortos teria ficado indelevelmente registrada no altar, como conta Ailton. Por outro lado, é também em Mulungu que reside Cícero, o poeta que conta sucessivos episódios das malandragens de Zé Mochila, e que caminhando ao seu lado à noite, na volta do trabalho, temia presenciar a metamorfose que, estava certo, eventualmente se dava. Ali também vive a professora Simone, com cuja narrativa se envolvia a ponto de inseri-la no currículo escolar, e, ao passo que se vê envolvida com os seus múltiplos sentidos, também já fora ao asilo por duas vezes visitar José, a quem me apresentou. É deste último depoimento que partirei para tecer algumas aproximações teóricas que visem compreender a relação da comunidade com as histórias que conta, e como esse tecido social permite que elas emergem e a sustentem, dentro dos formatos estabelecidos.

Simone apresentou-me, a princípio, a mesma narrativa que eu conhecera em Sanharó, embora, no seu discurso, evidencie o uso que a mãe fazia dessa história, semelhante ao que se faz das fábulas, para educar através de uma moral, neste caso, ameaçadora.

E em casa, minha mãe não perdia a oportunidade de, quando desobedecia, ou se fizesse algo, por pequeno que fosse, ‘Cuidado, cuidado, que Zé Mochila desobedeceu a mãe dele, a mãe rogou-lhe uma praga e ele correu bicho sete anos’. Então essa história, né, de ele ter corrido bicho sete anos, é..., vem do..., assim..., conta-se, né, que ele bebia, é..., chegava em casa bravo, batia na mãe, e isso era uma coisa corriqueira, comum, acontecia sempre. Só que um dia ele chegou mais violento do que o de costume, porque ele bebia, queria dinheiro pra beber, chegava alterado, é, a mãe reclamava, ele não parava em casa, e nesse dia, não é, ele foi..., foi bem além do que já era de costume, ele arrancou-lhe alguns fios de cabelo, puxou a mãe pelos cabelos. Aí ela disse que cada fio de cabelo daquele que ele tivesse tirado dela seria um ano que ele iria correr bicho. [...] Então, aí, a partir daí, começaram a surgir as histórias de que ele foi visto, né, transformado em cachorro, transformado em porco, transformado em galinhas, e assim por diante. E assim, a gente sabe dessas histórias, é aquela velha história né, ‘quem conta um conto aumenta um ponto’...³⁰¹

A relação que Simone estabeleceu com a narrativa está ligada, sobretudo, ao fato de que ela é jovem e pertence, portanto, a uma geração posterior à que conviveu com José no

³⁰⁰ Canção cuja primeira gravação identificada é de Vavá Machado e Marcolino, em 1979, pela Warner Music Brasil Ltda. A lembrança é de Maria Do Carmo Silva, registrada na página “Histórias de Zé Mochila”, do Facebook, em 26 de maio de 2020.

³⁰¹ Entrevista de Simone Barros de Holanda, concedida à autora em 08 jan. 2020.

município. Desse modo, a história chega a ela, através da mãe, carregada de uma intencionalidade própria da relação estabelecida entre a mãe e a filha e da função de educar que passa, neste caso, pela transmissão de valores morais a partir de uma realidade hipotética e fantástica, que ao provocar medo e mistério, protege dos perigos e dos hábitos indesejáveis naquela cultura. Apesar disso, a versão por ela contada encontra correspondência nas de narradores mais velhos, que dizem ter convivido com Zé Mochila, como Alfredo, Nelson e Cícero:

Alfredo: Zé Mochila era um homem pequeno. É através de Zé Mochila pequeno a gente andava pra a rua aqui no Mulungu, era muito comentado esse homenzinho pequeno, certo? E nós todos tínhamos dito que a gente, nós ia pra a rua, aí via aquele cachorro lavrado, que através, que à noite, a mãe dele... judiou com a mãe dele, aí ela foi e rogou uma praga pra ele, isso é a realidade, que eu sei dessa história todinha, [incompreensível] Aí, através disso aí, ele me conhecia, tudo, até pouco tempo que... de verdade, ele morreu, através de uns 10 anos, que tem uns 10 anos né? Mas era um neguinho pequeno, saquinho nas costas, bem conhecido mesmo, mas sim, existia esse Zé Mochila mesmo. [...] Ele judiou com a mãe dele né, disse: “Se você vai, toda a noite você vai virar esse cachorro”³⁰²

Nelson: Não, virava no que ele queria. Virava porco, virava cachorro, qualquer bicho que ele queria. [...] Era amaldiçoado, ele deu na mãe dele com um quarto de bode, deu na mãe dele... Neste tempo existia castigo, hoje não existe mais não! Hoje os filhos [incompreensível]. Chegava numa casa, tinha uma cachorra com oito, nove cachorrinhos novos, ele comia tudinho. Agora, só comia o juízo...³⁰³

Cícero: Contam que foi uma praga que a mãe dele jogou porque ele chegou em casa bêbado e deu nela.³⁰⁴

Simone, embora dê início à entrevista também aludindo ao caráter fantástico da narrativa, marca sempre seu distanciamento em relação a esse aspecto, reiterando a ideia de que essas são histórias contadas pelas pessoas da região, nas quais se pode ou não acreditar; não se tratam, na sua perspectiva, de fatos, ou ela não pretende nos fazer crer que assim devam ser encarados, como fazem os narradores mais velhos. Assim, evidencia um lugar crítico em relação ao que narra, posicionando-se como alguém que é capaz de observar o enredo e, embora possa reproduzi-lo, destaca nas crenças locais um caráter fantástico, que recorre à imaginação dos ouvintes.

Então, aí, a partir de aí, começaram a surgir as histórias de que ele foi visto, né, transformado em cachorro, transformado em porco, transformado em galinhas, e assim por diante. E assim, a gente sabe dessas histórias, é aquela velha história né,

³⁰² Entrevista de Alfredo dos Santos Bezerra, concedida à autora em 07 jan. 2020.

³⁰³ Entrevista de Nelson Souza de Torres, concedida à autora em 09 jan. 2020.

³⁰⁴ Entrevista de Cícero Santos Costa, concedida à autora em 09 jan. 2020.

‘quem conta um conto aumenta um ponto’[...] É...vai de você acreditar ou não acreditar.³⁰⁵

Tem-se, portanto, uma narrativa de acordo com a “perspectiva do presente e do interesse de apresentação”³⁰⁶ singulares a essa entrevistada: Simone é uma mulher de 47 anos³⁰⁷, divorciada, mãe de um filho, nascida na zona rural de Sanharó e residente em Mulungu. Professora da rede pública estadual há 14 e da municipal há 24 anos, revelou-se conhecida e influente na região, bastando referir-se a ela como “Professora Simone” para que fosse identificada por habitantes do município. Três ex-alunos seus, com os quais tive contato em diferentes situações, relataram que a história de Zé Mochila era recorrentemente explorada em suas aulas. Durante a entrevista, ela explicou que aborda essa história para trabalhar com lendas e contos populares, com o objetivo de aproximar o conteúdo da realidade dos alunos, considerando que parte deles a conhece através dos familiares.

A organização desses dados não configura, a princípio, uma “análise sequencial dos dados objetivos ou biográficos”³⁰⁸, mas já possibilita que sejam feitas algumas análises da apresentação da entrevistada ou construir hipóteses neles fundamentadas. A primeira delas é observar que o distanciamento crítico que ela interpõe em relação à adesão ao caráter fantástico da narrativa relaciona-se, possivelmente, ao papel intelectual que assume enquanto professora. Ademais, sabe, naquele momento, estar sendo entrevistada por outra professora que a procura devido a uma pesquisa acadêmica. Assim, pode-se supor que a circunstância da entrevista, a sua finalidade e a identidade da entrevistadora contribuam para o seu posicionamento frente à narrativa que apresenta, de modo que faz-se também reveladora do interesse da apresentação, ao se colocar como conhecedora das histórias locais (e ao longo da entrevista, mostra-se tocada por elas), mas também assumindo uma posição distanciada a partir de recorrentes reflexões críticas que faz sobre o que é contado.

Outrossim, é possível observar que Simone, em toda a parte inicial da entrevista, pouco se envolve em processos recordativos, produzindo uma narração ordenada, pouco espontânea, sobre a qual busca ter controle; revela, assim, as marcas de uma *ilusão biográfica*³⁰⁹. Isso se

³⁰⁵ Entrevista de Simone Barros de Holanda, concedida à autora em 08 jan. 2020.

³⁰⁶ ROSENTHAL, 2014, p. 237.

³⁰⁷ Dados relativos ao momento da entrevista, em 08 de janeiro de 2020.

³⁰⁸ OEVERMANN *et al.*, 1980. p. 15.

³⁰⁹ Segundo Bourdieu, “(...) o fato de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um projeto. (...) Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo. O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado

manifesta na forma como ela começa a contar, mediante um pedido inicial da entrevistadora de que narre o que sabe sobre a história de Zé Mochila. Neste momento, organiza uma trajetória cronológica para narrativa, em que o ponto zero está fixado na sua infância e avança de acordo com recortes de períodos que demarcam o passar do tempo:

Entrevistadora: Bom, eu tô entrevistando as pessoas aqui da, da região pra ouvir o que elas sabem da história, e aí tudo o que você me disser, isso que você me disse já é importante, que você ouvia porque a mãe queria colocar medo...

Simone: Sim, bom, o que eu sei é que desde criança nós ouvimos essas histórias a respeito de Zé Mochila. Até porque, assim, é, eu sempre morei no sítio, que fica a cinco quilômetros, quatro quilômetros e meio daqui. E todos os dias eu vinha a pé pra estudar aqui na escola e voltava, e, assim...

Entrevistadora: Aqui no Mulungu?

Simone: Aqui em Mulungu, isso. É quando eu comecei a estudar do 6º ao 9º ano. Do 1º ao 5º, que no caso era da primeira à quarta série, eu sempre fiz lá no sítio. Então, assim, às vezes, vez por outra, passava assim aqueles lapsos na memória: 'E se a gente encontrar Zé Mochila?'.³¹⁰

A sequência temporal dos fatos é explicitada na semantização³¹¹, através de organização discursiva que visa estabelecer uma ordenação causal entre os acontecimentos, a partir de conectivos como “*Então, aí, a partir daí...*”, “*Então, depois disso, né, depois dessa praga, aí começaram a surgir essas histórias*”. Dessa forma, o seu discurso articula a sua história de vida com a da narrativa que circula na região, mesmo que ambas pertençam a tempos distintos. É fundamental, também, considerar outros dois aspectos que contribuem para a formulação ordenada do relato: primeiramente, este foi o primeiro encontro presencial com Simone, de modo que esta primeira entrevista se deu paralelamente à nossa aproximação, ou seja, trata-se de uma situação que costuma implicar formalidade e maior controle sobre o discurso. Ademais, se considerarmos que, segundo o relato de ex-alunos, ela já explorava a temática de Zé Mochila como lenda local nas aulas, é possível supor que já houvera, sobre a sua relação com essa história, reflexões sobre as possíveis formas de interpretá-la, bem como o seu passado, o que contribui para que se compreenda a sua perspectiva do presente no momento em que é entrevistada. Nesse sentido, Voldman (2006) salienta que

sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis. (...) Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário.(...) Produzir uma história de vida, tratar a vida como urna história, isto é, como o relato coerente de urna sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com urna ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.” Ver BOURDIEU, 1996, pp. 183-191.

³¹⁰ Entrevista de Simone Barros de Holanda, concedida à autora em 08 jan. 2020.

³¹¹ Cf. DE CERTEAU, 2020, p. 100.

(...) os depoimentos dos membros de grupos que construíram, no decorrer dos anos, com ou sem a ajuda de um suporte associativo, uma memória como história própria, têm uma coerência e uma estruturação rígidas, que demandam uma grande vigilância se quisermos superar seu aspecto reconstruído e estereotipado. Consciente de ter uma mensagem a comunicar, a testemunha fala apropriando-se do passado do grupo; ela seleciona conflitos internos da organização, diminuindo os oponentes ou então aumentando-a até a caricatura para justificar, por exemplo, afastamentos, partidas e exclusões.³¹²

O interesse de Simone pelo figura humana de Zé Mochila, mais que pela lenda que o envolve, mesmo que aquele esteja, naturalmente, motivado pela força desta, aponta para dois elementos centrais, que, desde o nosso primeiro encontro, deslocaram os objetos desta pesquisa: por um lado, a existência de um homem com uma história de vida atrelada àquela comunidade, e por outro, as narrativas que passaram, em dado momento, a circular a seu respeito. No âmbito das narrativas, dois aspectos ficam ressaltados nessa entrevista e se mantiveram nas que se seguiram: por um lado, o seu caráter fantástico, marcado repetidamente nos depoimentos de diferentes pessoas, que embora não se conheçam, contam ter vivido as mesmas situações com o homem metamorfoseado em animal. Por outro, um conjunto de valores que se manifesta nas descrições da história de Zé Mochila, sobretudo nos depoimentos produzidos em Mulungu³¹³ - são expressas, junto com o enredo, dimensões da vida social que conjugam relações de poder e de exclusão, através de um paradigma moral e social específico daquela comunidade. Embora essas relações se manifestem em segundo plano, parecem ser fundamentais para que se observe e explore as representações de organização social, valores e conceitos em jogo apontadas pelos discursos, bem como “os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual”³¹⁴. A partir dessas representações, é possível verificar, também, as práticas sociais por elas geradas, “que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira de estar no mundo”³¹⁵.

É possível observar, nas descrições que elabora Simone, as seguintes referências a Zé Mochila:

(...) conta-se, né, que ele bebia, é..., chegava em casa bravo, batia na mãe, e isso era uma coisa corriqueira, comum, acontecia sempre. Só que um dia ele chegou mais violento do que o de costume, porque ele bebia, queria dinheiro pra beber, chegava alterado, é, a mãe reclamava, ele não parava em casa;
Na verdade ele não tinha uma, uma, digamos assim, uma, um canto certo, ele não parava em casa. Quando ele vinha pra casa, já era pra, assim, digamos assim, fazer o mal à mãe dele.;

³¹² VOLDMAN, 2006, p. 40.

³¹³ Distrito da cidade de Sanharó, Pernambuco, onde foram colhidas as entrevistas de Simone, Antônio, Ailton e Cícero.

³¹⁴ THOMSON apud BEN-MAYOR e SKOTNES, 2000, p. 67.

³¹⁵ CHARTIER., 2002, p. 23.

(...) entre muitas e muitas histórias, né? A questão de que ele passava fome, porque ele vivia no mundo, né? Não parava em casa, não tinha dinheiro, não trabalhava, e que ele passava bastante fome.”;

As pessoas que fazem esses depoimentos, não é? Minha mãe também dizia que as pessoas não gostavam dele por isso, e por conta que ele era briguento, que era mal educado, não é? Que soltava palavrão, era assim que ela falava, não é? Que ele soltava palavrão.³¹⁶

Constrói-se, portanto, nesse testemunho oral³¹⁷, a figura de um homem que bebia com frequência, algumas delas a ponto de ficar alterado; violento; que não ficava muito tempo em casa, e que quando o fazia, costumava fazer mal à sua mãe; que não trabalhava; não tinha dinheiro ou estabilidade econômica, e, por fim, era agressivo com as pessoas da sociedade. Essas características, cuja sequência parece corresponder a uma tipificação de homem bêbado, violento e vadio, insere-se em um quadro maior de valoração social construído por Simone à medida que avança a sua narrativa, inserindo novos personagens. Isso se evidencia, na medida em que, ao apresentar a história de Zé Mochila, Simone apresenta também a de uma família do distrito de Mulungu que com ele estabelecia um tipo específico de relação:

Das histórias que ela contava e das pessoas que, também, quando ele passava nas portas, que muitas, alguns acolhiam, davam prato de comida, uma água, outras não, não queriam nem saber. E um exemplo disso (...) era uma senhora que morava aqui, em Mulungu, chamada dona Angélica, ela já morreu, faz muitos anos...

Então ela sempre acolhia, dava um prato de comida, dava água, sempre que ele aparecia faminto, é..., independente de que ele tivesse bebido ou não, ela sempre acolhia. Ela tinha isso com ela. (...) Aí ela tinha um filho, também, esse é vivo, ele é dono de um mercadinho aqui. Então ele, ele cresceu assim, vendo aquilo ali, ele sempre via, e teve, assim, um certo vínculo de amizade. Ele sempre chegava na casa da mãe dele, né, e via que ela acolhia, que dava água, que dava comida, e foi crescendo. (...) Aí esse senhor, hoje, chamado Antonio, filho de dona Angélica, então vendo aquilo ali e vendo ele passar aqui junto com ele. Depois ele foi ficando rapaz e ele colocou uma venda (...) e ele sempre chegava lá pedindo uma bicadinha (...) O que é uma bicada? É uma dose... (...) Uma dose, de Pitu, de cana, de aguardente, então, da cachaça.

Aí ele, ele não negava. Mesmo ele sendo essa pessoa assim briguenta, mas ele se estabeleceu, eles criaram um vínculo de, de, de amizade, assim, visto aquele exemplo da mãe dele de acolher, de dar comida, dar água. Então ele foi criando aquele vínculo de amizade. (...)

Então, dessa amizade, ele passava aqui, chegava lá na venda, né, na bodega, ele pedia uma, uma dose, né, uma bicada, e Antonio sempre dava.³¹⁸

São apresentados, de forma espontânea, no relato da entrevistada, Dona Angélica e seu filho, Antônio. Nessa narrativa, Dona Angélica é retratada como quem, diferentemente das pessoas que “não queriam nem saber”, acolhia Zé Mochila e o alimentava, independentemente

³¹⁶ Entrevista de Simone Barros de Holanda, concedida à autora em 08 jan. 2020.

³¹⁷ Há também referências ao fato de Zé Mochila ingerir grande quantidade de bebidas alcoólicas com frequência ou não trabalhar nos depoimentos de outros entrevistados: Nelson, Antônio, E., Ciço de Anito e Alfredo.

³¹⁸ Entrevista de Simone Barros de Holanda, concedida à autora em 08 jan. 2020.

de ele ter bebido. A isso, ele respondia com gratidão, chamando-a de “mãe Gélica”. Nesse caso, é representada como uma pessoa de índole altruísta, e firmeza moral o suficiente para mantê-la mesmo em uma situação em que poderia se recusar a ajudá-lo, dado que bebendo, Zé Mochila aparentemente infringia o seu código de valores. Essa atitude, porém, parece reforçar a sua abnegação e generosidade, e a coloca, no paradigma moral desta sociedade, em uma posição diametralmente oposta à do homem que acolhia, fortalecendo os seus papéis: por um lado, o homem violento, agressivo, sem dinheiro, desgarrado da casa, da família e dos valores envoltos nessa concepção, e por outro, uma senhora caridosa, estável em seu caráter e atitudes, recebendo-o em sua casa, alimentando-o gratuitamente e, por fim, repassando, deste modo, a seu filho³¹⁹, o código moral desta família.

Papéis sociais tão opostos e marcados, neste caso, pela dependência e caridade, tendem a gerar, nos membros enredados na relação, bem como na comunidade que os envolve, uma percepção estigmatizada acerca da posição de cada um desses indivíduos. Trata-se de construções simbólicas, uma vez que as representações desses sujeitos, que orientam uma forma de se interpretá-los nessas circunstâncias, se veem ligados a um sistema de significados e valores externos a si - “subjacente, histórico ou ideal”, nas palavras de Le Goff (1994)³²⁰. Neste caso, no paradigma estabelecido no discurso de Simone, D. Angélica figura como um membro superior nessa sociedade, o que se estabelece primeiramente em relação a Zé Mochila, dada a sua condição social, bem como os seus valores e costumes. Com isso, evidencia-se, também, um diferencial de poder na relação estabelecida entre eles. Segundo Norbert Elias (2000),

(...) os sintomas de inferioridade humana que os grupos estabelecidos muito poderosos mais tendem a identificar nos grupos outsiders de baixo poder e que servem a seus membros como justificação de seu status elevado e prova de seu valor superior costumam ser gerados nos membros do grupo inferior — inferior em termos de sua relação de forças — pelas próprias condições de sua posição de outsiders e pela humilhação e opressão que lhe são concomitantes. Sob alguns aspectos, eles são iguais no mundo inteiro. (...) quando o diferencial de poder é muito grande, os grupos na posição de outsiders avaliam-se pela bitola de seus opressores. Em termos das normas de seus opressores, eles se consideram deficientes, se vêem como tendo menos valor. Assim como, costumeiramente, os grupos estabelecidos vêem seu poder superior como um sinal de valor humano mais elevado, os grupos outsiders, quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, vivenciam afetivamente sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana.³²¹

³¹⁹ O filho de D. Angélica é Antônio, que me acompanhou à visita a José, já consciente de que a relação de confiança estabelecida entre eles seria fator fundamental para que eu fosse recebida e conseguisse respostas para as questões que levava.

³²⁰ LE GOFF, 1994, p. 12

³²¹ ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 28.

3.3 Modelos

A construção de um estudo dessas representações e das práticas sociais por elas engendradas parece requerer uma consideração sociológica que leve em conta a estrutura específica que compõe essa sociedade. A dimensão da narrativa e as certezas comuns expressas por entrevistados que se desconhecem apontam para um conjunto de crenças e ideias dominantes partilhadas por um grupo, o que leva à importância de se abordar, nesta pesquisa, o estudo da configuração dos indivíduos como tal. Ademais, partilho, aqui, da noção epistemológica da historiografia que prevê a busca por “problemas tecnicamente tratáveis”³²² para que se explore as análises a partir dos desvios que se manifestam frente aos modelos experimentados. Como afirma Certeau (2020), são os “limites de significabilidade”³²³ que interessam ao trabalho historiográfico - limites encontrados frente aos “modelos sociológicos, econômicos, psicológicos ou culturais”³²⁴ - um trabalho nas fronteiras.

É possível avistar, desse modo, na obra de Norbert Elias, mais especificamente em *Os Estabelecidos e os Outsiders* (2000), racionalizações em torno das organizações sociais regidas por comportamentos grupais que parecem oferecer, a essa análise, contornos diante dos quais se situar. A obra é fruto de um estudo realizado junto a John L. Scotson na década de 1950, em uma pequena cidade ao sul da Inglaterra, que os autores denominam de forma fictícia de Winston Parva. Eles observam que as diferentes estruturas dos grupos impactam em sua hierarquização, e, através das respostas dos entrevistados, notam que essas configurações das estruturas “não eram, para começar, a expressão de ideias separadamente formadas por cada indivíduo. As respostas individuais eram parte integrante das crenças e atitudes comuns, mantidas por várias formas de pressão e controles sociais”³²⁵. Assim, consideram que as opiniões expressas pelos indivíduos nesse contexto sejam formadas “no âmbito de uma troca de ideias contínua dentro da comunidade, no decorrer da qual os indivíduos exerciam considerável pressão uns sobre os outros, para que todos se conformassem à imagem coletiva da comunidade na fala e no comportamento”, reafirmando a necessidade de se observar “o estudo dos indivíduos como grupos”³²⁶, o que já vem sendo feito por métodos que abordam a análise e a sinopse das configurações, mas que, a seu ver, ainda se mostram insuficientes quando o objetivo é observar as construções coletivas e os processos grupais. Assim, afirmam que:

³²² DE CERTEAU, 2020, p. 77

³²³ *Ibidem*, p. 81.

³²⁴ *Ibidem*, p. 80.

³²⁵ ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 54.

³²⁶ *Ibidem*, p. 57.

É estranha a ideia de que os indivíduos devem ser primeiramente estudados como elementos isolados e de que as configurações que eles compõem entre si derivam do que são sem elas; tal idéia confunde profundamente as pesquisas sobre tais configurações. O empobrecimento da sociologia como ciência que resultou da avaliação vigente dos métodos sociológicos - do pressuposto de que basta usar métodos estatísticos para obter respostas fidedignas aos problemas sociológicos - é bastante óbvio. Ele levou a uma situação em que vastas áreas de problemas sociologicamente relevantes permanecem inexploradas ou quando exploradas, protegidas da pecha de "meramente descritivas" (por não serem estatísticas) apenas pela presença de um grande nome (como no caso da maior parte do trabalho empírico de Max Weber), ou, então, objeto de investigações não estatísticas pelo simples fato de parecerem fecundas, sem que haja qualquer reflexão explícita sobre a natureza do método que responde por essa riqueza.³²⁷

Nesse sentido, atribuem importância não apenas aos métodos de análises estatísticas e de relações quantitativas, mas sobretudo à observação sistemática através de entrevistas para levar a entendimentos mais precisos sobre o funcionamento dessas configurações e a forma como elas afetam a sociedade no entorno. Assim, abre-se espaço para o entendimento da complexidade das relações através dos "símbolos verbais"³²⁸, que dão uma dimensão significativa para os dados. Se é relevante observar a sistematização cronológica que evidencia o discurso ordenado de Simone, da mesma maneira, a adjetivação antitética utilizada por ela na caracterização de Zé Mochila e Dona Angélica parecem reveladores de elementos de observação e estudo na definição dos problemas aqui apresentados.

Faz-se, portanto, significativo ressaltar a importância, para esta análise, de que sejam observados não os sujeitos isolados e o resultado do que essas individualidades produzem quando relacionadas, mas sim a dinâmica grupal. Parece fundamental um levantamento qualitativo de entrevistas em que os narradores coloquem-se, também, como personagens³²⁹, e a partir disso, exponham sua subjetividade e suas impressões. A essas necessidades, responde a história oral enquanto método, na medida em que orienta as práticas de entrevistas com fontes orais. A esse respeito, afirma Alessandro Portelli:

Se a aproximação para a busca é suficientemente ampla e articulada, uma seção contrária da subjetividade de um grupo ou classe pode emergir. Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. (...) A construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com a sua história.

Subjetivamente, faz tanto parte da história quanto os "fatos" mais visíveis. O que os informantes acreditam é na verdade em um *fato* histórico (isto é, o fato no qual eles crêem), tanto como naquilo que realmente aconteceu.³³⁰

³²⁷ *Ibidem*, p. 57.

³²⁸ *Ibidem*, p. 59.

³²⁹ PORTELLI, 1997, p. 38.

³³⁰ *Ibidem*, p. 31.

Ademais, a obra de Norbert Elias (2000), que já fora enquadrada como um “estudo de comunidade” no quadro da divisão do trabalho sociológico³³¹, constitui-se como referência para esta pesquisa por, aparentemente, estarmos aqui, a partir das entrevistas produzidas, observando fenômenos similares aos sistematizados em Winston Parva. O relato de Simone, por exemplo, parece espelhar um conjunto de valores e um julgamento moral que se faz sobre eles provenientes de uma lógica grupal; para José, uma lógica estigmatizadora. O caso inglês revela uma dinâmica social em que, uma vez dividida a sociedade em dois grupos, estabeleceu-se uma relação desigual de poder entre eles, sem que houvesse diferenças sociais, étnicas, de “cor” ou “raça” que a justificassem. Nesse caso, a crença na superioridade de um dos grupos e a estigmatização sobre o outro que mantinham esse diferencial de poder estavam fundamentadas nas diferenças do grau de organização de cada um deles; por um lado, aquele considerado superior observava um conjunto de regras e normas, e a submissão a essas imposições conformava uma condição para se participar dele. Já por outro, o grupo considerado inferior, uma vez que era visto como não observante dessas regras e restrições, era considerado “anômico”. Assim “o sentimento do status de cada um e da inclusão na coletividade estava ligado à vida e às tradições comunitárias”³³², de modo que “os diferenciais de coesão e integração [se tornassem] uma faceta dos diferenciais de poder.”³³³.

Busco, a partir da análise estrutural feita por Norbert Elias, compreender a dinâmica social que se aplica à sociedade aqui observada, ou seja, quais características na organização dessa comunidade motivam boa parte de seus moradores a “afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’”³³⁴ a um indivíduo, a ponto de associá-lo a uma figura animal. Cabe, portanto, retomar duas questões que foram discutidas nos capítulos anteriores e que parecem colaborar para a construção de um papel de *outsider*: a transgressão às normas sociais, a partir do episódio (ou da prática habitual) de violência em relação à mãe, e a condição de mendicância, encarnada como posição avessa ao trabalho.

Como explorado no capítulo 2, a praga rogada pelas mães está prevista, nesse contexto cultural, como forma de punição para os filhos que se voltam contra elas com violência. A punição, no caso, trata-se, retomando as palavras de Marco Haurélio (2022), de uma “justiça imanente”. A resposta à agressão advém de uma regulação moral, que encontra esteio na literatura cristã, como demonstram as passagens bíblicas observadas, e também em diversas

³³¹ ELIAS e SCOTSON, 2000., p. 8.

³³² *Ibidem*, p. 25.

³³³ *Ibidem*, p. 24.

³³⁴ *Ibidem*, p. 24.

narrativas da cultura popular amplamente difundidas entre este grupo social, seja na forma de cordel, de narrativas populares ou através da comunicação oral. Trata-se, portanto, de narrativas exemplares para a vida de toda a comunidade, que instauram uma ordem social a partir da moralidade. Nesse sentido, cabe indagar: o que simboliza a justiça imanente nesse contexto - ela se coloca no lugar de um objeto ausente? Talvez, de uma outra justiça, aparentemente inativa, que pudesse incorrer a partir de regras categóricas, e resultasse em uma atuação punitiva formal? O que busca esse grupo quando opta por uma estigmatização social como resposta a uma ação violenta?

A metamorfose compõe um símbolo³³⁵, na medida em que é possível atribuir a ela o valor de punição e, conseqüentemente, de justiça - não é mais um signo vazio, ao passo que estabelece uma relação com valores reconhecidos pelo grupo que a institui. As noções de superioridade e estigmatização a que a coletividade responde são concebidas a partir de uma percepção do real que, como se observa, é determinada por relações de poder, posto que há um esforço de legitimação de uma determinada concepção de indivíduo e de sociedade³³⁶. Assim, reafirmam o lugar conferido a cada membro desse grupo a partir de sua posição social - quem serão os *estabelecidos* ou os *outsiders*. Fundamentadas nessas representações, o grupo estabelece a sua atuação - formula as suas estratégias e as suas práticas sociais.

O diferencial de poder está centrado na relação com a violência: Zé Mochila bate, xinga e ameaça; já o grupo não empreende ações físicas violentas, como preveem para casos semelhantes, por exemplo, os versículos do Antigo Testamento³³⁷. Seria possível recorrer a ações concretas de justiça: talvez prendê-lo, quiçá linchá-lo. Em oposição a isso, o grupo o acolhe, embora construa, em torno dele, uma imagem depreciativa. Não há, portanto, uma ação que leve a uma resolução objetiva, mas a elaboração de uma prática social através da qual um grupo impõe o seu domínio, legitimando a sua conduta em contraposição a dos seus párias. Caso houvesse uma ação violenta de ambos os lados, esse diferencial não se estabeleceria. Do mesmo modo, impor algum tipo de isolamento da sociedade em relação a Zé Mochila não daria aos demais um lugar a partir do qual afirmar de sua superioridade.

O filósofo Giorgio Agamben (2010), na observação da relação entre o modelo jurídico-institucional e o biopolítico de poder, contribui para um olhar sobre o sujeito na relação com a

³³⁵ Refiro-me, neste parágrafo, aos conceitos de símbolo, representação e prática social em CHARTIER, 1988, explorado no segundo capítulo.

³³⁶ Para Chartier, segundo Biccias, “(...) toda representação social aspira à hegemonia: ela busca se impor aos demais grupos sociais, submetendo a estes últimos os seus valores e conceitos.” BICCAS, 2017, p. 286.

³³⁷ Cf. p. 80 desta dissertação.

política e o faz, em dado momento, a partir da consideração jurídica que atrela à figura do lobisomem. O paralelo entre Zé Mochila e uma espécie de licantropo, feito por alguns entrevistados, com o aparente objetivo de dar clareza acerca da caracterização da metamorfose, mostra-se como ponto de questionamento neste trabalho³³⁸, uma vez que se tratam de símbolos distintos, mas não parece ocasional, dado que essa figura, no terreno do imaginário fantástico, constitui-se como exemplar notório da condição de *outsider*, sobretudo na forma que ele assume no Brasil, sem o glamour e o status do lobisomem comuns à figura do lobisomem europeu³³⁹. Nesse sentido, cabe observar que o lobisomem, para Agamben, é tanto reconhecido pelas normas, como também é “*capturado fora*, incluído através da sua própria exclusão”³⁴⁰, ou seja, também é excluído por elas, uma vez que não observa as suas regras e restrições. Desse modo, afirma que:

(...) Aquilo que deveria permanecer no inconsciente coletivo como híbrido monstro entre humano e ferino, dividido entre a selva e a cidade – o lobisomem – é, portanto, na origem a figura daquele que foi banido da comunidade. Que ele seja definido homem-lobo e não simplesmente lobo (a expressão *caput lupinum* tem a forma de um estatuto jurídico) é aqui decisivo. A vida do bandido – como aquela do homem sacro – não é um pedaço de natureza ferina sem alguma relação com o direito e a cidade; é, em vez disso, um limiar de indiferença e de passagem entre o animal e o homem, a *phýsis* e o *nomos*, a exclusão e a inclusão; loup garou, ou seja, nem homem nem fera, que habita paradoxalmente ambos os mundos sem pertencer a nenhum.³⁴¹

Não à toa, Zé Mochila - ou José? - habita nas margens. Aqui confundem-se o homem e a condição que a ele é atribuída, em um campo de exclusão. O papel da narrativa sobre aquele fundamenta-se ora em elementos fantásticos, ora em fragmentos ou situações particulares da vida deste, que construam representações exemplares para orientar a vida de toda a sociedade. Analogamente ao que defendem Elias e Scotson (2000), a estigmatização que leva à exclusão pauta-se por uma não obediência a “normas e tabus coletivos”³⁴² estabelecidos, de modo que os *outsiders* “são vistos - coletiva e individualmente - como anômicos”³⁴³. Em contraste, “os inseridos” se submetem a rígidos padrões de comportamento e de conduta. Neste caso, a superioridade de um grupo é marcada pela observação dessas regras, o que, por um lado

³³⁸ A relação entre a figura do lobisomem e a do cachorro não é direta. A própria referência aos cordéis brasileiros relacionados às punições recebidas por filhos que desrespeitam as mães evidencia que a metamorfose em cachorro aparece em consonância com a da transformação em outros animais, e não em uma figura híbrida como o lobisomem. Desse modo, essas duas representações de metamorfose parecem relacionar-se não pela associação entre a figura do lobisomem e do cachorro, mas por estarem inseridas em um mesmo quadro de narrativas: a de “metamorfoses punitivas”, como aponta Marco Haurélio, 2021, ou “metamorfoses bestiais”, nos termos de Câmara Cascudo, 2012.

³³⁹ SANTOS, 2019, p. 31.

³⁴⁰ *Ibidem*, p. 166.

³⁴¹ AGAMBEN, 2010. p. 105.

³⁴² ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 26.

³⁴³ *Ibidem*, p. 26.

demanda sujeição a deveres e imposições, mas por outro, confere a seus membros a satisfação de pertencer a ele.

Para Elias e Scotson (2000), “a lógica dos afetos é rígida: a superioridade de forças é equiparada ao mérito humano e este a uma graça especial da natureza ou dos deuses”³⁴⁴; a obediência às determinações permite, portanto, ao indivíduo, ter sua identidade associada à de um grupo “singularmente valioso e humanamente superior”³⁴⁵. Parece figurar aqui a imagem de Dona Angélica, através da representação que faz dela o relato de Simone. Ao apresentá-la como uma figura diferenciada em relação a outros moradores que não acolham Zé Mochila, a entrevistada confirma os valores superiores da senhora caridosa que tem espaço relevante em seu discurso. (“...*ela sempre acolhia. Ela tinha isso com ela.*”). Este será o mesmo lugar, posteriormente, ocupado por seu filho, Antônio, que, segundo Simone, aprendeu com a mãe o código de conduta. Ele manifesta-se igualmente na atitude do filho de acolher Zé Mochila, mas, neste caso, dando-lhe bebida alcoólica em seu bar quando lhe era pedido (“*Mesmo ele sendo essa pessoa assim briguenta, mas ele se estabeleceu, eles criaram um vínculo (...) de amizade, assim, visto aquela aquele exemplo da mãe dele de acolher, de dar comida, dar água.*”). Ainda que nem toda a comunidade acolha Zé Mochila como o faz essa família, a sua ação torna-se um paradigma moral do grupo. Elias e Scotson (2000) observam que a imagem que os estabelecidos têm de si tende a ser idealizada, na medida em que pauta-se na “minoría dos melhores”. Por outro lado, a imagem denegrada que se constrói sobre os *outsiders* estaria orientada, paralelamente, pela “minoría dos piores”³⁴⁶. Desse modo, o *outsider* em questão reúne em si uma série de características que lhe colocam em uma posição de representação de inferioridade em relação ao código de regras, condutas e valores dessa sociedade: o comportamento violento em relação à família e à comunidade que o acolhe, a relação desmedida com a bebida, a vadiagem, a condição errante e mendicante. Trata-se de um comportamento anômico, e a não observância das normas de estilo de vida do grupo passa a configurar, no julgamento deste, um desrespeito a ele e ao próprio indivíduo.

A própria existência de *outsiders* interdependentes, que não partilham do reservatório de lembranças comuns nem tampouco, ao que parece, das mesmas normas de respeitabilidade do grupo estabelecido, age como um fator de irritação; é percebida pelos membros desse grupo como um ataque a sua imagem e seu ideal do nós. A rejeição e a estigmatização dos *outsiders* constituem o seu contra-ataque.³⁴⁷

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 26.

³⁴⁵ *Ibidem*, p. 26.

³⁴⁶ *Ibidem*, p. 56.

³⁴⁷ *Ibidem*, p. 45

Para além de Mulungu, ou seja, da comunidade que se estabelece ao redor de figuras como a família de D. Angélica, há um sem-número de contadores e divulgadores da história de Zé Mochila, como demonstrou a pesquisa feita pelo Facebook. Também chama a atenção que muitos deles expressem o desejo de falar sobre ela ou de facilitar o contato com indivíduos que julgam poder fazê-lo com propriedade. Não é, portanto, reduzida à estrutura social daquele grupo a representação construída em torno da figura lendária, mas a repetição contínua do enredo, sempre estabelecido em torno do mesmo quadro narrativo, nos dá indícios de que ela permaneça atuando, em diferentes localidades, como uma figuração da forma como os grupos operam entre si. Zé Mochila atua, portanto, como um símbolo, diante do qual a representação do grupo que se estabelece ao seu redor se molda. Trata-se sempre de um grupo exemplar, nômico, cujo valor está centrado em uma relação de interdependência com o lugar que confere a esse outro. É esta construção o que permite, também, reafirmar a coesão grupal e a identificação coletiva.

Elias e Scotson (2000) observam que os membros do grupo estabelecido desenvolveram determinada “ideologia”, fundamentada por um sistema de atitudes e crenças através do qual sobressaíssem, simultaneamente, a sua superioridade e a inferioridade do grupo excluído. Essa “arma ideológica” seria construída através de alguns temas estereotipados e mantida por uma sucessão frequente de fofocas que se articulava a acontecimentos do povoado que pudessem reiterar essa diferenciação de status.³⁴⁸ Diante disso, passa a haver um controle das opiniões dominantes, tanto a partir da exclusão social daqueles que manifestam divergência em relação a elas, quanto através da sua confirmação viabilizada pelas fofocas constantes. Analogamente, observa-se que as narrativas sobre Zé Mochila não contemplam um sem-número de peripécias, mas estão centradas em determinados temas, que sustentam, a partir da sua ampla disseminação e reprodução, a construção de determinados estereótipos sobre o seu objeto. Desse modo, embora variem as localidades em que se as conta, as opiniões emitidas pelos sujeitos que com elas interagem não sofrem significativas variações. Chama a atenção também o fato de que, dentre os entrevistados, apenas dois, Beatriz e Maria, tenham afirmado que José era um homem trabalhador, reiterando a sua própria fala. Elias e Scotson (2000) observam que, no âmbito das fofocas, os incidentes que não se associam às imagens predeterminadas de cada um dos grupos geram pouco interesse, não se tornam “notícias” de grande repercussão, ao passo que “os incidentes que combinavam com a imagem aceita do loteamento eram acolhidos com prazer e mantinham girando por algum tempo a roda do moinho de fofocas, até ficarem batidos e serem

³⁴⁸ *Ibidem*, p. 65

substituídos por novos mexericos.”³⁴⁹. Desse modo, os boatos não são “agentes independentes”³⁵⁰, mas têm uma estrutura que subordina-se à da própria comunidade que os difunde. Parecem condizer com essas circunstâncias também as histórias particulares, que não se repetem entre os entrevistados, mas mantêm em relação às demais um mesmo campo de sentidos, como por exemplo a de Paula³⁵¹, que conta que certa noite teria pisado no rabo de um cachorro, e no dia seguinte Zé Mochila procurara seu tio para avisar que sua sobrinha lhe pisara no rabo, mas que ele não revidara, pois conhecia a família à qual ela pertencia.

É importante, contudo, precisar, nesse caso, um campo determinado de conceitos. A analogia estabelecida entre o sistema de fofocas, analisado por Elias e Scotson (2000) e as narrativas sobre Zé Mochila não visa inserir estas últimas no mesmo campo daquelas, tratando-a como “boatos”. As aproximações com a literatura de cordel e o campo das narrativas orais, inclusive, atestam a importância de se compreender que Zé Mochila não seja o primeiro caso de “filho que bate na mãe e se transforma em animal”, mas dadas as próprias representações viabilizadas por essa narrativa, parece haver um esforço de aproximação do sujeito estigmatizado por essa sociedade às narrativas correntes. Nesse sentido, há uma construção constante desse sistema de comparações, cujas ferramentas incluem os “boatos” e os temas estereotipados, os quais as entrevistas e os dados da pesquisa realizada no Facebook contribuem para constatar, e o fazem através da repetição dos temas e dos quadros de incidentes relatados. Desse modo, ao modelo de Elias e Scotson (2000), a investigação da figuração em uma pequena comunidade permite observar com minúcia os problemas encontrados, a fim de compreender as suas características estruturais e, com isso, visar à construção de modelos explicativos que possam funcionar também em outras escalas.³⁵²

3.4 “Uma arte de dar golpes”³⁵³

Elias e Scotson (2000) observaram que o estabelecimento de diferenciais de poder, quando é significativo e produz uma submissão incontornável, é vivenciado como um diferencial de valor humano³⁵⁴. Desse modo, afirmam que “No caso de diferenciais de poder muito grandes e de uma opressão correspondentemente acentuada, os grupos outsiders são

³⁴⁹ *Ibidem*, p.121.

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 125

³⁵¹ Dados da entrevista

³⁵² *Ibidem*, p. 20.

³⁵³ DE CERTEAU, 1998, p. 79

³⁵⁴ ELIAS e SCOTSON, 2000., p. 28.

comumente tidos como sujos e quase inumanos”³⁵⁵. Se na obra de Elias e Scotson (2000), é a percepção que a sociedade japonesa tem de um antigo grupo outsider, os burakumin³⁵⁶, o que atesta essa ideia, nas narrativas sobre Zé Mochila, as descrições físicas de um homem errante, em condição de mendicância, sem lar estabelecido - sujo, com as unhas grandes³⁵⁷, e também a caracterização de suas metamorfoses involuntárias funcionam como sintomas desse padrão. Para os autores,

A semelhança do padrão de estigmatização usado pelos grupos de poder elevado em relação a seus grupos outsiders no mundo inteiro - a semelhança desse padrão a despeito de todas as diferenças culturais - pode afigurar-se meio inesperada a princípio. Mas os sintomas de inferioridade humana que os grupos estabelecidos muito poderosos mais tendem a identificar nos grupos outsiders de baixo poder e que servem a seus membros como justificação de seu status elevado e prova de seu valor superior costumam ser gerados nos membros do grupo inferior inferior em termos de sua relação de forças - pelas próprias condições de sua posição de outsiders e pela humilhação e opressão que lhe são concomitantes. Sob alguns aspectos, eles são iguais no mundo inteiro. A pobreza - o baixo padrão de vida é um deles. Mas existem outros, não menos significativos em termos humanos, dentre os quais figuram a exposição constante aos caprichos das decisões e ordens dos superiores, a humilhação de ser excluído das fileiras deles e as atitudes de deferência instiladas no grupo "inferior". Além disso, quando o diferencial de poder é muito grande, os grupos na posição de outsiders avaliam-se pela bitola de seus opressores. Em termos das normas de seus opressores, eles se consideram deficientes, se vêem como tendo menos valor.³⁵⁸

Nesse sentido, o grupo de menor valor passaria a corresponder à reputação que lhe é dada. Isso pode ocorrer pela assimilação, por parte desse grupo, da ideia de que realmente são detentores de algumas das características que lhes são atribuídas - os burakumin, por exemplo, afirmavam que eram de fato sujos e tinham uma marca no corpo que os distinguia³⁵⁹, quando ela de fato não existia. Por outro lado, a resposta dos párias pode vir como uma reação à

³⁵⁵ *Ibidem*, p.29

³⁵⁶ Sobre os burakumin, ELIAS e SCOTSON (2000) apresentam a seguinte definição: “Tomemos como exemplo uma descrição feita antigo grupo outsider do Japão, os burakumin (cuja antiga denominação estigmatizada, "eta", com o sentido literal de "repletos de imundície", só é usada em sigilo hoje em dia):

‘Essas pessoas têm moradias piores, são menos instruídas, têm empregos mais árduos e mal remunerados e são mais propensas a enveredar pelo caminho do crime do que os japoneses comuns. Poucos japoneses comuns dispõem-se conscientemente a ter um convívio social com elas. Um número ainda menor deixaria que um filho ou uma filha se casasse com um membro de uma família de párias.

No entanto, o mais extraordinário é que não há nenhuma diferença física essencial entre os descendentes dos párias e os demais japoneses.....

Séculos de discriminação, sendo tratados como sub-humanos e levados a crer que, em sua condição de burakumin, eles não eram suficientemente bons para fazer parte da vida dos japoneses comuns (...).” *Ibidem*, p. 29

³⁵⁷ Características apontadas nas entrevista com Alfredo, Simone, Nelson e também pela internauta Valéria Santos na pesquisa realizada pelo Facebook, em cuja postagem se lê: “tínhamos muito medo,tadinho estava sempre sujo com as unhas enormes chegava a dobrar pedindo nas residências nunca de fato percebi ele fazendo mal a alguém nas ruas de Quipapá ao contrário de algumas pessoas que o maltratam sim inclusive por esta sempre sujo”.

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 29

³⁵⁹ Segundo ELIAS e SCOTSON (2000), as fofocas diziam que os burakumin tinham um sinal de nascença azulado abaixo das axilas, o que indicava, no seu corpo, que eles pertenciam ao grupo dos párias. Cf. ELIAS e SCOTSON, op. cit., p. 35.

estigmatização que sofrem, determinada por um comportamento agressivo ou, de outro modo anômico, como esse próprio padrão de estigmatização antevê que o façam. Com isso, a forma de vinculação entre os grupos é determinante no comportamento da sua porção “inferior”, bem como na sociodinâmica da relação entre eles³⁶⁰.

Essa correspondência ao estigma social pode ser analisada nas ações de Zé Mochila. A começar pela forma como ele responde à estigmatização, com um comportamento marcadamente agressivo. Os relatos apontam para uma prática de expressão de xingamentos constantes, como se vê nos exemplos abaixo:

Sempre tive medo de Zé Mochila, quando pequena morava no Sítio Boa Sorte, todos lá tinha medo dele, quando passava as crianças se escondiam. Mas na verdade hoje sei que ele é que tinha medo das pessoas. E já que falavam que ele era lobisomem ele deixava que pensassem que era com uma proteção contra a bolinação que as pessoas faziam com ele.³⁶¹

Simone: As pessoas que fazem esses depoimentos, não é? Minha mãe também dizia que as pessoas não gostavam dele por isso, e por conta que ele era briguento, que era mal educado, não é? Que soltava palavrão, era assim que ela falava, não é? Que ele soltava palavrão.³⁶²

Beatriz: Ele contava ... ele não gostava muito de conversar com o povo não, quando ele tava bom. Agora, quando ele tava bêbado, ele gostava de sair brincando, jogando aqueles... aqueles palavrão, sabe?

Maria: (risos) Palavrão, palavrão...

Beatriz: Mas era aqueles palavrão que o povo ficava rindo... aquelas brincadeira... só que era as brincadeiras dos palavrão, né? Aí o povo ficava rindo.³⁶³

Foi também o que se viu no vídeo que nos enunciara, no início da pesquisa de campo, a existência de um senhor chamado José, em um asilo da região³⁶⁴, no qual a freira usa o termo “Zé Mochila” com agressividade para se referir ao idoso, e ele reage. Ou, ainda, no início da conversa que tivemos com ele, quando chegamos ao asilo, e também quando ele nos conta que fora preso por virar uma panela de sarapatel em um bar, em um dia que bebera muito e ficara bravo. Parece, com isso, aderir ao comportamento que para ele está estipulado no estigma construído pelo grupo que o exclui: seu comportamento é desviante em relação às normas sociais.

Anterior, contudo, a esse comportamento, está o fato de que, segundo os entrevistados, os relatos da metamorfose advinham do próprio Zé Mochila. Era ele quem ameaçava atacar as criações de animais à noite, ou que relatava, no dia seguinte, ter estado presente na forma de

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 32.

³⁶¹ Depoimento de Nazaré na página do Facebook, postado em 25 de maio de 2020.

³⁶² Entrevista de Simone Barros de Holanda, concedida à autora em 08 jan. 2020.

³⁶³ Entrevista de Beatriz, concedida à autora em 13 jan. 2022.

³⁶⁴ Cf. p. 13 desta dissertação.

um cachorro na casa ou na pescaria de alguém. Também ele propaga a narrativa, e contribui para a construção dos estereótipos circulantes. Aparentemente, tal qual um burakumin, o sujeito parece “materializar os estereótipos que lhe são atribuídos”³⁶⁵, ainda que essa materialidade seja a composição pessoal que ele faz, ou propaga, de uma fantasia coletiva.

Por outro lado, vimos que o papel de Zé Mochila, e as representações encarnadas nesta narrativa não são planas. Há, nas palavras de Chartier (2002), uma luta de representações³⁶⁶, que revelam “os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”³⁶⁷. Alfredo, por exemplo, já nos apresentara uma perspectiva, em que Zé Mochila aparece ao lado de Lampião e Luiz Gonzaga, como símbolo da cultura do nordeste,³⁶⁸ o que denota uma outra leitura do papel dessa narrativa no meio em que circula. Diante dessa percepção, parece possível considerar que a escolha do sujeito por apresentar essa narrativa possa tratar-se também de uma manobra, não necessariamente consciente, que lhe dê possibilidades de subverter, de algum modo, esse diferencial de poder ao qual é submetido. Nesse sentido, achamo-nos novamente nas margens, diante de um outro “limite de significabilidade”³⁶⁹, frente ao qual buscaremos estabelecer, nas fronteiras, uma ponte a partir da compreensão de Michel de Certeau acerca de uma *polemologia do fraco*, ou seja, dos atos de resistência possíveis dentro de uma estrutura de opressão.

Certeau (1998), em “A Invenção do Cotidiano”³⁷⁰, elabora uma teoria dinâmica da cotidianidade, diante das reflexões que passa a ter sobre as formas de lidar com a cultura popular. Diante dessa questão, entende que a linearidade de uma abordagem de trajetória não permitira pensar nas múltiplas possibilidades da cultura³⁷¹, o que o leva à elaboração de uma análise polemológica, considerando a forma como ela “articula conflitos e volta e meia legítima, desloca ou controla a razão do mais forte.”³⁷². Assim, observa a astúcia do fraco, para, dentro de um determinado sistema a que está submetido, utilizá-lo de uma *maneira* própria, de modo que a sua inventividade não seja captada por este mesmo sistema onde ela se desenvolve.

³⁶⁵ BEN WHITAKER apud ELIAS, p. 30

³⁶⁶ CHARTIER, 2002, p.17.

³⁶⁷ *Ibidem*, p.17.

³⁶⁸ Ver p. 75 desta dissertação.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 81.

³⁷⁰ DE CERTEAU, 1998.

³⁷¹ VIDAL, Diana. I Ciclo de Palestras - Intelectuais e a investigação em História da Educação. Contribuições de Michel de Certeau para a História da Educação. YouTube. 03 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AzTHz8ja5YQ>>. Acesso em: 30 de setembro de 2022.

³⁷² DE CERTEAU, op. cit., 1998, p. 45.

Através da *bricolagem* e da “inventividade ‘artesanal’”³⁷³, o sujeito produz, de dentro, cotidianamente, operações heterogêneas que constituem as “mil maneiras de *jogar/desfazer o jogo do outro*”³⁷⁴ - “os estratagemas de uma luta travada pelos dominados contra os dominadores”³⁷⁵.

Dentro desse modelo, “as relações de força que definiam as redes em que as práticas se inscreviam e que delimitavam as circunstâncias de que podiam se aproveitar eram o interesse principal”³⁷⁶. Neste caso, elas estariam delineadas pelo diferencial de poder instituído entre os inseridos e os outsiders. Cada um deles agiria segundo condições que lhes favorecem, a partir do que Certeau (1998) define como *estratégias e táticas*.

A estratégia, para Certeau (1998), é a arte dos fortes. Implica “a existência de um sujeito de querer e poder”, que esteja instalado em um *lugar* que possa ser circunscrito como *próprio*. Assim, também, constitui uma base a partir da qual empreende ações em relação a alvos exteriores. Dessa forma, o lugar autônomo permite que haja visibilidade, e, através dela, se instaure o domínio, à medida que se pode observar e medir, em uma prática panóptica. Com isso, é possível prever e controlar. É também nele que se acumulam as vantagens conquistadas, articulam-se as próximas ações e firma-se uma posição diante de circunstâncias incertas. O lugar constitui-se, assim, um lugar de poder. Desse modo, Certeau (1998) afirma que as estratégias são uma vitória do espaço sobre o tempo. Nelas, é possível reconhecer “um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio.”³⁷⁷, ou um “campo próprio”, como se delimitam os lugares de saber teóricos. O poder, assim, mais do que efeito do saber, é, na verdade, o que o produz e delimita as suas características.

Em contrapartida, os fracos têm, configuradas nas táticas, a sua arte. Trata-se de uma ação calculada a partir da ausência de um lugar próprio - joga-se no lugar do outro, no campo controlado pelo inimigo, diante da lei de uma força que lhe é estranha³⁷⁸. Com isso, o seu aliado é o *tempo*, “as possibilidades oferecidas pelo instante em que a vigilância do poder falhava”³⁷⁹. Caça a cada golpe que dá nas ocasiões percebidas, e não tem formas de conservar ou estocar os

³⁷³ *Ibidem*, p. 46.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 79.

³⁷⁵ VIDAL, 2017, p. 282.

³⁷⁶ *Ibidem*, p.283.

³⁷⁷ DE CERTEAU, 1998, p. 100.

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 100.

³⁷⁹ VIDAL, 2017, p. 284.

seus ganhos. Diferentemente daquele que detém o domínio do espaço, aquele que faz uso das táticas não tem a visão totalizante do adversário, diante da qual pode prever e articular as suas práticas, o que o leva a uma ação que dependa da astúcia - ao surpreender, ele inventa o cotidiano³⁸⁰.

Se “a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder”³⁸¹, nessa perspectiva, outsiders e estabelecidos, respectivamente, posicionados em relação ao seu diferencial de poder, articulam as suas maneiras de agir diante das possibilidades que lhes estão definidas. Nesse sentido, foi possível, a um grupo de poder elevado na diferenciação social, articular um discurso em torno de José, a partir do qual creditou-se a ele um espaço estigmatizado, a que responde a narrativa sobre Zé Mochila. Trata-se da construção de um saber, do estabelecimento de representações a partir de um lugar privilegiado que permite, ao grupo, inclusive, além de estabelecê-las, aprofundá-las e sustentá-las. É a partir da possibilidade de visão em perspectiva de si e do grupo que são eleitos valores e crenças nas quais a grande maioria irá se apoiar, e a famigerada narrativa do “filho que bate na mãe e vira cachorro” é retomada e alimentada no imaginário popular a fim de comunicá-los. As representações, nesse caso, são geridas e controladas, uma vez que é a condição de poder desse grupo que lhe permite comandar as características do saber que se dissemina, estrategicamente posicionado. O núcleo de indivíduos que têm domínio, que está instalado, disciplina o que será definido, portanto, como próprio. Assim, é capaz de construir e monitorar um imaginário social.

Por outro lado, é possível considerar que José também esteja posicionado nas fronteiras dessa guerra cotidiana. Se, por um lado, é incapaz de transformar a conjuntura e alterar as condições estabelecidas pelo lugar em que se situa, não se furta, contudo, de fazer uma bricolagem das narrativas acerca da sua própria condição, e apropriar-se, de alguma maneira, da forma como elas serão interpretadas em situações particulares. Ele produz um deslocamento do sentido ‘próprio’ das narrativas já à medida em que inverte, eventualmente, a posição de quem as relata. Ora parece fazê-lo para ameaçar aqueles que se recusam a lhe dar comida ou bebida, de modo a favorecer o seu acesso a elas, ora como gracejo, dado que se dá conta do espaço de destaque que ganha ao tomar para si o relato. Assim, também, justifica o lugar social que ocupa, e as frágeis condições a que tem acesso. Posiciona-se, por fim, de forma a confrontar o quadro de estigmatização, ao, por exemplo, levar a entender que vive pelas ruas e estradas,

³⁸⁰ *Ibidem*, p. 284.

³⁸¹ DE CERTEAU, 1998, p. 101.

sem trabalho fixo e sem residir com uma família estruturada, não por algum tipo de recusa às normas da comunidade, mas por ser alvo de uma punição inelutável, cujas regras não dependem de forças humanas. Dessa forma, faz um reaproveitamento do relato segundo os próprios interesses e as próprias regras, como explicita na entrevista que nos deu:

Antônio: Os menino são tão ruim que antigamente dizia que tu corria bicho, não é?
Uns cabra safado, não era?

Zé Mochila: Ahn?

Antônio: E tu corria bicho?

Zé Mochila: Não, eu mesmo dizia.

Antônio: Tu mesmo dizia, não era?

Zé Mochila: Dizia. Agora, sabe por quê?

Antônio: Hum?

Zé Mochila: Pra beber. Pra me dar pra eu beber. Eu não tinha dinheiro, e queria, tinha vontade de beber, e dizia que corria bicho pros pessoal me dar cachaça pra eu beber. [risos]. Eu bebia o que... tudo na bodega! Teve um dia que eu bebi tudo na bodega...

Antônio: “Ou me dá ou eu viro um bicho.”

Zé Mochila: “Se não me der, se não me der, se não me der uma bicada, dá não, pois digo que eu venho lhe pegar, viu?” [risos]. E por isso fiquei aí. Eu bebi tanto que se eu não tivesse parado de beber, eu já tinha morrido. Não tinha mais nem osso.³⁸²

A própria escolha de nos apresentar a narrativa dessa forma, tomando a responsabilidade sobre o espalhamento para si, surpreende - ele lança mão de uma tática, revelando um artifício que lhe atribui perspicácia, sem, contudo, tentar reverter as condições da opressão. Ao assumir esse papel, ele modifica o funcionamento das regras do espaço opressor, do qual não haveria saída. Há, todavia, a possibilidade de criar esse jogo, de uma multiplicidade de sentidos, impedindo que a narrativa seja homogênea. Desse modo, circulam, entre feiras e comunidades, ao menos duas versões de Zé Mochila: aquele sobre qual se diz, e aquele que se diz. Através da primeira, os estigmas grupais são fortalecidos, e os usos e interpretações das narrativas aplicam-se de acordo com variadas intenções - educar os filhos, fazer temer os “malcriados” e os vadios, conter a circulação do grupo, estimular um comportamento nômico. Já através da segunda, ganham destaque também os sentidos da peripécia, da malandragem, da velhacaria e da ardileza. Zé Mochila ameaça, bebe, ataca, chega antes. Ganha no tempo, ganha as balas, prova ser capaz de não se ferir com elas. Circula e, com isso, faz circular o seu nome, cujo espalhamento verificamos não ser modesto. Torna-se uma espécie de herói, à altura de Lampião, em determinados relatos, ou um alcoólatra abandonado, em outros, comprovando que, mesmo “no campo da desventura”³⁸³, consegue estabelecer uma “manobra entre forças

³⁸² Entrevista de José, concedida à autora em 10 jan. 2020.

³⁸³ DE CERTEAU, 1998, p. 79

desiguais”³⁸⁴, e dá aos indivíduos matéria para que ampliem as interpretações possíveis, que o mantenham vivo sob o tensionamento de uma luta de representações.

Considerações finais

Zé Mochila não é uma história circunscrita a um núcleo familiar ou à memória coletiva de um povoado ou município. A constatação do seu expressivo espalhamento, contudo, é um dos efeitos desta pesquisa, assim como o levantamento das variações da narrativa que compõem um enredo geral. O trabalho com fontes orais, nesse sentido, é determinante no processo de recolha de dados que se materializam, a princípio, na palavra falada.

Todavia, trata-se de dados qualitativos. De forma menos evidente, eles apontam também para características específicas do grupo social que comunicam sobre a sua cultura. Fenômenos sociais estão imbricados na espessura simbólica da realidade, de modo que esta seja reveladora do que está inscrito em uma imaginação compartilhada. Assim, de maneira mais ou menos consciente, as fontes compõem uma expressão de um ponto de vista coletivo quando se empenham a relatar histórias e lembranças. Ao ocupar-se dessas nuances, este torna-se um estudo de sociedade, e a abordagem da narrativa passa a estar vinculada a uma compreensão de como ela manifesta aspectos de uma comunidade - sociais, históricos, econômicos - e torna-se capaz de simbolizá-los, situando cada um dos seus membros nessa organização específica.

Quando se conta sobre Zé Mochila, vários desses problemas são indicados, o que torna possível distingui-los e levantar hipóteses acerca de cada um deles. Frente a um conjunto de abordagens teóricas, postas em confronto com esses aspectos, estabelecem-se correspondências e desvios que, mais que recontar os fatos, buscam discernir as características do grupo e as representações por ele formuladas. Tem-se, portanto, a matéria desta pesquisa, que levanta uma série de questões acerca dessa comunidade, e longe de pretender esgotá-las, oferece caminhos para que elas sejam pensadas.

De início, toma-se a concepção do sujeito, ora apresentado como membro da comunidade - José - ora como construção fantástica que não se dissocia de dados concretos da realidade - Zé Mochila. Por um lado, trata-se de uma figura singular, que atua com peculiaridade no ambiente: circula nas feiras, faz-se conhecido nos bares, nos sítios, nas praças; tem um comportamento irreverente e por vezes zombeteiro; pede, e tira vantagem. Por outro, repete gestos, características e costumes que é possível reconhecer na dinâmica coletiva, enquanto

³⁸⁴ *Ibidem*, p. 79.

manifestação de fatores sociais e culturais. Isso se verifica, por exemplo, na sua presença constante em diferentes feiras, reafirmando a importância destas, em alguns estados do nordeste, como espaço de circulação, de comércio, de trocas culturais e de acesso à alimentação, inclusive aos pobres. Permite-nos enxergar a feira como um elemento que está na base da própria ocupação e urbanização de territórios agrestinos e sertanejos. Comunica, também, sobre as condições formais de trabalho e as principais atividades econômicas, que desenharam um retrato da região sob um recorte temporal. Apresenta, por fim, circunstâncias do mundo material revestidas de caráter fantasioso, como a regionalização vigente no Brasil a partir da imagem de um cachorro que circula por sete estados em uma mesma noite e concepções acerca do trabalho e do alcoolismo, que revelam um espelhamento de fatores sociais e juízos morais no enredo.

Paralelamente, alude a outras narrativas, que demonstram estarem inscritas, nas ações de Zé Mochila, representações de comportamentos, valores e condições com dimensão histórica e social. É o que se vê em dois perfis amplamente caracterizados pela literatura, sobretudo a de cordel: por um lado, a figura do mendigo, sujeito errante ou migrante com uma mochila, na qual carrega farinha, rapadura e, eventualmente, carne ou outros alimentos. Por outro, a tradição de histórias dos filhos que desrespeitam os pais e sofrem uma punição, consequência de uma praga ou de uma espécie de justiça imanente.

Os procedimentos prático-analíticos que tecem o trabalho implicam, neste caso, um movimento de ampliação das fontes. Empreende-se reorganização de documentos em uma racionalidade própria a esta pesquisa, como por exemplo o levantamento dos cordéis, de modo que os dados sejam produtos dessa nova distribuição. Para além disso, entretanto, a produção de documentos se dá, também, na recolha dos relatos sobre uma história articulada e reproduzida no campo da oralidade. Trata-se de explorar vestígios não contemplados pelos registros oficiais, em uma consideração da história do particular e do cotidiano. À vista disso, faz-se uso da história oral, que tem sido responsável, nas últimas décadas, por captar e registrar parte significativa da tradição da narrativa popular, atrelada primordialmente à oralidade. Como implicação do registro oral, estão inextricavelmente misturados “o que toma o lugar fora do narrador e o que acontece dentro, (...) o que diz respeito ao individual e o que diz respeito ao grupo, (...) de modo que a ‘verdade’ pessoal possa coincidir com a ‘imaginação’ compartilhada.”³⁸⁵. As memórias pessoais e coletivas, portanto, interligadas, constituem um objeto fundamental sobre o qual se trabalha na constituição dos fatos históricos acerca de um

³⁸⁵ PORTELLI, 1997, p. 30

fator cultural e um panorama social, em relação aos quais a escrita, em determinados contextos, tem pouca relevância.

Por outro lado, o trabalho com entrevistas e a ampliação das fontes permanecem marcados, como em toda construção histórica, pela elaboração do pesquisador. Nesse sentido, se o relevo dado à história local e cotidiana opera um deslocamento nos métodos considerados tradicionais, não se pode desconsiderar que são estabelecidos limites no momento da entrevista que determinam a fala do entrevistado a partir de um campo de interesses do entrevistador, e também depois dela, na forma como o pesquisador seleciona e dá contornos ao que entrará no seu discurso. Desse modo, os documentos constituem reelaborações, sobre as quais também incidem, ainda que indiretamente, uma prática institucional e uma força social.

Dentre as determinações sobre a fala do entrevistado, ainda consideram-se condições concernentes à própria entrevista, como a relação com a entrevistadora, a presença do gravador e os próprios interesses postos na situação. Trata-se, como afirma Verena Alberti, de um processo composto por negociações, uma vez que a forma como o entrevistado se coloca também produz sentidos, bem como a necessidade, imposta pela própria entrevista, de se construir um relato, eventualmente inédito, e sistematizar reflexões sobre os fatos e o passado. À luz dos estudos de Gabriele Rosenthal, entende-se que não é possível, e nem desejável, desconsiderar ou mascarar essas influências, mas cabe ao pesquisador dar espaço suficiente para que os entrevistados estabeleçam uma *gestalt* própria, ou seja, criem suas narrativas com o mínimo possível de interferências no momento em que as histórias de vida estão sendo articuladas pela e através da palavra.

No trabalho com uma forma de transmissão oral, ainda é preciso considerar as especificidades dessa transmissão. É possível tecer, nesse sentido, um paralelo com a literatura de cordel, haja vista que ambas encontram a sua finalidade na oralidade, ainda que esta última mantenha também uma relação com a escrita. É ao que Chartier (1991) se refere ao observar uma “pluralidade dos usos do impresso”³⁸⁶, como por exemplo a prática de se ler determinados textos em voz alta, usual nos meios populares. No contexto de circulação das histórias de Zé Mochila, há uma vinculação entre a oralidade e aspectos culturais, haja vista que esteja assim inscrita grande parte da tradição da narrativa popular, mas também com aspectos sociais, como os índices de analfabetismo significativos no período e na região em questão. Para que se consolide, portanto, a memorização das histórias, há uma série de estratégias empregadas pelos narradores, das quais se destacam, neste contexto, a fixação dos temas e a repetição de fórmulas,

³⁸⁶ CHARTIER, 1991, p. 155.

ainda que grande parte dos entrevistados as reproduza afirmando tratarem-se de relatos dos acontecimentos vividos por eles próprios. Assim, vão sendo reiterados não apenas o enredo, mas os próprios valores compartilhados pela coletividade através do espalhamento dessas narrativas.

A vinculação a uma tradição oral nos leva a pensar no caso de Zé Mochila, a princípio, como mais uma história de lobisomem. A própria associação com os folhetos, cuja circulação é tão expressiva na região, parece um convite à reconstituição de uma origem ibérica e, por conseguinte, medieval da trajetória do *licantropo*, que encontra evidências em grande parte do mundo ocidental. Por outro lado, o próprio trajeto da literatura de cordel no Brasil indica, sem desconsiderar uma origem ibérica, a incorporação das questões locais e de outras influências que transformam o que vem a se constituir neste país enquanto o que chamamos de cordel. Elas diriam respeito a aspectos sociais, culturais e até mesmo simbólicos, resultando em uma produção que configura-se muito mais como expressão das questões locais do que como mera extensão de um imaginário estrangeiro.

Nessa perspectiva, pode-se destacar o motivo central: o sofrimento punitivo, a punição educativa - na narrativa, Zé Mochila paga um preço por não observar as normas do grupo, e passa a ocupar um espaço de anomia no tecido social. Desse modo, enquanto símbolo, contribui para a educação das crianças e para a regulação dos homens, uma vez que, no conjunto de valores do grupo, há normas e tabus que devem ser observados, sob pena de castigo e exclusão. A animalização parece ser um caminho, enquanto metáfora, para uma ação, ou até mesmo para uma vida indiferentes aos paradigmas morais, à religião ou à lei³⁸⁷, como a literatura já pôde compreender acerca dos lobisomens. Por outro lado, a praga, com tempo determinado para se encerrar, parece aproximar-se de uma forma de justiça, talvez a única forma com que ela se estabeleça em determinados contextos - uma justiça simbólica. Diante de hipóteses, contudo, que mantêm abertas questões acerca do sentido da metamorfose, é possível compreender que trata-se de um sistema de representações, em que Zé Mochila protagoniza atos e mesmo um estilo de vida moralmente condenados pela sociedade, o que impacta o lugar que a ele será atribuído no grupo, no qual, a cada um dos membros, é conferido um determinado status. O seu rebaixamento, portanto, é efeito de uma relação de poder.

O ato narrativo é um fenômeno propício à construção dessas representações, bem como o seu espalhamento contribui para a manutenção dos valores e crenças comunicados pelo

³⁸⁷ MACEDO, 2004, p. 17.

enredo. A dominação sobre os indivíduos, nesse caso, é simbólica, de modo a exercer um controle sobre os seus atos e formular, a partir da propagação e repetição, uma identidade que representa o coletivo. O paradigma é claro - há, nas palavras de Norbert Elias (2000), estabelecidos e *outsiders*, e o cumprimento (ou não) das regras define a posição correspondente a cada membro, a depender de seu comportamento. Já para Certeau (1998), esse diferencial de poder define as condições segundo as quais cada grupo pode agir, seja num lugar de domínio, através de *estratégias*, ou de astúcia, revidando, através de *táticas*.

Nesse sentido, a um grupo, dominante na disputa de poder pelas representações instituídas nessa comunidade, é possível, a partir de uma posição estratégica, construir um lugar de estigmatização para Zé Mochila. Assim, garante que seu código de valores e sua lógica social seja comunicada aos demais membros. Ele articula saberes do próprio campo social, como as narrativas anteriores, os valores cristãos e a valorização do trabalho, certamente em benefício da própria posição, e fortalece um imaginário popular a partir desse arranjo, em que os códigos, e também os desvios, estão todos bem representados.

Ao sujeito anômico, penalizado com a estigmatização, resta, eventualmente, corresponder à expectativa que lhe é conferida - bebe, agride, ameaça, reforçando o sistema. Por outro lado, eventualmente, de maneira sub-reptícia, revida, encontrando táticas, ou seja, maneiras de agir, em momentos oportunos, jogando com os acontecimentos. Não pode depender de um lugar próprio, pois ele é reservado aos que ocupam uma posição estratégica, de modo que a sua luta para a desestabilização das forças se dá no cotidiano, nos movimentos astuciosos e inventivos.

Haverá, certamente, outras fronteiras com as quais defrontar a figura singular e, paradoxalmente, totêmica que é Zé Mochila, ao mesmo tempo homem e figuração do agreste pernambucano. Afinal, o limite, em história, não é o fim, mas justamente a “emergência de uma *realidade*”³⁸⁸ diante das racionalizações construídas. Nesta pesquisa, entretanto, os fatos, enquanto designação das relações propostas³⁸⁹, apontam para uma relação dinâmica na luta de representações que gere o caráter da comunidade analisada. A tradição cultural e a narrativa oral, elas mesmas produtoras de práticas sociais, funcionam também como vetores para o compartilhamento de um mundo que é simbólico, e que se materializa nos comportamentos e na constituição de relações grupais. Estão postas, assim, as desigualdades e as marcas que distinguem os sujeitos, negando-lhes a possibilidade de igualdade. Recontando, eles mesmos

³⁸⁸ DE CERTEAU, 2020, p. 81.

³⁸⁹ Cf. *Ibidem*, p. 82.

as reproduzem, e reforçam o “temor recíproco”³⁹⁰ no plano coletivo, que impede, recorrentemente, o seu equilíbrio. Na busca por redesenhar, contudo, a posição que lhe é conferida, está Zé Mochila; circulando, longe de uma atitude passiva, ainda que dominado, ele não se disciplina. Não escapa, é certo, mas ao transitar, produz manobras, e no campo da desventura, é capaz de “captar no voo”³⁹¹. No confronto com a unidade, produz sentidos e complexifica os saberes, delegando, a outras vozes, a responsabilidade de propagá-los.

³⁹⁰ ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 213.

³⁹¹ DE CERTEAU, 1998, p. 47.

Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral?* Possibilidades para além da construção do passado. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

_____. Ouvir e contar textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. *Manual de história oral*. 3.ed.rev.atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006

ANDRADE, Bruno Alves de. *Distribuição espacial da indústria têxtil e de confecção em Pernambuco: qual a influência dos fatores locais*. UFPE, 2016

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Pecuária no Agreste Pernambucano*. Recife: ESAM: Fundação Guimarães Duque, 1991

_____. *A Terra e o Homem no Nordeste – Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*. 6. ed. Recife., UFPE, 1998

AQUINO, Felipe. Honrar o pai é honrar a Deus. Canção Nova. S.d. Disponível em <<https://formacao.cancaonova.com/familia/honrar-o-pai-e-honrar-a-deus/>>. Acesso em: 30 set. 2022.

ARAÚJO, Camille Feitosa de. *Pecado e punição no cordel de metamorfose nordestino: resíduos de uma mentalidade medieval*. Dissertação. UFC, 2016.

ATAÍDE, João Martins de. *Proezas de João Grilo*. Juazeiro do Norte, Tipografia São Francisco de José Bernardo da Silva, 1960.

BARROS, José D'Assunção. *A história cultural e a contribuição de Roger Chartier*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BARROS, Leandro Gomes de. *Antonio Silvino o rei dos cangaceiros*. Recife: Typ.Perseverança, [19-?]. 15 p.

BENJAMIN, Walter. *Über den Begriff der Geschichte*. In: *Gesammelte Schriften*. Band 1. Frankfurt am Main: Suhkamp, 1974.

_____. *O narrador*. In: *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986b. (Obras Escolhidas, v. 1).

BENMAYOR, Rina & SKOTNES, Andor. *Some Reflections on Migration and Identity*. In BENMAYOR & SKOTNES, p.14. Tradução de Magda França Lopes.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. São Paulo: Editora Canção Nova, 2006, 5a edição.

BICCAS, Maurilane de Souza. *Roger Chartier: contribuições para a história da educação*. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira; Faria Filho, Luciano Mendes. *Pensadores sociais e a história da educação II*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006

_____. *O Poder Simbólico*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BROSE, Robert de. *Conexão Letras*. Porto Alegre, v. 15, n. 24, p. 81-106, jul-dez. 2020.

BROSE, Robert de. *Oralidade e Poesia Oral: paradigmas para a definição de uma oratura grega antiga*. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 15, n. 24, p. 88, jul-dez. 2020.

BURNETT, Annahid. *As Raízes Rurais Da Feira Da Sulanca No Agreste Pernambucano*. *Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM*, Santa Maria, v.21, n.4, out./dez. 2014.

CABRAL, Alfredo do Valle. *Achegas ao estudo do folclore brasileiro*. Editora Funarte, 1978.

_____. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Arte, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. 1978.

CAMPOS, Renato Carneiro. *Ideologia dos poetas populares do nordeste*. Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, 1959.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *O Conceito de Representações Coletivas Segundo Roger Chartier*. *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CARVALHO, Gilmar de. *Questões culturais no Ceará*. *Revista de Ciências Sociais*, v. 45, n. 1, p.263-275, 2016

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

_____. *Dicionário do folclore brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. 6a. ed. 811p. (1a. edição: 1954; a obra sofreu modificações pelo autor até 1983, data da quinta edição).

_____. *Geografia dos Mitos Brasileiros*. Editora: Global Editora Edição: 3ª 2012.

CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. *Moça que bateu na mãe e virou cachorra*. Salvador, Bahia. Sem data. Acervo Raymond Cantel. Disponível em : <<https://cordel.edel.univ-poitiers.fr/viewer/show/281>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

CAVIGNAC, Julie. *A literatura de cordel no nordeste do Brasil: da história escrita ao relato oral*. Natal: Ed. da UFRN, 2006.

CERTEAU, Michel de. *Heterologies: discourse on the other*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. *A Operação Historiográfica*. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 3a ed., 2020.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col. "Memória e Sociedade", coord. p/Francisco Belhencourt e Diogo Ramada Curto, v. 1).

_____. *As Práticas da Escrita*. In: Ariès, Philippe; Duby, Georges. *História da vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes*. Vol. 3. 7ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. "Textos, símbolos e o espírito francês". *História Questões e Debates*. Associação Paranaense de História – APAH, Curitiba, PR: Ano 13, nº. 24, jul./dez. 1996

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priore. Brasília: EdUnb, 1999.

_____. *À beira da falésia: a história entre certeza e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. "Formação social e economia psíquica: A sociedade de corte no processo civilizador", in N. Elias, *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 7-25, 2001.

_____. "A visão do historiador modernista" In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da história oral*. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CODEPLAN. *DEMOGRAFIA EM FOCO 7*. Evolução dos movimentos migratórios para o Distrito Federal 1959-2010. 2013.

DANTAS, Galdino e PACHELLY, Geovany. Feiras. *No Nordeste. Mercator*. Revista de Geografia da UFC [en linea]. 2008, 7 (13), 87-101. ISSN:. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273620629009>. Fecha de Consulta: 2 de Noviembre de 2020.

DARNTON, Robert. "História Intelectual e Cultural" In *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.175-197.

DIAS, Paulo Henrique. *Documentos e fotografias históricas de Lajedo*. Editora UFRPE, 2017.

DIEESE. "O Mercado de trabalho assalariado rural Brasileiro". Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2014.

DUARTE, Zuleide. “A tradição oral na África”. In: *Estudos de Sociologia*. Rev. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 15, n. 2, 2009, p. 181-189.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIAS, Marco Haurelio. *Breve História da Literatura de Cordel*. Claridade, 2010.

_____. *Vozes da Tradição*. Colaboração de Lucélia Borges. Ilustrações de Luciano Tasso. IMEPH, 2018.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Ler/ouvir folhetos de cordel em Pernambuco: 1930-1950*. 2000. 543 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

GEERTZ, Clifford. • *The interpretation of cultures: selected essays*. New York: Basic Books, 1973. 476 p.

_____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 323 p.

GUIMARÃES, José Palmeira. *A vida de Buda em versos*. 19-.

HAURÉLIO, Marco. *Lendas do folclore capixaba*. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2012.

_____. *Antologia do Cordel Brasileiro*. 2a Reimpressão. São Paulo: Global Editora, 2019.

HAVELOCK, E. *The Literate Revolution in Greece and Its Cultural Consequences*. New Jersey: Princeton University Press, 1982.

_____. *A musa aprende a escrever - Reflexões sobre a oralidade e a literacia da Antiguidade ao presente*. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. *Prefácio a Platão*. Tradução de Enid Abreu Dobránsky. Campinas: Papirus, 1996. HÜTTENBERGER, 1992 apud ALBERTI, 2004, p. 33.

JONES, Merfyn. *Welsh Immigrants in the Cities of North West England, 1890-1930: Some Oral Testimony*. In *Oral History* vol. 9, nº 2, 1981.

LE GOFF, J. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Tradução de António José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1983.

_____. *O Imaginário Medieval*. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1994.

_____. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

LEITE, Barbosa. *As feiras do sertão nordestino*. Reproduzido de Tipos e aspectos do Brasil – coletânea da Revista Brasileira de Geografia. Fonte: IBGE – Conselho Nacional de Geografia. 8ª edição. Rio de Janeiro, 1966.

LÉVY, Jacques e LUSSAULT, Michel. “Espace”. IN : *Dictionnaire de la Géographie et de l’espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003. p. 325-333. Tradução de trabalho feita por Mônica Balestrin Nunes, com revisão feita por Jaime Oliva.

LORD, A.B. *The Singer of Tales*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1960.

LUYTEN, Joseph M. *O que é literatura de cordel*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MACEDO, Edson Bini Luiz e LIMA, Júlio Silvestre de. *Homens, lobos e lobisomens*. São Paulo: Marco Zero, 2004.

MATOS, Edilene. *Literatura de cordel: a escuta de uma voz poética*. Habitus, Goiânia, v. 5, n.1, jan./jun. 2007, p. 149-167.

MELO NETO, João Cabral de. *Obra completa: volume único*. Org. Marly de Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p.350-351.

MOTTA, Joselito Da Silva. Discussão sobre a obrigatoriedade de adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo . [Transcrição de audiência pública em 06/06/2006]. Sessão: 0821/06, PL 4679/01. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0821/06&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:00&sgFaseSessao=&Data=6/6/2006&txApelido=PL%204679/01%20-%20ADI%C3%87%C3%83O%20DE%20FARINHA%20DE%20MANDIOCA&txFaseSessao=Audi%C3%Aancia%20P%C3%BAblica%20Ordin%C3%A1ria&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=10:00&txEtapa=>. Acesso em: 12 set. 2020.

MOLLAT, 1989. *Os pobres na Idade Média*. Editora Campus, 1989.

NOGUEIRA, Renata Carvalho. *A poética popular e social de Patativa do Assaré*. Letras, Santa Maria, v. 27, n. 55, jul./dez. 2017

OEVERMANN, Ullrich et al. *Zur Logik der Interpretation von Interviewtexten*. In: Thomas Heinze et al. (Org.). *Interpretationen einer Bildungsgeschichte: Überlegungen zur sozialwissenschaftlichen Hermeneutik*. Benschheim: päd.extra Buchverlag, 1980.

OLIVEIRA, Carlos Jorge Dantas de. *História da literatura de cordel: período de formação*. Fortaleza: FGF, 2015.

OLSON, D.R. & TORRANCE, N. *Cultura Escrita e Oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *O Mundo no Papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

ONG, Walter J. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Tradução: Enid Abreu Dobranszky. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

OTERO, Louise Arosa ProL. *O que (não) está escrito? Oralidade poética e leitura nos processos de alfabetização e letramento*. São Paulo, 2011.

PAZERA Jr., Eduardo. *A Feira de Itabaiana-PB: permanência e mudança*. 2003. 201 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PETIT, Michele. *Ler o mundo*. Trad. de Julia Vidile. São Paulo: Ed. 34, 2019

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a História Oral diferente*. Projeto História, nr. 14, fev/1997.

_____. *História oral como gênero*. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, Educ, n. 22, jun. 2001.

_____. *História Oral e Poder*. I: Mnemosine. Revista eletrônica do Instituto de Psicologia da UERJ. vol. 6. n.o 2, p. 2-13. 2010. (Tradução de BLUME, L.H.S; RODRIGUES, H.C.B.).

_____. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1992, CPDOC-FGV, v. 5, n. 10.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002, pp. 341-364.

ROMERO, Jorge Henrique. *Os “Ingém” Da Modernidade: Experiência E Técnica Na Poesia De Patativa Do Assaré*. Revista Estação Literária. Londrina, Volume 20, p. 37-49, mar. 2018

ROSENTHAL, Gabriele. *A Estrutura e a Gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas*. In: Usos e abusos da História Oral Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *História de vida vivenciada e história de vida narrada*. In: Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 227-249, maio-ago. 2014.

SANTHIAGO, Ricardo ; MAGALHAES, Valéria B. . *Rompendo o isolamento: Reflexões sobre história oral e entrevistas à distância*. ANOS 90 (ONLINE) (PORTO ALEGRE), v. 27, p. 1-18, 2020.

SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos. *Memória das Vozes: cantoria, romanceiro e cordel*. Tradução Márcia Pinheiro. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2006.

SANTOS, Jamille da Silva. *Projeções Do Lobisomem Na Literatura: Uma Arqueogenealogia Do Corpo-espaço Lupino*. Tese de Doutorado, UFU, 2019.

SANTOS, José João dos. *O fazendeiro mendigo e a cabocla engalhada*. Fortaleza: Editora Tupynanquim, 2001.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS - SRHE. Apresentação do PHA da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca. Recife, 2018a. Acesso em: 20 nov. 2020.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA BRANDÃO, Murilo. “*Helena, um signo de transgressão: diálogos entre erudição e oralidade*” in “*A Cachorra Helena*”. 2018. 144 f. Trabalho de Conclusão de Curso de PósGraduação em Literatura – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2018.

SPYER, Juliano. *Mídias sociais no Brasil emergente*. Editora Educ, 1ª edição 2018.

STRAUCH, Ney. *Contribuição ao estudo das feiras de gado: Feira de Santana e Arcoverde*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 14, n. 1, pp. 101-110, jan./mar. 1952

TERRA, Ruth Brito Lêmos. *Memórias de Lutas*. Literatura de folhetos no Nordeste, 1893-1930, São Paulo, ed. Global, 1983.

THOMPSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. *Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

THOMSON, Alistair. *Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração*. Centro de Educação Continuada da Universidade de Sussex. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002. Tradução de Magda França Lopes.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. “*Arquivos: propostas metodológicas*”. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). “*Usos e abusos da história oral*”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VERNANT, J. P. “*Aspectos míticos da memória e do tempo*”. In: “*Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*.” Tradução de Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro editora Paz e Terra, 1990.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares. Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas, Autores Associados, 2005.

_____. *De Heródoto ao Gravador: Histórias da História Oral*. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 77–82, 2006.

_____. *Sobre História Da Educação E História Oral: Questões Teóricas, Metodológicas E Éticas*. SIPEQ - V Seminário Internacional de Pesquisas e Estudos Qualitativos, Foz do Iguaçu, mai./jun., 2018

VOLDMAN, Danièle. *Definições e usos*. In: *Usos e abusos da História Oral* Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

ZUMTHOR, Paul. “*L’écriture et la voix. (D’une littérature populaire brésilienne)*”. In: “*Critique: Revue générale des publications françaises et étrangères.*” Paris: Editions de Minuit, tomo XXXVI, n. 394, mars 1980, p. 228-239. Tradução de Idelette Muzart, A Escrita e a Voz (de uma literatura popular brasileira). In: Pluriel – Revue des cultures de langue portugaise, n. 12: Textes et Documents. Disponível em: <http://plural.digitalia.com.br/index70fd.html?option=com_content&view=article&id=478:numero-12-textes-et-documents&catid=36:contes-croniques-poesie&Itemid=57>. Acesso em: 07 mai. 2022.

_____. *Introdução à poesia oral*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.